



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

RAIMUNDA MORAES SILVA GONZAGA

**TRABALHO, SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS
DA ILHA SARACÁ, LIMOEIRO DO AJURU (PA): resistência das pescadoras artesanais**

CAMETÁ (PA)
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

G642t Gonzaga, Raimunda Moraes Silva.
Trabalho, saberes e práticas de pesca das mulheres ribeirinhas da ilha Saracá, Limoeiro do Ajuru (PA) : resistência das pescadoras artesanais / Raimunda Moraes Silva Gonzaga. — 2023.
134 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Cametá, 2023.

1. Trabalho feminino. 2. Associação. 3. Mulher ribeirinha.
4. Pescadora artesanal. 5. Saberes. I. Título.

CDD 370

RAIMUNDA MORAES SILVA GONZAGA

**TRABALHO, SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS
DA ILHA SARACÁ, LIMOEIRO DO AJURU (PA): resistência das pescadoras artesanais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – CUNTINS, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Linha de Pesquisa: Políticas e Sociedades

Orientador: Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues.

CAMETÁ (PA)
2023

RAIMUNDA MORAES SILVA GONZAGA

TRABALHO, SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ, LIMOEIRO DO AJURU (PA): resistência das pescadoras artesanais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Educação e Cultura.

Data de aprovação: 27/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues
Orientador e Presidente da banca – PPGEDUC/UFPA

Prof. Dr. Egídio Martins
Avaliador interno – PPGEDUC/UFPA

Profa. Dra. Andrea Silva Domingues
Avaliadora externa – PPGH/UFPA

Profa. Dra. Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães
Avaliadora externa – PPEB/UFPA

CAMETÁ (PA)
2023

A Deus, que me deu de presente vida e sabedoria.
À minha família, que, em meio a tempos difíceis,
me ensinou o verdadeiro sentido de estar presente.

Ao eterno amigo e professor Carlos Alberto
Amorim Caldas, que viveu ao meu lado
as emoções de cada etapa do processo seletivo.

A todos os ribeirinhos, principalmente
às mulheres que, às margens amazônicas,
tecem suas vidas com muita sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Ainda que eu buscasse todas as palavras como forma de expressar meus sentimentos, eu jamais conseguiria fazê-lo, aqui, em uma simples folha de papel. Por isso, no cerne das minhas memórias mais vívidas, apresento, com lacunas, eu sei, algumas das muitas pessoas que tiveram papéis importantíssimos no decorrer desta árdua caminhada.

Em primeiro lugar, a Deus, a quem devo a minha existência; sei que no decorrer da pesquisa foi Ele quem me sustentou e mostrou os melhores caminhos e as melhores decisões a serem tomadas. Agradeço a Ele, também, por ter atendido o meu principal pedido: chegar ao fim desta pesquisa com todos os membros da minha família vivos, para assim compartilhar com eles este momento de alegria.

À família, que, pra mim, sempre foi algo primordial, pois é de onde eu retiro minhas forças para continuar quando tudo parece perdido. Por esse motivo, agradeço a ela, que nunca me deixou desistir.

Ao meu pai, Antônio, um pescador e agricultor que estudou apenas até a antiga segunda série, mas que foi o meu principal motivo para iniciar o mestrado, no momento em que ele chegou e me perguntou o que era ser mestre. Naquele dia eu prometi a ele que um dia ele veria meu nome acompanhado desse título. Quando tudo ficava difícil, era nele que eu pensava e no choro de alegria que ouvi pelo telefone ao dar pra ele a notícia da minha aprovação.

À minha mãe Zulmira, agradecimentos sem limites a ela que, incontáveis vezes, deixou tudo para tomar conta dos meus filhos para que, assim, eu pudesse sair para estudar e realizar minha pesquisa de campo.

Aos meus irmãos Robson e Anderson, que, em todos os momentos, me apoiaram. Robson, que sempre se importou com minhas dores, entendeu minhas dificuldades, participou dos meus desafios e sempre dizia: “Tu consegues! Agora tá ficando mais fácil”! O que ele não sabia é que, na verdade, não estava mais fácil, era eu que ficava mais forte cada vez que ele acreditava em mim.

À minha irmã Cleide, que, muitas vezes, demonstrou dedicação com meus filhos e fé, quando o obstáculo parecia insuperável. Suas palavras fortalecedoras sempre diziam: “Quantas vezes tu achaste que não ia conseguir e conseguiste?” ou “Quem administra é o Todo-Poderoso!” E eu sei que suas orações, muitas vezes, foram pedidos para que eu conseguisse meu objetivo.

Aos meus cunhados e cunhadas, a quem tenho como irmãos, agradeço de forma especial. Sempre estiveram presentes, mesmo à distância, e tiveram sua contribuição fundamental.

À Kelly, a quem, muitas vezes, meus filhos recorreram para ter atenção quando eu não podia lhes dar.

Ao Adriano, a quem destaco entre meus cunhados, que, ao primeiro sinal de insegurança, me assegurou que, enquanto família, venceríamos juntos.

À minha mãe do coração, Zerina, à minha sogra Antônia e ao meu sogro José Luiz, que, mesmo à distância, demonstraram carinho e afeto, o que, muitas vezes, me sustentou.

Ao meu esposo Adair Santos, que foi essencial, pois, durante todo esse tempo em que me dediquei à pesquisa, ele esteve presente, cuidando dos nossos filhos em tudo o que eu podia fazer naquele momento; e, embora o cansaço de todas as tarefas dentro e fora de casa, ele foi capaz de suportar meus estresses, que nem eu mesma suportava.

Aos meus filhos Ronan e Ayla, agradeço pela compreensão nas horas em que me pediam um pouquinho de tempo para brincar e eu era obrigada a lhes dizer: “Não posso!”.

Aos meus amigos, que me incentivaram: ao professor Orlando Miranda, que, embora distante, sempre reservou alguns minutos do seu dia para me ajudar a compreender que eu tinha força o suficiente para chegar muito além do que eu acreditava; à minha comadre e amiga Valdirene Marciel Leão, que sempre confiou na minha capacidade e sempre me encorajou nos dias de luta.

À dona Ana Vitória, quem me fez descobrir a AMAIS. À Aninha, que, muitas vezes, me mostrou o caminho para conseguir melhores resultados. Ao Eli Reis, que me ajudou em muitas informações sobre documentos da Associação. E, principalmente, ao senhor Adelino, que se disponibilizou a me levar à ilha Saracá sempre que era preciso.

Ao Sr. Raimundo Sampaio, que mobilizou recursos financeiros para que eu pudesse me destacar para campo e assim realizar a coleta de dados.

O que dizer das minhas informantes? Sem palavras para agradecer e dizer o quanto vocês são importantes, exemplo de mulheres guerreiras e lutadoras que me acolheram com tanto carinho, me fazendo sentir parte das suas famílias; a vocês, todo meu respeito e minha admiração.

À minha turma de mestrado e a todos os professores e coordenadores do PPGEDUC, bem como aos demais professores externos que tiveram sua contribuição.

À minha colega Danielle Martins, em especial, que, no decorrer do curso, se tornou uma irmã, uma amiga que dividia comigo as madrugadas de leitura e escrita; e quando o desespero tomava conta, ela, ainda que distante, me abraçava.

À minha amiga Ellen Silva, a quem eu não podia esquecer, já que, muitas vezes, me auxiliou; quando tudo parecia escuridão, ela era a luz que me mostrava a rota a seguir.

Gratidão ao meu orientador, Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues, por toda paciência, compreensão e dedicação para comigo; agradeço imensamente por me aceitar no Programa e compreender meus desafios e as minhas dificuldades; agradeço por ter confiado em mim, na meta que eu traçava e, por fazer parte da minha trajetória mais uma vez.

Por fim, só tenho a dizer que os problemas, as dores, as lágrimas e os tropeços não teriam sido superados se não fosse pela mão estendida de cada um de vocês!

RESUMO

O presente trabalho aborda saberes político-identitários construídos durante o processo de formação da Associação das Mulheres Trabalhadoras na Aquicultura e Agricultura da Ilha de Saracá (AM AIS), Limoeiro do Ajuru (PA). Esta pesquisa teve por objetivo analisar os saberes político-identitários das mulheres pescadoras e agricultoras no desenvolvimento de suas atividades laborais e organizativas, a partir da AM AIS. Toma-se como norte metodológico o Materialismo Histórico-Dialético, com uma abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada, seguindo a análise de conteúdo para compreender as narrativas das informantes, a partir de suas experiências de trabalho. Como base teórica, os trabalhos de Marx (2013), Marx e Engels (2007), Rodrigues (2012), Martins (2017), Barra (2019), Furtado, (2017), Raffestin (1993), Pereira (2014), Lerner (2019), Davis (2016), Toledo (2008), dentre outros. O problema da investigação foi se constituindo nas vivências de pescadora, nas experiências acadêmicas, nos diálogos com a comunidade e nas lutas sociais. Para tanto, a pesquisa revelou em um primeiro momento que, antes mesmo de a AM AIS existir, as mulheres que a formaram já possuíam saberes relacionados às suas vivências e às suas práticas de trabalho. Contudo, no desempenho das suas funções de trabalhadoras, desenvolvidas a partir da associação, essas mulheres construíram saberes político-identitários que ressignificaram suas lutas em sua comunidade. Esses saberes foram identificados como saberes político-identitários de autonomia, pois dizem respeito ao poder de decisão própria dessa mulheres no seu trabalho sem que houvesse a interferência ou coerção externa de terceiros, o que se demonstrou um princípio de liberdade e de independência. Saber político-identitário de consciência de classe que se apresenta como uma consciência e organização coletiva de grupos minoritários em prol de uma classe. O saber político-identitário de conhecimento de causa que está relacionado ao conhecimento adquirido por meio de experiências e observação vivenciadas no cotidiano e que lhes levaram a ter uma boa base teórica sobre seus direitos de pescadoras. Identificou-se também na pesquisa que a mulheres sempre tiveram importante papel na defesa do meio ambiente, fato constatado ainda em manifestos e reivindicações em favor da Amazônia, elaborados pelas mulheres pescadoras da AM AIS. Por fim, constatou-se que, mesmo em meio à inatividade da AM AIS, os saberes que foram construídos no decorrer dos seus processos de afirmação ainda permanecem vivos, auxiliando-as nas causas sociais da região.

Palavras-chave: mulher pescadora; trabalho; saberes político-identitários; território; classe.

ABSTRACT

The present work deals with political-identity knowledge built during the formation process of the Associação das Mulheres Trabalhadoras na Aquicultura e Agricultura da Ilha de Saracá (AMAIS), Limoeiro do Ajuru (PA). This research aimed to analyze the political-identity knowledge of women fishermen and farmers in the development of their work and organizational activities, based on AMAIS. Historical-Dialectic Materialism is taken as a methodological guideline, with a qualitative approach, using a semi-structured interview, following content analysis to understand the informants' narratives, based on their work experiences. As a theoretical basis, the readings of Marx (2013), Marx and Engels (2007), Rodrigues (2012), Martins (2017), Barra (2019), Furtado, (2017), Raffestin (1993), Pereira (2014), Lerner (2019), Davis (2016), Toledo (2008), among others. The research problem was constituted in the experiences of a fisherwoman, in academic experiences, in dialogues with the community and in social struggles. To this end, the research revealed at first that, even before AMAIS existed, the women who formed it already had knowledge related to their experiences and their work practices. However, in the performance of their functions as workers developed from the association, these women built political-identity knowledge that re-signified their struggles in their community. This knowledge was identified as political-identity knowledge of autonomy, as it concerns the decision-making power of these women in their work without interference or external coercion from third parties, which demonstrated a principle of freedom and independence. Political-identity knowledge of class consciousness that presents itself as a collective consciousness and organization of minority groups in favor of a class. The political-identity knowledge of cause knowledge that is related to the knowledge acquired through experiences and observation experienced in everyday life and that led them to have a good theoretical basis on their rights as fisherwomen. We also identified in the research that women have always played important roles in the defense of the environment, during the analyzes this was verified due to the presence of AMAIS fishermen in manifestos and claims in favor of the Amazon. Finally, it was found that, even amid the inactivity of AMAIS, the knowledge that was built in the course of its affirmation processes still remain alive, helping them in the social causes of the region.

Keywords: fisherwoman; job; political-identity knowledge; territory; class.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE LIMOEIRO DO AJURU E DA ILHA SARACÁ	26
FIGURA 2 – IGARAPÉ, ACIDENTE GEOGRÁFICO COMUM NAS IMEDIAÇÕES DE LIMOEIRO DO AJURU.....	27
FIGURA 3 – FURO, ACIDENTE GEOGRÁFICO COMUM NAS IMEDIAÇÕES DE LIMOEIRO DO AJURU	27
FIGURA 4 – PESCADORES DE SARACÁ EM ATIVIDADE	28
FIGURA 5 – ILHA SARACÁ VISTA DA BAÍA DO MARAPATÁ	28
FIGURA 6 – CELEBRAÇÃO RELIGIOSA	29
FIGURA 7 – PESCADORES QUE VÃO PARA O RIO APÓS A CELEBRAÇÃO RELIGIOSA DA FESTA DO PESCADOR	31
FIGURA 8 – REUNIÃO DOS PESCADORES.....	31
FIGURA 9 – PESCADORAS DANÇANDO	32
FIGURA 10 – DANÇANDO POR ENTRE AS REDES	32
FIGURA 11 – ARRUMANDO AS REDES NO CASCO	32
FIGURA 12 – TALEIRO	32
FIGURA 13 – ILUSTRAÇÃO DO BORQUEIO	33
FIGURA 14 – BORQUEIO DO MAPARÁ SENDO FECHADO	33
FIGURA 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEIXES	33
FIGURA 16 – IGREJA CATÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.....	35
FIGURA 17 – TERRENO DOADO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA AMAIS	37
FIGURA 18 – AGLOMERADO DE CASAS EM SARACÁ	39
FIGURA 19 – PONTE QUE DÁ ACESSO AO BANHEIRO.....	39
FIGURA 20 – CURRAL DO PORCO NOS QUINTAIS	39
FIGURA 21 – PONTE QUE DÁ ACESSO AO RIO	40
FIGURA 22 – PLANTAS DE TEMPERO E REMÉDIO AO REDOR DA CASA.....	40

FIGURA 23 – CASA PARA GUARDAR OS EQUIPAMENTOS DA PESCA.....	40
FIGURA 24 – LOCAL PARA CONSERTAR OS EQUIPAMENTOS DE PESCA	40
FIGURA 25 – PROPORÇÃO DE PESSOAS POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO (%).....	75
FIGURA 26 – AS MULHERES DA AMAIS EM MANIFESTAÇÃO.....	105
MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA EXISTENTES EM LIMOEIRO DO AJURU (PA)	70
MAPA 2 – COMUNIDADES ATINGIDAS PELA DRAGAGEM DA HAT NO ESTADO DO PARÁ	104
GRÁFICO 1 – PESSOAS POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO	73

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DA ILHA SARACÁ HOMENS/MULHERES.....	29
TABELA 2 – PREMIAÇÕES NOBEL DE 1901-2020	77
QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS ACORDOS DE PESCAS EXISTENTES EM LIMOEIRO DO AJURU (PA)	69
QUADRO 2 – DEPOIMENTOS SOBRE COMO SURTIU A AMAIS	85
QUADRO 3 – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DA AMAIS NA ABERTURA DA PESCA.....	101
QUADRO 4 – SABERES QUE PERMANECEM NO PÓS-ASSOCIAÇÃO	107

LISTA DE SIGLAS

AM AIS	Associação das Mulheres Trabalhadoras na Aquicultura e Agricultura da Ilha de Saracá
ASPALA	Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Limoeiro do Ajuru
HAT	Hidrovia Araguaia-Tocantins
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer e outros grupos de gênero e sexualidades
PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SINDPESCA	Sindicato dos Pescadores de Limoeiro do Ajuru
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
SEÇÃO I - LIMOEIRO DO AJURU, ILHA SARACÁ, A AMAIS, AS MULHERES PESCADORAS: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	25
1.1 LIMOEIRO DO AJURU: A ILHA SARACÁ	26
1.2 A AMAIS E AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO	34
1.2.1 As mulheres da AMAIS	37
1.2.2 Da formação e ressignificação dos saberes de comunidades tradicionais	41
1.2.3 Eixos de análises que compõem os saberes político-identitários	42
1.2.3.1 Saberes	43
1.2.3.2 Política	45
1.2.3.3 Identidade: uma percepção do sujeito	46
1.2.3.4 Saberes político-identitários	48
SEÇÃO II - TRABALHO, TERRITÓRIOS E SABERES DE IDENTIDADE COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA: A CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO.....	50
2.1 TERRITÓRIOS E FORMAÇÃO DE SABERES NA COMUNIDADE TRADICIONAL RIBEIRINHA EM LIMOEIRO DO AJURU.....	50
2.1.1 Trabalho como práxis identitária do indivíduo ribeirinho.....	54
2.1.2 Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço ribeirinho	58
2.1.2.1 Identidade ribeirinha e pertencimento	59
2.1.2.2 Sociabilidade na vida e no espaço ribeirinho	60
2.2 IDENTIDADE, CULTURA E PODER, SABERES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA TOCANTINA	63
2.2.1 Cultura, saberes e sociedade.....	63
2.2.1.1 Limoeiro do Ajuru: identidade ribeirinha, áreas de trabalho e acordos de pesca	67
SEÇÃO III - TRABALHO, CLASSE E GÊNERO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA MULHER PESCADORA.....	72
3.1 GÊNERO: UMA CATEGORIA ANALÍTICA.....	72
3.1.1 O passado coletivo e a luta das mulheres por educação.....	73
3.1.2 (Des)igualdade de gênero nas ciências: quebrando paradigmas, criando paradoxos	76
3.2 CAPITALISMO E PATRIARCADO: REFLEXÕES DIANTE DA INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	78
3.2.1 Capitalismo e patriarcado: reflexos de uma contradição social feminista.....	79
3.2.2 Mulher e trabalho, uma questão de interseccionalidade na pesca.....	80
3.2.3 Trabalho feminino e a invisibilidade na pesca.....	81

SEÇÃO IV - TERRITÓRIOS DE TRABALHO E DE SABERES EM PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES PESCADORAS DA ILHA SARACÁ	84
4.1 TRABALHO DA PESCA E DESENVOLVIMENTO LOCAL POR MEIO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	84
4.2 SABERES CULTURAIS DE VIVÊNCIA E DE IDENTIDADE: RESISTÊNCIA DAS MULHERES PESCADORAS DA ILHA SARACÁ	88
4.3 TRABALHO COMO FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RIBEIRINHA	90
4.4 TRABALHO DAS MULHERES, SABERES QUE CONQUISTARAM OS RIOS.....	96
4.4.1 Saberes político-identitários que se constituíram na AMAIS	97
4.4.2 Saberes político-identitários de autonomia	99
4.5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DAS MULHERES DA AMAIS.....	103
4.6 AMAIS PARA ALÉM DA PESCA	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	120
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	120
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO NORTEADOR	126
ANEXOS	127
ANEXO A – ESTATUTO DO ACORDO DE PESCA DO RIO CARDOSO, EM LIMOEIRO DO AJURU	127
ANEXO B – RESOLUÇÃO N.º 4.515, DE 20 DE MAIO DE 2014, REGIMENTO DO PPGEDUC/UFGA.....	128
ANEXO C – ESTATUTO DA AMAIS	129

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, intitulada “Trabalho, Saberes e Práticas de pesca das mulheres ribeirinhas da ilha Saracá, Limoeiro do Ajuru (PA): resistências das pescadoras artesanais”, foi construída sob a perspectiva do Trabalho-Educação na contradição com o capital. Trata-se de (res)significar o trabalho feminino, bem como aprofundar conhecimentos sobre saberes político-identitários construídos durante o processo de formação da Associação das Mulheres Trabalhadoras na Aquicultura e Agricultura da Ilha de Saracá (AM AIS), associação criada por mulheres ribeirinhas, agricultoras e pescadoras da ilha Saracá, em Limoeiro do Ajuru (PA). Logo, o campo empírico desta pesquisa é delineado pelas experiências desse grupo de mulheres da ilha Saracá.

Dessa forma, busca-se analisar os saberes político-identitários vinculados ao desenvolvimento da atividade pesqueira, baseando-se no processo histórico de formação da entidade, sua militância, sua organização político-social, com base em Thompson (1981), e sua consciência de classe, com base em Lukács (1978a; 1978b).

Nessa perspectiva, compreende-se, conforme Furtado (2017, p. 31), que, “[...] mesmo havendo definições de papéis, as mulheres são ‘sujeitas’ importantes nos espaços que participam”, por sua importância ao desenvolver seus papéis, elas vão construindo saberes vinculados às suas atividades. Desse modo, investiga-se: como as mulheres da AM AIS, no município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará, produziram saberes que revelam uma organização político-identitária que corrobora para ações que se contrapõem às ideologias do modo de pensar do capital?

A motivação desta pesquisa surgiu a partir do desejo de conhecer mais profundamente as histórias de lutas na construção das identidades de mulheres pescadoras. Apesar de fazer parte de uma comunidade ribeirinha no interior de Cametá (PA) e de viver durante muito tempo no meio dessa comunidade, eu observava o silêncio das mulheres, isso porque, de um modo geral, as atividades de pesca são gerenciadas por homens, o que faz com que, apesar de as mulheres desenvolverem ações de extrema relevância dentro dos seus grupos, elas ainda não sejam vistas como parte importante do processo.

Além disso, na região analisada, pouco se vê o incentivo de participação das mulheres por parte das instituições “representativas”, como a Colônia dos Pescadores ou outras organizações. Possivelmente, isso se dá pela falta de políticas voltadas para o gênero feminino, como planos e projetos que valorizem as atividades e os saberes das mulheres pescadoras.

Ao conhecer uma comunidade ribeirinha da ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru, a autora desta pesquisa deparou-se com uma situação que despertou sua atenção: mulheres protagonizando importantes atividades no processo de pesca e também motivando outras mulheres a fazerem parte dessa história. É obvio que essas mulheres são pescadoras comuns como as outras, mas que, no decorrer do processo de construção das suas identidades e no exercício das atividades diárias, foram desenvolvendo saberes de organização social e político-identitária, que foram se firmando cada vez mais enquanto coletivo, dando, desse modo, notoriedade às suas lutas.

Ao retornar para a cidade de Limoeiro do Ajuru, a autora passou a visitar uma das senhoras que fazia parte daquela localidade. Nas conversas, entendeu que aquelas mulheres conseguiram se destacar dentro de uma associação majoritariamente formada por homens.

Fazer uma pesquisa que aborde questões de identidade ribeirinha, saberes de pescadoras, mulher e trabalho, em um ‘sobrevoo’ em torno de territorialidade e pertencimento, é de interesse muito particular e tem uma ligação direta com a identidade ribeirinha da autora desta pesquisa.

Sou mulher, nascida e criada em uma comunidade ribeirinha do interior de Cametá (PA) chamada Paruru de Janua-Coeli. Oriunda de uma família tradicional de pescadores e agricultores, muitas vezes vi meu pai chegar da pesca de madrugada e entregar o produto do trabalho para minha mãe, que tinha a função de limpar e salgar o peixe à luz de lamparina, haja vista que, durante toda a minha infância e adolescência, os interiores dessa região não possuíam energia elétrica.

Apesar de muitas vezes meu pai contribuir nas atividades diárias, observava que ali havia uma divisão sexual do trabalho, conforme observa Izquierdo (2007 *apud* TOLEDO, 2008); apesar de esta pesquisa não seguir a premissa de que a desigualdade das mulheres começa na divisão sexual do trabalho, considera-a importante para a análise, pois a divisão sexual do trabalho é uma consequência da desigualdade de classe que favorece o capitalismo.

Como mulher, o trabalho da minha mãe era “cuidar do peixe”: destripar, descamar, salgar, enquanto meu pai limpava a rede de pesca para guardar. Dificilmente minha mãe saía para o rio com ele, para a captura, e quando ela saía, seu posto era remar o casco (canoa), enquanto a função de jogar a rede era do meu pai. Contudo, não acredito que, naquele momento, minha mãe se incomodava com aquilo, pois ela também veio de cultura similar e aquela forma de se relacionar na vida e no trabalho era, para ela, natural. Talvez esse seja um ponto que mereça destaque: não se deve naturalizar as grandes determinações sociais, pois isso limita mulheres a viverem condicionadas ao patriarcado, e o primeiro passo para romper amarras

sociais é fazer “[...] críticas quanto ao próprio pensamento, que é, afinal, um pensamento moldado na tradição patriarcal.” (LERNER, 2019, p. 311).

As comunidades tradicionais ribeirinhas são de extrema relevância na minha vida, pois foi no chão de comunidades que a minha identidade foi se constituindo, com traços de uma relação de pertencimento (WEBER, 1973).

A autoidentificação ribeirinha surge não apenas pelo fator genealógico, por eu ser filha de ribeirinhos, que também são filhos de outros ribeirinhos, ou pela questão biológica e antropológica de ter nascido às margens de afluentes do rio Tocantins, mas principalmente pela configuração particular com que a minha formação profissional e religiosa foi se delineando, de acordo com os moldes tradicionais ribeirinhos.

Como frequentadora da Igreja Católica, participava ativamente da Pastoral da Juventude, quando, muitas vezes, havia reuniões para discutir temáticas sociais de situações-problema vivenciadas pelos povos ribeirinhos, como o acúmulo de lixo descartado nos rios e a escassez de pescado e o desaparecimento de espécies, ocasionados principalmente pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Por meio desses debates, eram organizadas ações, como a primeira Barqueata em Defesa da Vida,¹ com o tema Meio Ambiente, que aconteceu no dia 16 de abril de 2010, com visitas às casas de famílias para dar orientações sobre o descarte do lixo, entre outras coisas, percorrendo vários rios com microfones e caixas de som, ecoando frases de efeito em defesa dos nossos rios.

Minha vida acadêmica, que teve início no ano de 2012 com a aprovação no curso de Letras (habilitação em Língua Portuguesa), me oportunizou traçar relações e viver experiências com pessoas de várias localidades e diversas classes sociais, principalmente quando me dediquei à pesquisa sobre preconceito linguístico. Nesse momento, a temática *mulheres* ainda era algo muito novo para mim, e, só mais tarde, fui entender que precisava desconstruir muitos pensamentos conservadores trazidos da minha realidade tradicional.

O interesse por focar em pesquisas relacionadas às mulheres e aos desafios que elas encontram no cotidiano surgiu quando eu me tornei mãe e, apesar dos privilégios da maternidade, me deparei com situações desafiadoras, entre escolhas difíceis relacionadas a estudo e trabalho. A partir de então, comecei a perceber que os desafios encontrados pelas mulheres na sociedade são muito diferentes dos destinados aos homens. Apesar de a mulher ter

¹ Evento realizado pelo Grupo de jovens da Pastoral da Juventude da Comunidade Cristã de Manoel Raimundo. Igreja Católica/Diocese de Cametá. A Barqueata envolveu várias comunidades da região e não teve intervenção de nenhum órgão público. A Barqueta foi a culminância de um projeto que durou uma semana de visitas nas casas de moradores e palestras nas escolas de ensino fundamental maior e menor das localidades vizinhas.

importantes funções na família, isso é visto como um dever limitado ao gênero feminino. Passei a perceber também que, na relação trabalho-sociedade, a mulher possui funções direcionadas para elas, e é no desenvolvimento dessas funções que ela vai adquirindo saberes próprios nas relações com os outros.

Resolvi fazer um segundo curso de graduação, desta vez em Pedagogia, onde pude iniciar uma pesquisa no campo do feminino. Os desafios encontrados pelas mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi uma investigação que me trouxe novos conhecimentos, com leituras realizadas no contexto do empoderamento feminino. Porém, os desafios enfrentados durante a pandemia da covid-19, como o isolamento social, me impediram de ir para campo, tal como eu gostaria.

Ainda no ano de 2019, quando tive o privilégio de ser aprovada no curso de Mestrado em Educação e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, no Campus Universitário do Tocantins/Cametá, vi a grande oportunidade de ampliar meus conhecimentos com a pesquisa direcionada para o gênero feminino, que, até aquele momento, eu pensava se tratar de uma classe, mas, felizmente, com base nas orientações e leituras, pude compreender a diferença entre uma e outra, algo marcante na minha vida de pesquisadora.

No curso de mestrado, até a escolha do orientador teve grande significado. Minha mãe, uma mulher sobrecarregada, que trabalhava, estudava e, ao mesmo tempo, cuidava da família e de uma filha ainda pequena. Eu era essa ficha que, por não ter outra pessoa para cuidar de mim na casa dos parentes onde minha mãe se alojava, seguia com ela todos os dias para a escola. Com muita luta, ela conseguiu concluir o Ensino Fundamental por meio do projeto Gavião, na cidade de Cametá. Ali, eu via o grande interesse dela pelas disciplinas e a sua admiração pelas metodologias de um professor que lecionava a disciplina de Educação Física. A vida desse professor tomou novos rumos e ele acabaria se tornando meu orientador, tanto na graduação quanto no mestrado. Escolher o professor Doriedson Rodrigues para conduzir esta pesquisa foi como dar continuidade aos passos que minha mãe foi impedida de seguir, por escolher se dedicar aos cuidados da família.

Por esse motivo, pesquisar sobre o processo de construção político-identitário das mulheres da AMAIS vai muito além de um trabalho acadêmico, mas principalmente pela necessidade de compreender a forma como tais mulheres “apareceram” por meio de sua associação. Pode até parecer forte demais a palavra aparecer, mas aqui eu apenas retomo um termo muito presente nas falas delas, pois é exatamente dessa forma que elas entendem a importância da associação em suas vidas.

Além disso, a AMAIS é formada apenas por mulheres que são esposas e filhas de pescadores da ilha Saracá, de Limoeiro do Ajuru (PA). Essas mulheres também são filiadas a outras entidades para que possam usufruir formalmente dos direitos de pescadora. Ademais, elas sentem necessidade de outros aprendizados, para além dos que estão direcionados aos trabalhos da pesca e da agricultura, uma vez que esses saberes estão naturalmente presentes nos seus cotidianos.

É perceptível que esses órgãos representativos da pesca² não têm uma participação ativa na vida das mulheres, nem lhes oferecem condições de ascensão profissional, como afirma a INF.01: “A Colônia nunca se preocupou em levar alguma coisa pra nós, mulheres, era só nós mesmo lá”. Conforme nossos achados se apresentam, além desse motivo, ainda existe o fato de essas mulheres não se sentirem representadas nas suas próprias instituições; esses são motivos pelos quais essas mulheres pescadoras constituíram a AMAIS, uma associação voltada para o desenvolvimento feminino.

Por ser uma associação criada e impulsionada apenas por mulheres, levantamos a hipótese de que, no interior dos processos de organização e de trabalho na AMAIS, as mulheres-pescadoras e agricultoras produzem saberes político-identitários, constituindo-se representadas por si mesmas diante de uma sociedade patriarcal.

É importante ressaltar que o povo ribeirinho possui grandes peculiaridades, que vão desde os seus costumes, como a escolha da roupa para trabalhar no mato ou no rio, o descanso depois do almoço na rede ou no chão, o banho de rio na maré cheia, as suas festas religiosas e não religiosas, os banguês tiradores de ano e reis, os gritos no porto sempre que chega uma visita, as suas crenças, como a de que mulher menstruada não pode tomar banho no rio, além das tradições medicinais, com ervas e plantas cultivadas em seus próprios quintais.

Para além desses aspectos, a população ribeirinha possui uma forma de organização do trabalho totalmente dependente de grupos elementares da natureza, da qual é parte integrante. Nesse sentido, considerando o ribeirinho pescador e agricultor como classe trabalhadora, observo que suas formas de produção estão pautadas nos princípios da autogestão, o que, para Tiriba e Fisher (2012, p. 90), significa que “autogestão é uma prática social”, assim como o ribeirinho se organiza e organiza suas atividades sem depender de um chefe, mas sim dele mesmo e da própria natureza, pois sua carga horária de trabalho depende da maré, das chuvas, do vento e, no caso dos pescadores, do próprio peixe. Nesse sentido, o problema desta pesquisa foi se constituindo nas minhas vivências de pescadora, em minhas experiências acadêmicas,

² Colônia dos Pescadores Z-46, SINDPESCA, ASPALA.

nos diálogos com a comunidade e nas lutas sociais que, aos poucos, foram instigando o meu desejo de compreender o ribeirinho, especificamente, a mulher pescadora, enquanto classe trabalhadora e forma de organização social.

Contudo, ressalto que essas comunidades, além de possuírem uma forma de organização do trabalho diferenciadas de muitas outras classes, também possuem uma formação política e uma relação de poder que se reflete na constituição territorial, segundo Soja (1971), em sua territorialidade.

Essas formas de produzir a vida são questões muito intrínsecas dos moradores de diversas regiões do baixo Tocantins, assim, ao conhecer a AMAIS, me coube perguntar: quais saberes político-identitários decorrem das atividades laborais e organizativas das mulheres pescadoras e agricultoras da Associação AMAIS da ilha Saracá, em Limoeiro do Ajuru, Pará?

Compreendo, como base em Pereira (2014), a relação entre comunidade e territorialidade e, a partir das suas afirmativas, dialogo questões de pertencimento, segundo Weber (1973), em uma perspectiva ribeirinha, assim como a categoria saberes.

Em termos teóricos, destacamos que nossa pesquisa está voltada para os saberes que já haviam sido registrados na região do baixo Tocantins, por meio das pesquisas de Rodrigues (2012), de Martins (2017) e de Barra (2019), estudando comunidades pescadoras de uma forma geral, independente de gênero. Furtado (2017) analisou os saberes das mulheres pescadoras vinculadas à Colônia Z-16, em Cametá, Pará, e sua participação social dentro daquele espaço. Já Farias (2019) tratou da participação de mulheres ribeirinhas durante a extração da borracha na localidade de Itanduba, também em Cametá.

Outro trabalho importante nessa perspectiva é o de Rodrigues (2012), que abordou a relação entre saberes sociais e luta de classes, relacionada aos contatos com os ribeirinhos vinculados à Colônia Z-16, a fim de compreender como ocorreram os processos de organização política dos pescadores, levando em consideração que, no decorrer do processo, saberes sociais foram se construindo.

Destacamos ainda o trabalho de Martins (2017), que, ao pesquisar também sobre pescadores na Colônia Z-16, abordou as relações de produção-formação e práxis política desses pescadores, partindo da tese de que a sua luta, no cotidiano de suas atividades, em prol de sua subsistência, revela instrumentos que se configuram contra as ideologias da classe dominante, embora os pescadores não tenham consciência disso. Ele conclui que é no contexto da contradição que os pescadores da Z-16 desenvolvem suas lutas em prol de melhores condições de vida.

Barra (2019), em continuação às pesquisas sobre pescadores, buscou compreender as alterações na vida do pescador artesanal por meio das implicações e exigências do trabalho, constatando que houve mudança, uma vez que existe uma contradição entre trabalho e território de pesca, gerando outros problemas no convívio dos pescadores.

Percebe-se que os trabalhos citados compreendem comunidades pescadoras no baixo Tocantins, a partir de categorias como trabalho, educação, classe e identidade. No entanto, nenhuma delas faz alguma análise de categorias voltadas para o gênero feminino, com exceção de Furtado (2017), que tratou do desenvolvimento do trabalho feminino e os saberes apreendidos na execução dessas atividades.

Logo, pesquisas que investiguem as relações de trabalho na contradição do capital em organizações pesqueiras femininas ainda não foram desenvolvidas na região. Assim, nesta nossa pesquisa, buscamos estudar, por meio de um grupo de mulheres ribeirinhas, agricultoras pescadoras da ilha Saracá, quais os saberes de organização política e de identidade da mulher pescadora foram construídos no processo de constituição dessa associação, tendo em vista a organização social, gênero e classe. Vale ressaltar que essas mulheres, ainda que vinculadas a outras entidades, como a Colônia Z-46, a Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Limoeiro do Ajuru (ASPALA), o Sindicato dos Pescadores (SINDPESCA), sentiram a necessidade de desenvolver sua autonomia fora das suas organizações sindicais. Será que essa necessidade fez surgir nelas o desejo de ter um espaço onde se sentissem representadas nas suas figuras femininas, tendo o poder de liderança e autonomia? Pressupõe-se que talvez esse tenha sido um dos motivos para essa associação de mulheres tenha surgido na região, pois, na atividades desenvolvidas na AMAIS, eram elas mesmas quem direcionavam seus trabalhos e se sentiam bem diante disso, “lá era criatividade, lá era por conta nossa!” (INF.1)

Por conseguinte, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os saberes político-identitários das mulheres pescadoras e agricultoras no desenvolvimento de suas atividades laborais e organizativas, a partir da AMAIS, especificamente caracterizando as mulheres pescadoras e agricultoras da ilha Saracá, descrevendo os saberes da experiência do trabalho da pesca e da agricultura produzidos por essas mulheres ligadas à AMAIS, além de identificar os processos formativos e político-identitários dessas mulheres.

Sobre classe e luta de classes, utilizamos a base teórica marxista, pois ela explica as relações econômicas e sociais entre opressores e oprimidos. Segundo Marx e Engels (2007), toda a história é fruto da luta de classe, isso porque existe uma dialética de interesses

antagônicos entre classe dominante e classe dominada, que, através da dinâmica capitalista, é determinante dos conflitos sociais.

A partir desse pensamento, procurou-se interagir com a comunidade, a fim de compreender de que forma essa dialética e a ideia de luta de classes tiveram influência na organização social das mulheres, analisada nesta dissertação, haja vista que a “hegemonia cultural” (GRAMSCI, 2000) é algo presente na sociedade, ainda que não se tenha consciência disso. Para adentrar no âmbito de uma pesquisa regional, tomo posse da afirmativa abaixo sobre a importância de estudos locais:

[...] elaboração de estudos em contextos locais que consiste toda diversidade de elementos informativos e de evidências que podem garantir melhor consistência na produção de conhecimento [...] quais poderão servir para fundamentar políticas para o desenvolvimento regional e local. (PANTOJA; PINTO, 2012, p. 93).

Portanto, uma pesquisa em contexto local de uma comunidade tem sua grande contribuição no sentido de compreender e valorizar aquele lugar, além de criar subsídios para a ciência. Um estudo contextualizado pode trazer ainda um desenvolvimento significativo para a comunidade e para os que nela produzem seus modos de viver.

Para esse fim, pensamos em uma organização mais conceitual e, ao mesmo tempo, dinâmica, para esta dissertação: introdução, considerações finais e mais quatro seções.

A seção I, “Metodologia de pesquisa”, trata sobre questões de identidade, classe e gênero, e apresenta uma contextualização do local onde se realizou a pesquisa, bem como sobre o objeto da pesquisa, os procedimentos metodológicos e uma breve caracterização sobre as mulheres que fazem parte da AMAIS.

Na seção II, “Trabalho, territórios e saberes de identidade como práticas de resistência: a contradição capital e trabalho”, reflete-se sobre as formas de vida das comunidades ribeirinhas, bem como as relações traçadas entre pescadores, agricultores, peconheiros, entre outros, que têm suas histórias de vida marcadas pelas lutas e resistência nas disputas territoriais. Nesta seção também se discute acerca de saberes, trabalho, identidade, sociabilidade, pertencimento, cultura e sociedade.

Na seção III, “Trabalho, classe e gênero: processos de organização da mulher pescadora”, busca-se fazer um apanhado sobre o gênero feminino e as limitações que lhes foram impostas durante séculos de existência; além disso, apresenta-se a organização social do trabalho nos ambientes da pesca e da agricultura, abordando questões de classe, gênero feminino, capitalismo e patriarcado nos ambientes de pesca.

Na seção IV, “Territórios de trabalho e de saberes em práticas de resistência de mulheres pescadoras da ilha de Saracá”, são apresentadas as análises e os resultados da pesquisa, desenvolvidas sob a perspectiva dos saberes político-identitários construídos pelas mulheres da AMAIS, no decorrer do processo de formação da associação. Nessa seção, identificou-se que as mulheres da AMAIS construíram saberes político-identitários que ressignificaram suas funções na pesca; saberes de autonomia resultantes do pensar em grupo, saberes de conhecimento de causa, quando algum órgão tentava infringir seus direitos e consciência de classe, no que diz respeito às organizações e manifestações em prol das suas classes.

Este trabalho finaliza com a afirmação de que, por meio da AMAIS, saberes político-identitários foram construídos pelas mulheres da associação. No entanto, apesar da dissipação dessa associação, esses saberes permanecem fortes na comunidade. Assim, constatou-se que a AMAIS foi bem mais do que uma simples associação; foi, principalmente, o ponto de partida para uma ascensão do gênero feminino na sociedade limoieirense. Eis o que vemos em nossas análises.

SEÇÃO I - LIMOEIRO DO AJURU, ILHA SARACÁ, A AMAIS, AS MULHERES PESCADORAS: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Buscou-se realizar uma pesquisa científica do tipo qualitativo, em que se privilegia a qualidade e não a quantidade dos dados analisados. Desse modo, esta pesquisa apresenta-se em cinco etapas: revisão de literatura, pesquisa de campo, triagem, análise e interpretação dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Em um primeiro momento, foi feita uma revisão na literatura, a fim de compreender e definir as teorias a serem utilizadas; desse modo, promoveu-se uma análise crítica das obras já produzidas sobre a temática.

Outra etapa foi a coleta de dados, com observações livres e entrevistas semiestruturadas, o que, segundo Lüdke e André (1986, p. 33), acontece quando “[...] a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”, para compreender as identidades e os saberes, bem como as formas de organização social, do trabalho, as potencialidades e o empoderamento feminino, conforme Silva e Gonzaga (2022, p. 21):

O empoderamento feminino diz respeito ao poder exercido pela mulher na sociedade. Este poder, não se refere à apenas direcionamento de altos cargos sociais e políticos, mas principalmente por assumir seu poder individual bem como conhecer seus próprios direitos, ter consciência de cidadania e lutar para que o machismo do dia a dia seja aos poucos desconstruído.

As entrevistas foram feitas com cinco mulheres da AMAIS. O critério para seleção delas foi o de terem feito parte da associação desde o início da sua constituição até o último momento de atuação. Seis perguntas foram direcionadas às entrevistadas acerca da constituição e do desenvolvimento da associação, além do cotidiano dessas mulheres. As respostas eram livres e simultaneamente gravadas com a permissão de cada entrevistada, após a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A terceira etapa foi a transcrição das falas das informantes, além da triagem e análise dos dados, o que, segundo Bardin (2011, p. 15), caracteriza-se por ser “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento”. Na triagem dos dados, destacamos quatro subdivisões para melhor compreensão: a primeira subdivisão foi a de “Unidades de Registros”, onde foram separados trechos de fala e, a partir deles, categorizado o que cada fala significava em termos de saberes; a segunda, “Categorização da Unidade de Registros”, em que se interrogou o que as evidências significavam em termos do objeto-problema da pesquisa; a terceira, “Categorias Analíticas”, em que foram separados referenciais

teóricos que possibilitaram a análise dos dados, as evidências, em relação ao objeto-problema de pesquisa; na quarta, foi realizada uma explicação prévia, em termos de análises obtidas. Toda essa fase da pesquisa foi orientada sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, que se destaca por considerar o concreto no princípio da materialidade.

Nesse processo, conhecer a história de vida dessas mulheres foi muito importante, para poder compreender os fatores sociais que contribuíram para a formação das suas identidades. Desse modo, considera-se importante fazer aqui a relação dos dados coletados com diversos autores, como Rodrigues (2012), Furtado (2017), Pantoja e Pinto (2012), Taylor (2000), Costa (1989), dentre outros, que auxiliaram esta pesquisa, pois entende-se que a relação desses materiais com esta dissertação oportunizou (re)descobrir o que ainda é necessário conhecer em se tratando de saberes, identidade e trabalho, bem como outros pontos ainda não citados, como a formação político-identitária de mulheres ribeirinhas pescadoras, um dos eixos principais deste estudo.

1.1 LIMOEIRO DO AJURU: A ILHA SARACÁ

Um dos 144 municípios do estado do Pará, o município de Limoeiro do Ajuru possui, conforme Sena (2007), relevo predominantemente de terras baixas, geralmente cobertas por um grande manto verde, sua rede hidrográfica é composta de vários rios, igarapés e furos, sendo seus principais acidentes geográficos o rio Tocantins e o rio Pará, localizando-se, inclusive, à margem direita deste último.

Figura 1 – Localização de Limoeiro do Ajuru e da ilha Saracá



Fonte: Google Earth, 2022.

Essa vasta distribuição de rios furos e igarapés justifica o porquê de a pesca ter se tornado uma das mais importantes atividades econômicas no município, sendo ela vivenciada na alimentação, no comércio e no lazer.

Figura 2 – Igarapé, acidente geográfico comum nas imediações de Limoeiro do Ajuru



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Na foto acima demonstramos um dos muitos igarapés que existem no município de Limoeiro do Ajuru. Esse, em especial, está localizado no quintal de uma das casas da ilha Saracá. No geral esses igarapés são fontes de recursos naturais que auxiliam na alimentação. Ali também são realizadas atividades de pesca, como: tapagem de malhadeira, captura do camarão com o paneiro ou tapagem com pari³. Dependendo da localização do igarapé, se for próximo da casa, também é eficaz para guardar seus transportes de pesca, como os cascos e as rabetas de pequeno porte.

Figura 3 – Furo, acidente geográfico comum nas imediações de Limoeiro do Ajuru

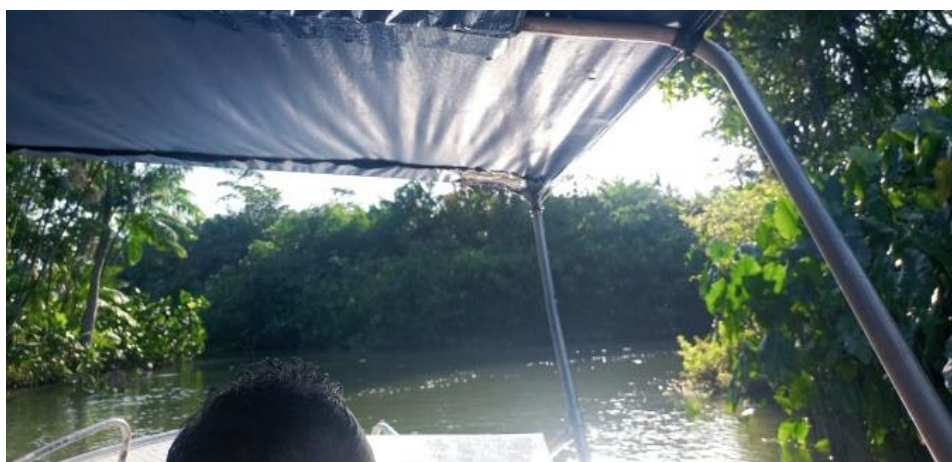


Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

³ Espécie de parede tecida de tala que, fechando de um lado a outro do igarapé, é capaz de capturar grande quantidade de camarão e peixe.

Os furos, demonstrados na foto acima, são, segundo Sena (2007, p. 54), “[...] estreitos canais que servem para comunicação entre os rios. Dessa forma exercendo um papel importante na navegação fluvial”. Na imagem demonstramos um dos furos da ilha Saracá, chamado de Caverna; percebemos mais à frente que esse furo se ramifica e, em seguida, ambos desagüam no rio Tocantins. Esses furos são meios principais de acesso por entre a ilha e é através dele que os moradores do interior da ilha têm passagem para o caminho da cidade bem como para outras localidades.

A ilha Saracá, lócus da pesquisa, é uma das 14 ilhas do município, e destaca-se por seu potencial para a pesca e para o extrativismo de açaí, uma das suas principais atividades, e de outros produtos da floresta, como o cacau e o buriti, que também fazem parte da renda local. Outra fonte de renda dos moradores da localidade é o emprego público, bem como aposentadoria e pensões.

Figura 4 – Pescadores de Saracá em atividade



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Figura 5 – Ilha Saracá vista da baía do Marapatá



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Na imagem acima podemos observar os pescadores da ilha Saracá jogando suas redes na baía do Marapatá. Essa é uma cena muito comum no cotidiano das pessoas que tomam esse trajeto.

De acordo com dados emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde, de Limoeiro do Ajuru, a população da ilha está distribuída em 202 mulheres e 229 homens na faixa etária de 18 a 59 anos.

Tabela 1 – Distribuição populacional da ilha Saracá homens/mulheres

ÁREA DE COBERTURA POR ACS ATUANTES NA ILHA SARACÁ	MULHERES de 18 a 59 anos	HOMENS de 18 a 59 anos
ASC 1	104	108
ACS 2	98	121
Total	202	229

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O cotidiano dessas pessoas inclui atividades religiosas e culturais, em que são mantidas as celebrações comunitárias, como terreiros de festas juninas, danças e músicas, principalmente no período da abertura da pesca. Além de atividades de lazer, como bares, torneios e campeonatos de futebol, dentre outros.

Na imagem a seguir, temos o registro de um importante momento religioso que envolve todos os moradores da comunidade do Sagrado Coração de Jesus e comunidades vizinhas. Ressaltemos nela a presença de uma mulher pescadora, e que faz parte da AMAIS, conduzindo a celebração. Também é possível observar as mulheres em posse dos instrumentos de percussão, dando a entender que essa celebração é marcada pela liderança feminina.

Figura 6 – Celebração religiosa



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Enquanto os homens são, na maioria, pescadores e agricultores, que têm seus caminhos marcados pelo contato com a natureza, com os rios, os furos, os igarapés, e, desde muito cedo, deixam suas casas para irem em busca de seu sustento; as mulheres têm seu trabalho principalmente voltado para a família, além da pesca e da agricultura, manipulação de produtos naturais, como remédios (xaropes, garrafadas para vários tipos de enfermidades), sabonetes,

xampus, cultivo de ervas medicinais e confecção de artefatos artesanais (crochê, tricô, arranjos, etc.).

A pesca e a agricultura estão presentes em quase todos os momentos do cotidiano saracaense e em todos eles as mulheres se mostram muito importantes, apesar do ambiente pesqueiro, bem como suas organizações sociais serem marcadas pelo machismo (FURTADO, 2017).

Entretanto, nessa perspectiva:

Os saberes femininos de pesca por se articularem com as tarefas do lar e se definirem em função destas revelam que há uma hierarquia de saberes e de práticas em que os minimizam em relação ao masculino. [pois] estariam ligados ao indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhe para resolver problemas do cotidiano, e, portanto, em constante transformação, haja vista as diferentes necessidades vividas (RODRIGUES, 2012, p. 38).

Na ilha Saracá, a atividade da pesca e da agricultura é tão relevante que ela se manifesta também como uma realização cultural para toda a comunidade, a exemplo da tradicional Festa do Pescador, que não é apenas uma festa, mas um ritual que antecede a abertura da pesca na localidade. A festa inicia-se no último dia de fevereiro, já que, no dia 1º de março, começa a temporada de pesca.

Na figura 7, observa-se a imagem da celebração que antecede a saída dos pescadores para o rio. Acredita-se que essa imagem tem a função de proteger os pescadores no rio. Segundo a informante-05, essa celebração acontece desde um certo ano em que houve a fatalidade de um pescador perder a vida por ter ficado preso embaixo da rede: “Acontece também que, desde o fato que aconteceu do menino que morreu debaixo da rede, eles adquiriram isso” (INF.05). Chama também a atenção o fato de os pescadores do sexo masculino ocuparem a frente do altar, dando a entender que apenas homens se deslocam para os rios; no entanto, esse fato se dá porque são, em maioria, as mulheres que conduzem a celebração e fazem as bençãos e as recomendações.

Após a celebração religiosa, primeiramente acontece a reunião com os pescadores, para planejamento da captura que acontecerá no dia seguinte; é o momento em que são dadas as orientações e estabelecidas as regras e os critérios que serão desenvolvidos no decorrer do dia. Geralmente essas orientações estão relacionadas com a forma de se portar no rio e sobre o não consumo de bebidas alcoólicas. Na figura 8, há uma reunião de pescadores dialogando sobre essas questões, sob a presidência de um deles.

Figura 7 – Pescadores que vão para o rio após a celebração religiosa da Festa do Pescador



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Figura 8 – Reunião dos pescadores



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Após a reunião, são feitas apresentações culturais com músicas e danças, como o carimbo e o siriá, entre outras. Tudo voltado para a temática da agricultura e da pesca. No centro das danças, podem ser vistos os materiais de trabalho, como forma de demonstrar a gratidão da comunidade pela fartura que virá.

Em análise sobre a figura 8, em relação às figuras 9 e 10, observemos que, na reunião, se fazem presentes apenas homens e, nas danças, apenas mulheres. Enquanto as mulheres dançam por entre as redes e outros equipamentos, os homens, em círculo, batem palmas, como uma forma de aprovação pela ação das mulheres. Com isso, percebemos que a presença masculina na pesca se destaca muito antes da captura do pescado.

Figura 9 – Pescadoras dançando



Figura 10 – Dançando por entre as redes



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Enquanto as apresentações estão acontecendo, outro grupo de mulheres já está na cozinha preparando a comida, que, em seguida, será distribuída para todos os que estão ali presentes. Percebemos nesse ato a presença do patriarcado, no que diz respeito às atividades desenvolvidas por homens e mulheres, pois a presença das mulheres na cozinha lhes mantém afastadas das decisões discutidas nas reuniões de grupo.

Logo bem cedo, no dia seguinte, o grupo selecionado sai para o rio, as redes são arrumadas em casco/canoas, como demonstra a figura 11. Primeiramente vai o *taleiro*, presente na figura 12, uma pessoa responsável em localizar o cardume, sendo seu instrumento de trabalho uma vara que é empurrada ao fundo do rio e, assim, por meio dos seus saberes, é detectado se tem peixe em grande quantidade naquele local. Vale ressaltar que até o momento de realização desta pesquisa não encontramos registro de taleiras, apenas homens realizam essa função dentro da pesca. Do mesmo modo não observamos a presença de mulheres no ato da arrumação das redes no casco.

Figura 11 – Arrumando as redes no casco



Figura 12 – Taleiro



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Após o cardume ser identificado, as redes são lançadas em forma de círculo fazendo um bloqueio da passagem dos peixes, o que os pescadores denominam de borqueio.

Figura 13 – Ilustração do borqueio

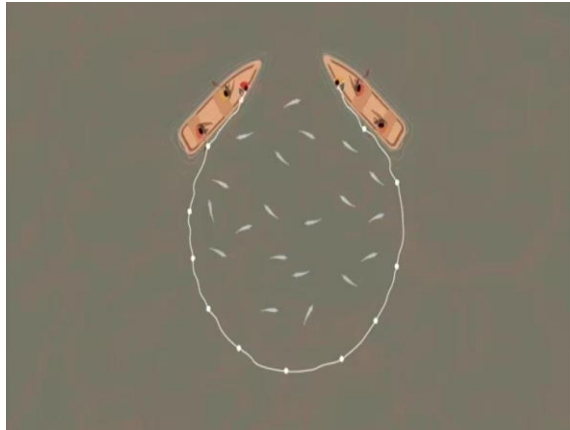


Figura 14 – Borqueio do mapará sendo fechado



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

O pescado, depois de capturado, é dividido entre os pescadores: parte será destinada ao comércio e outra parte será dividida entre os moradores da localidade. “Esse peixe é tirado pras associações, porque o responsável da associação é responsável pra dividir pras famílias, aí um barco, né, um bicudo sai pra dividir, cinco, seis, quilos pra cada família” (INF.01). Destacamos que a informante relata um acordo anteriormente feito na comunidade e estabelecido entre os acordos de pesca. Essa distribuição garante que todos os moradores da localidade usufruam do resultado da preservação e não apenas os que possuem recursos financeiros para realizar a compra.

Figura 15 – Distribuição dos peixes



Fonte: Globoplay (2022). <https://globoplay.globo.com/v/10350678/>.

Na figura acima, temos um representante da comunidade local fazendo a entrega do peixe para as famílias. Essa quantidade de peixe varia de um dia para o outro, porque faz parte de um percentual, onde 50% é para o dono da rede e os outros 50% serão distribuídos entre os moradores da localidade.

No entanto, essa festa, para todos da comunidade, vai muito além do que uma simples comemoração; ela significa também a vitória sobre todas as lutas travadas na localidade, conflitos de invasores na área de preservação durante o período do defeso, as várias noites maldormidas dedicadas à vigilância na reserva e a espera do tão aguardado mapará, peixe que tem um grande significado para a região tocantina.

Em todo esse processo as mulheres da AMAIS se mostraram presentes. Porém, para elas, as tarefas direcionadas são especialmente o planejamento e a execução da parte cultural, a decoração do espaço, a organização da celebração e a feitura dos alimentos. Entendemos essa divisão como uma manifestação do patriarcado na classe de trabalhadores da pesca, pois, segundo Lerner (2019, p. 17), “[...] o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores”. A inferiorização das mulheres aqui é percebida nos espaços que elas ocupam e nas atividades destinadas e realizadas por elas. Dentro dos grupos de pesca, suas atividades são similares às atividades domésticas, pois, conforme Lerner (2019, p. 17), foi “[...] por meio do patriarcado que estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres”. Contudo, não percebemos incômodo algum por parte das mulheres em exercer essa diferenciação de tarefas, pois esse processo se dá entre eles de uma forma tão natural que é imperceptível para elas a própria submissão.

1.2 A AMAIS E AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO

Segundo informações dos moradores da localidade e as informantes entrevistadas, a AMAIS teve seu início por intermédio de uma outra associação de moradores da ilha Saracá, chamada de Sagrado Coração de Jesus, inteiramente vinculada à comunidade cristã, cuja denominação era a mesma da associação. A partir do incentivo de algumas pessoas que faziam parte dessa primeira associação, surgiu a ideia de fundar uma associação formada apenas por mulheres pescadoras e agricultoras da localidade, conforme relata a informante-03: “nós começamos através do Adelino, que era presidente da outra associação aqui. Ele trazia esse pessoal que fazem documento de terra, aí, nesse intermédio, ele nos apresentou pra ele, aí ele falou se nós não queria fazer uma associação”.

Na figura 16, observa-se a Igreja Sagrado Coração de Jesus, na comunidade onde surgiu a primeira associação que deu incentivo para a AMAIS. Esse local é muito importante para os pescadores, pois, é ali que se celebra o envio dos pescadores no dia em que antecede a abertura da pesca.

Figura 16 – Igreja católica Sagrado Coração de Jesus



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Segundo o Estatuto da AMAIS, aprovado no dia 17 de março de 2006, essa associação foi registrada no dia 1º de agosto de 2006, no Cartório Dias, localizado na sede do município de Limoeiro do Ajuru, seu nome foi constituído em 10 de abril de 2006.

O nome AMAIS carrega um grande significado: AMAIS é uma sigla para Associação de Mulheres Trabalhadoras na Aquicultura e Agricultura da Ilha Saracá. No entanto, com o tempo, foi percebido pelas próprias mulheres que a aquicultura não seria capaz de suprir suas necessidades, enquanto trabalhadoras das águas. O termo ideal seria pescadoras, uma vez que suas atividades cotidianas não se resumiam apenas à criação de peixe, mas a uma série de atividades e modos de produzir a vida oriunda dos trabalhos da pesca, como relata a INF. 02: “eu ia malhar, botar matapi, e aí eu que cuidava o peixe, a gente sabe como fazer toda essa parte aí [...] Desde criança eu ia com a mamãe pro Jacaminhoca pegar camarão no casco, nesse tempo num tinha rabudo, num tinha nem nada”. No entanto, como o estatuto já havia sido registrado dessa forma, assim continuou, mas todas as mulheres tendo a consciência de que eram pescadoras e não aquicultoras.

Segundo o estatuto, a associação tinha por finalidade promover o desenvolvimento participativo dos associados e promover atividades assistenciais, educacionais, desportivas, recreativas e de bem-estar social, como descrito em seu artigo 2 (AMAIS, 2006).

Art. 2º A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA DA ILHA DE SARACÁ-AMAIS tem por finalidade(s) 1- promover o desenvolvimento participativo dos associados dentro dos princípios democráticos promovendo atividades de desenvolvimento assistenciais, educacionais, desportivas, recreativas e de bem estar sociais sem distinção de raça, religião ou ideologias, visando sempre a promoção do homem tanto no município como na sociedade brasileira. (Lei 9.790/99, art. 3º).

Desse modo, eram desenvolvidas, por exemplo, oficinas de produção de remédios naturais tendo como matéria-prima as ervas cultivadas nos quintais das participantes da associação, além de aulas de crochê, cursos de cabeleireiro, artesanato ecológico, dentre outros.

A AMAIS possuía um número ilimitado de associadas distribuídas em quatro categorias: Associado, Benfeitor, Honorário e Contribuinte. Sua diretoria consistia em um diretor geral, um diretor administrativo, que supria a ausência do diretor geral, quando necessário; e um diretor financeiro (AMAIS, 2006, artigo 17). E sua prestação de contas era realizada dentro dos princípios fundamentais da contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade (AMAIS, 2006, artigo 29). Observamos que os sujeitos da categoria do artigo 17 se apresentam em gênero masculino, isso se dá pelo motivo de o estatuto da AMAIS ser baseado no estatuto de uma outra associação, contudo as sócias não se atentaram a esse fato, porém no próprio estatuto se confirma na assinatura final a presença de uma presidenta e uma secretária, ambas mulheres residentes na localidade.

Durante o tempo em que a associação se manteve ativa (2006-2014), eram realizados encontros diários, que geralmente ocorriam no turno da tarde para que não atrapalhassem os trabalhos domésticos das associadas: “Aí, primeira coisa que nós montamos foi esse artesanato, lá casa de uma vizinha. Aí, nós trabalhava, só à tarde, porque de manhã nós tinha serviço da casa” (INF.03). Os encontros aconteciam na casa anexa de uma das sócias, pois a entidade não possuía terreno para a construção de um local fixo. Com passar dos anos, foi doado um terreno para que ali pudesse ser construída a sede da associação, terreno esse que posteriormente foi devolvido, devido à inatividade da entidade.

Figura 17 – Terreno doado para construção da sede da AMAIS



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

A figura acima é exatamente a imagem do terreno doado para a associação. Ali ainda chegou a ser construída uma estufa, que funcionava como berçário para a produção de mudas de diversas espécies de plantas, como açaí branco, açaí preto, entre outras. Segundo registros da informante-03, a dificuldade de acordo na negociação fez com que todas as mudas se perdessem:

A gente inventou também um plantio, veio aquelas telas, a gente comprou adubo também, com terra, aí nós fizemos. Tinha açaí branco, tinha açaí preto, aí fomos procurar compra, só que o pessoal aí da reserva queriam comprar, mas não queriam nos dar o preço que a gente queria, daí foi que foi secando, sabe. (INF.03)

Os trabalhos realizados na associação eram trabalhos planejados pelas próprias associadas, muito diferente dos executados nos seus lares, o que era muito atrativo para elas. Contudo, é bem possível que, durante o processo de constituição da AMAIS, essas mulheres tenham desenvolvido conhecimentos e saberes significativos dentro de seus grupos e classe.

1.2.1 As mulheres da AMAIS

As mulheres da AMAIS não aceitam sua condição natural diante da ordem capitalista e, possivelmente, esse seja um dos motivos pelos quais a AMAIS tenha surgido: pelo descontentamento do modo com que o capital, manifestado pelo patriarcado, lida com as mulheres.

No entanto, como toda associação regulamentada, foi necessário atribuir critérios para que suas sócias pudessem se manter organizadas. Um dos primeiros critérios foram as

condições para o ingresso: para se tornar sócia da AMAIS, era necessário, principalmente, ser mulher, pescadora ou agricultora e residir na região, o que resultou na associação de mulheres entre 30 e 85 anos de idade.

Essas mulheres se autoidentificaram como “senhoras do lar”, desenvolvendo trabalhos pautados nas atividades da agricultura, como apanhar açaí, incluindo todos os outros trabalhos relacionados a esse ofício, como debulhar, catar, limpar, molhar e bater o fruto. Em alguns casos, outra atividade extrativista desenvolvida era o plantio e colheita do cacau.

Nas atividades da pesca, a partir da associação, as mulheres ampliaram sua atuação, capturando peixe e camarão, e não só limpando e cozinhando o pescado. Além disso, elas também teciam redes, matapis e paneiros.

É importante evidenciar que as mulheres da AMAIS não possuíam um trabalho formal remunerado e dependiam exclusivamente de sua produção vinculada à agricultura. No período do verão amazônico, de julho a novembro, a coleta do açaí é a atividade mais importante, seguida do período da pesca, que vai de abril a outubro. Nos outros meses, de 1º de novembro a 31 de março, a pesca fica proibida por conta do período da piracema, em que há a reprodução dos peixes. Esse também é o momento em que os pescadores, homens e mulheres, de uma forma geral, organizam-se para dar entrada no Seguro-Defeso⁴, uma forma de manter o pescador ausente das atividades da pesca.

As mulheres pescadoras da ilha Saracá, em especial as entrevistadas da AMAIS, foram muito desenvoltas nas suas conversas, apesar de, à época da pesquisa, nenhuma possuir nível superior, demonstrando grande conhecimento de mundo. A maioria dessas mulheres concluiu o Ensino Médio, por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), mas outras fizeram apenas o Fundamental, tendo no casamento e/ou na gravidez os principais motivos da não continuidade dos estudos.

Em relação às suas casas, muitas são construídas de madeira às margens dos rios, interligadas por extensas pontes apenas de madeira ou de madeira recobertas por cimento no entanto em sua maioria cercadas de plantações. Na figura 18 pode-se observar que as casas são interligadas por grandes pontes, isso acontece para que o acesso às casas de vizinhos e familiares seja facilitado. Nos portos, observa-se a presença de embarcações, que são o principal meio de transporte dos ribeirinhos; as embarcações maiores são chamadas de rabeta ou lancha,

⁴ Serviço que permite ao pescador profissional artesanal solicitar ao INSS o pagamento de um benefício, o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, durante o período de defeso, ou seja, quando a pessoa fica impedida de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Para mais informações, consultar o Site do Governo Federal: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seguro-defeso-pescador-artesanal>.

e as menores, de rabetinha ou casco. Essas embarcações são de grande relevância para os ribeirinhos da ilha Saracá, pois é por meio delas que os pescadores e as pescadoras se deslocam para os rios em suas atividades de pesca.

Figura 18 – Aglomerado de casas em Saracá



Fonte: G1, 2016. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/01/festa-celebra-abertura-da-pesca-do-mapara-peixe-apreciado-no-pa.html>.

Nos fundos dessas casas também existem outras pontes, que geralmente dão acesso ao banheiro, aos currais de porcos e aos galinheiros.

Figura 19 – Ponte que dá acesso ao banheiro



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Figura 20 – Curral do porco nos quintais



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

As plantas que ficam junto das pontes que dão acesso ao rio são exclusivamente plantas com flores, que enfeitam a chegada e a frente da casa, já a ponte de trás, que dá acesso ao banheiro, bem como os arredores laterais das casas, são cercadas por plantas de tempero e de

remédio. No geral, as pontes são construídas pelos homens, porém, o plantio, o cuidado e a colheita das plantas cultivadas no decorrer das pontes são tarefas realizadas pelas mulheres.

Figura 21 – Ponte que dá acesso ao rio



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Figura 22 – Plantas de tempero e remédio ao redor da casa



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Suas casas fazem parte de um complexo de construção, formado pela casa principal e a casa em anexo, que fica no início da ponte de chegada ou no lado da casa principal. Essa casa tem a finalidade exclusiva de guardar os materiais de pesca ou de fazer e/ou consertar os equipamentos utilizados durante a pesca.

Figura 23 – Casa para guardar os equipamentos da pesca



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Figura 24 – Local para consertar os equipamentos de pesca



Foto: Registro pessoal da pesquisadora, 2022.

Vale ressaltar que o cotidiano dessas mulheres pescadoras é visivelmente marcado pelos trabalhos da pesca, intercalados com os trabalhos domésticos, levando-nos a afirmar que, assim como no modelo de sociedade patriarcal que destacamos no texto, o trabalho doméstico na ilha Saracá é realizado exclusivamente pelas mulheres, que também participam de outras atividades.

No entanto, os trabalhos relacionados tanto à pesca quanto à agricultura são vivenciados por todos os membros da família, como uma forma de desonerar mão de obra de terceiros.

1.2.2 Da formação e ressignificação dos saberes de comunidades tradicionais

Essas mulheres construíram diversos saberes no dia a dia de suas vivências: “Na pesca eu pelo menos aprendi a fazer o matapi [...] E bater também o matapi [...] e não sabia como traçava a rede”. Com o passar dos anos, alguns desses saberes se mantêm e outros vão sendo ressignificados, de acordo com suas necessidades. Nesse sentido, Rodrigues (2012, p. 57) ressalta que:

[...] aos trabalhadores estão dados saberes muito antes de seu estar no mundo, mas também que eles têm a possibilidade de, a partir desses mesmos saberes, negando-os, produzir, em sua perspectiva, valores, atitudes, habilidades, formas de intervir no mundo, ou, até mesmo, seus próprios saberes, ressignificando-os de acordo com os seus interesses.

São saberes que se constituíram de alguma forma e que, com o passar do tempo, foram se modificando diante da necessidade ou não de se realizar da mesma maneira. Com a chegada da energia local e, conseqüentemente, da internet, muitas práticas e costumes sofreram alterações na ilha, por exemplo, o preparo do açai, que já não é mais amassado no aguidar, mas sim na bateadeira, artefato observado em todas as casas; houve também mudança no horário do jantar, que não precisa mais ser tão cedo, como antigamente; as mulheres já não precisam mais salgar os peixes, para que ele não estrague, pois o *freezer* ou geladeira suprem essa necessidade; e, apesar de ser algo tão presente na vida dos ribeirinhos, a prática do banho no rio tornou-se uma opção, pois todas as casas têm banheiro com chuveiro; as pessoas já não precisam mais se preocupar se a água está enchendo ou se está vazando para tomar seus banhos ou encher seus baldes de água no jirau. Assim observamos na fala da informante-01:

Foi numa época que não tinha energia, era lamparina, a gente não era acostumada com lamparina aqui, não tinha televisão, te quieta. Seis horas da tarde a gente tinha que estar jantando sabe, pra aproveitar ainda o clarão do dia ainda, era lamparina, pensa. Era amassado o açai no aguidar, a minha sogra amassava no aguidar pra gente poder jantar, não tinha mesa, era no chão, eu não sabia sentar no chão, me gastava tudinho o açai. Mas depois foi tranquilo, eu fui me acostumando. Eu fui aprendendo muita coisa. Fui aprendendo o jeito como eles faziam sabe. (INF.01)

Com a chegada da energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, já não era mais possível se ver lamparinas nas casas e, com isso, muitas pessoas também não aprenderam mais como se produz uma lamparina. As pessoas adquiriram o costume de jantar tarde assistindo à televisão, o que suprimiu os momentos de diálogos e de *contação* de histórias que os mais velhos faziam para os mais novos; devido a isso, essa nova geração não possui mais esses saberes de contar

as longas narrativas orais, tal como se fazia antigamente. As bateadeiras elétricas chegaram e, com isso, houve o desaparecimento dos alguidares, das peneiras, das caroceiras, conseqüentemente também a prática de construir ambos. Esses e outros saberes ressignificados vão construindo e dando forma a novos costumes e modos de produzir a vida ribeirinha na ilha Saracá.

No entanto, apesar de tudo o que essas mulheres fazem, elas sentem a necessidade de contribuir financeiramente nos seus lares, haja vista que os trabalhos domésticos não dispõem de remuneração. Desse modo, a AMAIS foi, para muitas delas, um meio de contribuir no sustento das suas famílias, uma vez que, em alguns momentos, os recursos financeiros adquiridos através das vendas de materiais eram divididos entre as sócias: “isso parece que foi dividido cinco reais pra cada uma de nós. Aí quem não queria já deixava aí pra comprar outra coisas. A gente comprava até o ovo que não era tão caro” (INF.01).

Contudo, é possível que a AMAIS não tenha contribuído apenas na parte financeira dessas mulheres, mas também na formação de saberes de organizações sociais, culturais e políticas de identidade, como comprovamos através da informante-01: “eu sou uma que todo ano dou entrevista na abertura da pesca, que eu tô lá, eu tô no meio, dando entrevista e foi a nossa associação das mulheres que abriu essa oportunidade para nós, mulheres, estar no rio”. A fala da informante-05 também demonstra que, através da AMAIS, as mulheres passaram a conhecer mais seus direitos: “Com a associação eu conheci muita coisa que eu não conhecia sobre os nossos direitos e nosso deveres, como se organizar, tudo eu preendi através da associação. Ela ajudou muito, eu conheci muita coisa a partir da associação.” Assim, percebemos que a associação teve grande influência na vida das mulheres ribeirinhas da ilha Saracá, principalmente no que diz respeito à organização feminina.

A importância da efetivação desse trabalho se dá pela busca por conhecimentos mais aprimorados no campo de trabalho, saberes, gênero e classe, em um objeto inexplorado, que são as mulheres da Associação, como demonstram as nossas análises.

1.2.3 Eixos de análises que compõem os saberes político-identitários

Os saberes político-identitários são uma categoria desenvolvida a partir da observação e análise de três eixos centrais que determinam um conceito em formação. Para tanto, precisamos desde então compreender o que são saberes, o que é política e como se constrói a identidade.

Compreendendo esses três eixos, passamos a relacioná-los, criando uma categoria única que está presente em diferentes modos de vivências da sociedade.

1.2.3.1 Saberes

A categoria saberes, presente no entorno desta pesquisa, nos leva a refletir sobre conhecimentos adquiridos na vivência do trabalho, da cultura, nas práticas de crenças e valores, abrangendo uma ampla variedade de áreas. Nesse sentido, Diegues et al. (2000) afirmam que “[...] saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos”. Com isso, compreendemos que saberes são parte de um processo evolutivo em que as espécies podem interagir, influenciando umas às outras em uma ação dinâmica e contínua, onde ambas as espécies desenvolvem mudanças significativas.

Categoricamente dicionarizada, a palavra saberes é identificada como o plural do verbo “saber” e significa “tomar conhecimento de; adquirir ou ter conhecimento específico; gravar na memória; conhecimento, sabedoria; experiência prática [...]” (AURÉLIO, 2004, p. 190). Porém, apesar de parecer sinônimo de saber, segundo Rodrigues (2012, p. 38), existe uma diferenciação entre ambos, “[...] o *conhecimento*, com base em Fiorientini et al. (1998), estaria ligado ao resultado de produção científica, oriundo de pesquisas, enquanto que o *saber* seria um modo de conhecer-saber menos rigoroso, mais relacionado à esfera da praticidade”.

Charlot (2000, p. 80), por sua vez, afirma que “A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender.” Assim, compreende-se o saber como algo intrínseco à cultura de um povo, em uma relação inerente das suas práticas, experiências, vivências, etc. Para tanto, a diferença entre conhecimento não se aplica apenas nas formas de adquiri-lo, se pelo método científico ou empírico, mas também pelos resultados. O conhecimento geralmente é fruto de uma pesquisa científica, já os saberes são frutos de experiências de pessoas que vão demonstrando, na prática, os seus erros e acertos.

A literatura no campo dos saberes é muito vasta e, apesar disso, a ampliação da investigação que se ocupe dessa categoria na região da Amazônia tocantina se faz sobretudo necessária, pois, com isso, pode-se evidenciar e registrar elementos capazes de contribuir para uma sociedade mais diversa, cultural e participativa.

Dessa forma, partindo do pressuposto do Materialismo Histórico-Dialético, que busca compreender a história humana a partir das relações sociais, buscamos interpretar os saberes de acordo com a compreensão de alguns teóricos, como Tardif (2002, p. 61), que se tratando de saberes docentes afirma que eles são “[...] portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois, trazem à tona [...] conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante

diversificado e provenientes de fontes variadas, as quais pudemos supor também que são de fontes variadas”. Com isso, entendemos que saberes são formados pela união de diferentes fatores, como raça, culturas, vivências políticas, históricas, sociais, etc., do mesmo modo afirma Rodrigues (2012, p. 53) que “[...] saberes, conhecimentos, valores, leituras de mundo e das relações sociais não nascem do vazio. Não são oriundos de uma consciência como que concebida distante da materialidade histórica dos homens. Pelo contrário, resultam, nas palavras de Schwartz (2003), de um fazer história”, e, para tanto, contribuir para construção de um registro significativo de eventos que marcam a sociedade, sejam por meio de ações individuais ou coletivas, sendo estas ações agentes de transformação social.

Assim, entendemos que os saberes se apresentam como um integrado de fatores capazes de compreender a complexidade da história humana, ou seja, as relações e as experiências que são construídas ao longo da história, bem como a cultura de valores que permeiam a sociedade, onde os seres humanos estão inseridos, são elos interdependentes que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem, os seres humanos também vão construindo os saberes.

Tendo em vista os saberes como parte histórica da construção humana, percebemos também os saberes como um adquirir contínuo de conhecimento, como um “[...] concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, isto significa que a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção social” (SCHWARTZ, 2003, p. 24). O saber é, então, “o saber é “[...] estruturado sem deixar de estar constantemente em construção” (ZAIDAN, 2003, p. 84) , ou seja, ao passo que os seres humanos vão construindo saberes, os saberes passados vão se reconstruindo em um processo contínuo e dinâmico de reflexão, contextualização e reorganização dos conhecimentos já adquiridos, com o objetivo de tornar esses saberes cada vez mais coerentes e precisos na realidade presente. Além disso, o saber, segundo Zaidan (2003, p. 84), também é “[...] afetivo porque relaciona-se com os sujeitos, a construção dos sujeitos, suas auto imagens, julgamentos, sentimentos”. Desse modo, esses saberes, por serem afetivos, estão relacionados às emoções e, assim, permitem estabelecer vínculos sociais com as pessoas à sua volta.

Contudo, o saber também está diretamente ligado às relações de trabalho, uma vez que o “[...] trabalho é o que mais acumula cristalizações da história humana” (SCHWARTZ, 2003, p. 24). Desse modo, compreende-se que, em uma perspectiva de construção da própria identidade por meio do trabalho, as mulheres da AMAIS construíram saberes, não apenas os saberes tradicionais relacionados às suas atividades produtivas diárias, mas outros, de experiências subjacentes, porque “A identidade também passa por esse processo de constituição

associada aos saberes, não separada do mundo do trabalho, mas sim nas suas relações como próprio trabalho, com a natureza e com outros sujeitos” (PEREIRA, 2019, p. 61).

Nesse sentido, Martins (2011, p. 64) enfatiza que “[...] o saber é construído na relação do trabalhador no ambiente de trabalho, ou seja, é construído pelo sujeito. É uma relação que proporciona comunicação, disponível para outros.” Assim, ao se relacionar no trabalho e com o trabalho, o trabalhador adquire, por meio das experiências vividas, habilidades sociais e comportamentais que lhes auxiliam no melhor desempenho das suas funções, pois, segundo Pereira (2019, p. 62),

O saber, sobretudo do trabalho, é uma categoria historicamente construída em um grupo social, em uma relação entre os sujeitos e suas experiências vividas no seu cotidiano e em outros espaços, constituindo-se diante de outras categorias como família, educação e gênero.

Desse modo, compreendemos que os saberes, por serem uma categoria construída e passada de geração a geração, também podem ser classificados como marcadores culturais e identitários, uma vez que possuem significados simbólicos ou históricos importantes para os membros de determinada cultura.

1.2.3.2 Política

O termo política, segundo Bobbio (1995), é de origem grega e significa tudo aquilo que está relacionado à cidade, ao urbano, civil e público. Já Borges (2008, p. 67) afirma que “O termo política significa tudo que diz respeito às relações sociais, à realidade social global, enfim à sociedade em geral. Nesse sentido, tudo que ultrapasse o âmbito estritamente pessoal ou das relações íntimas e incida sobre qualquer realidade social é político.” Assim, o ser humano se constitui político a partir das ações de manifestadas na organização da sociedade. Por outro lado, podemos também entender a política como uma forma de manifestação de poder, pois, “[...] uma ação política é aquela que visa à obtenção do poder, a sua conquista ou sua manutenção” (BORGES, 2008). Com isso, percebemos que, mesmo as ações desvinculadas de órgãos legitimamente regulamentados, são atos políticos, uma vez que se realiza por meio da necessidade de convivência dos seres humanos.

Na segunda esfera, o autor destaca a política como uma forma de poder, tendo em vista esse poder como uma manifestação social que, segundo Dallari (2002), não se sobrepõe na individualidade, do mesmo modo que “[...] o poder é sempre a correlação de duas ou mais vontades, havendo uma que predomina” (DALLARI, 2002, p. 34). Com base nessas concepções, vamos entendendo a forma de política que aqui queremos destacar, como um

fenômeno humano que está presente em todas as esferas da sociedade o tempo inteiro. O filósofo Aristóteles já dizia que “o homem é um animal político”, contudo, relacionando esta afirmativa com o pensamento Marx, compreendemos que a dimensão política do homem não é biológica, mas sim construída a partir dos modos de produzir a vida, pois, “[...] para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Desse modo, conforme Borges acima citado, “[...] política significa tudo o que diz respeito às relações sociais”. Logo, o efeito de comer, beber, vestir, etc., são frutos de uma relação social e, por isso, julgamos que tais modos de produzir a vida são atos políticos, já que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47).

Na sociedade, o indivíduo está em constante contato com a política, desenvolvendo-a em várias esferas, seguindo a premissa de que o homem é um ser que está em constante relação com a natureza e com os outros (MARX, 2002); observa-se, além disso, a necessidade que o ser humano tem de construir a sua história política, pautada na dependência do trabalho que desenvolve nas suas comunidades, nos seus lares, nas suas cidades, pois são nesses ambientes que se tem uma maior “[...] noção de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio” (BORGES, 2008, p. 80). Com efeito, nos referenciamos nesse mesmo autor para substanciar a necessidade de uma “politicidade” da vida humana, onde indivíduos dentro de suas comunidades constantemente almejem viver em uma organização política.

1.2.3.3 Identidade: uma percepção do sujeito

Para realizar o estudo sobre identidade, foi necessário buscar literaturas que pudessem definir uma compreensão do que seria identidade para os seres humanos que vivem em sociedade.

O termo identidade pode ser concebido inicialmente como “[...] uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (TAYLOR, 2000, p. 241). Já para Hall (2002) existem três concepções de identidade: a do sujeito iluminista (individualista); a do sujeito sociológico (interacionista) e a do sujeito pós-moderno. Dentre essas concepções sobre identidade, percebidas ao longo da história humana, vale destacar a concepção de identidade para o sujeito iluminista, centrada no indivíduo, ou seja, quando a identidade era vista como uma essência que lhes acompanhava desde o seu nascimento (HALL, 2002). Esse pensamento é desconstruído quando o sujeito sociológico

surge, pois, é aquele que, segundo Hall (2002), está estruturado sobre um pensamento mais amplo de identidade. Dessa forma, a identidade já não era apenas essência, apesar da essência tida como o “eu real”, o sujeito vai construindo sua identidade por meio de valores, sentidos e símbolos, adquiridos nas vivências e nas interações com a sociedade.

O autor afirma também que o processo de globalização vem dando uma dimensão maior nas esferas simbólicas de legitimação social e, ao invés de apenas uma, agora são várias identidades fragmentadas, entretanto, manifestadas de uma forma mais passageira, mutável e duvidosa (HALL, 2002).

Outra perspectiva sobre identidade é a partir do pensamento de Dubar (2009), que a designa como uma cultura adquirida pela vivência e da cultura herdada de um grupo ao qual pertence. Segundo essa afirmativa, à medida que os indivíduos vão se relacionando com outras pessoas, eles vão moldando o seu Eu de acordo com as relações entre si e o outro.

Por fim, consideramos, neste trabalho, que a “[...] identidade está primeiramente ligada à categoria dialética ‘unidade e luta de contrários’. Uma coisa não pode existir sem que haja o seu oposto” (BOGO, 2010, p. 27), pois entendemos que a identidade não é apenas essência, tampouco surge unicamente da vivência com outras pessoas, já que a relação com outros até tem sua contribuição, mas só se for a partir da compreensão de uma realidade contraditória.

Desse modo, infere-se que o processo de efetivação da AMAIS deu-se em uma afirmação da identidade das mulheres pescadoras, uma vez que sua contrariedade de ideias em relação ao patriarcado, suas entidades representativas e, principalmente, a desigualdade entre os gêneros foi fator principal para a tentativa de superar a arbitrariedade das lutas da mulher com a criação da associação.

Assim, a identidade, por ser a forma como o indivíduo se percebe e é percebido na sociedade, vai se constituindo de diferentes modos e em diferentes camadas sociais; em termos classistas, seria chamada de política de identidade, termo usado para denominar uma reivindicação ao que não é natural no processo identitário cristalizado na sociedade. A partir de Marx e Engels (1986, p. 47), entendemos que “[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”, ou seja, o poder ideológico da classe dominante é capaz de definir também o conceito de identidade, a partir da idealização da figura que lhes representa na sociedade: o homem branco e, publicamente, heterossexual.

Desse modo, as pessoas que seguem esse estereótipo já possuem uma identidade definida e precisam lutar por visibilidade ou por direitos, já os que se contrapõem a essa figura,

como o(a) negro(a), a mulher, os grupos LGBTQIA+, etc., precisam lutar pela conquista dos seus direitos, enquanto classes minoritárias. A essa luta dá-se o nome de política de identidade ou política identitária. No entanto, não significa dizer que a luta está apenas para a classe minoritária, mas que surge por meio dela, por causa das várias formas de opressão que ainda se mantêm pautadas em cada uma delas.

1.2.3.4 Saberes político-identitários

A partir da construção representativa dos eixos saberes, política e identidade, desenvolvemos uma categoria de saberes que aqui denominaremos saberes político-identitários, cujo conceito surge a partir das três importantes temáticas mencionadas aqui e se estende para uma compreensão de identidade e consciência social que se constitui por meio da necessidade de políticas direcionadas para grupos invisibilizados na sociedade.

Saberes político-identitários são o resultado da união de pessoas que compartilham uma identidade comum, como gênero, sexualidade, raça, etnia ou religião e, por meio de reuniões, debates e socializações buscam uma forma política de defender seus interesses em comum.

Assim, os saberes político-identitários são reflexo de uma sociedade marcada pela discriminação e pelo preconceito, e surgem como resposta à marginalização que muitos grupos enfrentam no seu cotidiano. Esses saberes também são identificados como uma forma de resistência à exclusão, ao patriarcado e ao próprio capital.

No contexto pesquisado, os saberes político-identitários se apresentam muitas vezes como uma forma de resistência das mulheres ao sistema capitalista e ao patriarcado. Essas mulheres se constituíram em uma sociedade em que os homens tinham autonomia para fazer o que sentissem vontade e isso, por sua vez, seria continuamente aplaudido nessa mesma sociedade. As mulheres, por outro lado, sempre estiveram limitadas às atividades cotidianas, internas e externas ao lar.

Classificamos, assim, como saber político-identitário de autonomia o ato de a mulher se desvincular do trabalho historicamente exercido pelo sexo feminino, mesmo sem a aprovação masculina (como se isso fosse necessário), tomando para si outras funções antes executadas pelos homens, a fim de demonstrar naquele trabalho a grandeza de se opor às situações que lhes oprimem. Fernandes e Mota (2014) e Toledo (2008) defendem a autonomia como um poder de decisão própria do sujeito, sem interferência ou coerção externa, assim é possível conceber o saber político-identitário de autonomia como um princípio de liberdade e de independência.

Outro saber também classificado foi o saber político-identitário de consciência de classe, baseado em Marx e Engels (2006), e aqui apreendido a partir da perspectiva de Rodrigues (2012), que, em seus estudos, direcionou esse conceito para um viés da classe pescadora na região do baixo Tocantins. Com isso, ele definiu consciência de classe não apenas como o conhecimento de uma situação excludente, mas também como a própria história e as lutas que levam as pessoas a essa tomada de consciência. Esse saber, por sua vez, diz respeito à consciência e organização coletiva de grupos minoritários em prol de uma classe, onde se leva em consideração todos os aprendizados adquiridos pelo grupo. Podemos afirmar, então, que esses saberes surgem a partir do descontentamento estrutural, da percepção das desigualdades sociais, da compreensão da exploração e dominação, entre outros.

O saber político-identitário de conhecimento de causa foi determinado a partir do conhecimento de adquirido por meio das experiências e observações, vivenciadas no cotidiano, que levam a pessoa a obter conhecimento acerca de diversas questões e, embora não se tenha um aprofundamento teórico sobre o assunto, consegue ter uma boa base de conhecimento prévio sobre o tema em questão.

O conhecimento de causa é um saber utilizado em diversas áreas profissionais, pois ele permite a uma pessoa ter mais segurança em suas ações devido à sua compreensão aprofundada sobre o assunto.

Nesta pesquisa demonstramos como o saber político-identitário de conhecimento de causa está presente no cotidiano das mulheres pescadoras da ilha Saracá, Limoeiro do Ajuru, e como isso foi fundamental nas tomadas de decisão e no combate a opressões, a partir de sua classe trabalhadora.

Para tanto, estabelecer os saberes político-identitários é submergir no estudos dessas três categorias e, assim, criar uma categoria multidimensional, que abarca, além das três categorias presentes (saberes, política e identidade), as lutas, as culturas e as vivências de um povo.

SEÇÃO II - TRABALHO, TERRITÓRIOS E SABERES DE IDENTIDADE COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA: A CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO

Abordar a temática território/territorialidade é algo muito complexo e leva à reflexão sobre algumas definições históricas. Contudo, ao tratar de comunidades tradicionais ribeirinhas é relevante ratificar que o próprio ato de executar suas atividades cotidianas já se torna uma prática de resistência, que vai de encontro à lógica do capital, uma vez que essas atividades são desenvolvidas sob os princípios do companheirismo, da participação e da relação afetiva com a natureza.

Para tanto, nesta seção, propõe-se a reflexão sobre como as relações humanas vão se constituindo nos espaços por meio das lutas e organizações sociais, no sentido de compreender como a vivência política fez e ainda faz parte do cotidiano dos ribeirinhos e das ribeirinhas e o quanto esse exercício ou modo de vida tem contribuído para as conquistas de categorias, em especial, dos pescadores e das pescadoras.

2.1 TERRITÓRIOS E FORMAÇÃO DE SABERES NA COMUNIDADE TRADICIONAL RIBEIRINHA EM LIMOEIRO DO AJURU

Neste tópico, faz-se uma abordagem teórica e histórica sobre a conceituação de território, relacionando-a com as práticas de organizações de comunidades tradicionais ribeirinhas, com foco principal nas mulheres pescadoras.

O objetivo de abordar o conceito de território/territorialidade está unicamente voltado para a compreensão das formas de produzir a vida ribeirinha na ilha Saracá, bem como as lutas de povos amazônicos, a partir de muitas conquistas.

O termo território remete às formas de vida, de organizações e relações de variados grupos de pessoas. Nesse sentido, entende-se que as percepções históricas e sociais são produtos da materialidade e existências dos seres que ocupam determinado espaço. Desse modo, as pessoas, ao se relacionarem com a sua e com as outras espécies, vão criando múltiplos fluxos dialógicos originários das necessidades diárias. Tais atividades são capazes de fazer com que o território esteja em constante movimento, fazendo-se necessário compreender seus diversos significados.

É pertinente frisar que a palavra território tem origem no latim, *territorium*, que significa “área delimitada, terra sob jurisdição”, e adquire significado parecido com “extensão de terra sobre a qual vive um grupo humano” (AURÉLIO, 2004).

No entanto, a contribuição de vários estudos tem mostrado que essa nomenclatura não é mais suficiente para definir o conceito de território, pois um termo que apenas considera os limites físicos desconsidera os sujeitos, suas vivências, suas heterogeneidades culturais e suas imposições e disputas entre grupos e classes, que são capazes de alterar o espaço físico e social de determinada área de terra.

A partir de tais considerações, pesquisadores como Raffestin (1993), Sack (1986) e Santos (1994) sentiram a necessidade de refletir sobre território para além da Geografia tradicional, atravessando outros campos de conhecimento, como aqueles que envolvem práticas de dinamismo e poder: “[...] o poder é a chave, em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.” (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Desse modo, fica claro que é impossível compreender território e/ou territorialidade desvinculado do poder exercido sobre ele, bem como é improvável refletir processos sociais por meio da conceituação da Geografia tradicional.

A Territorialidade então é um uso sensato historicamente do espaço. Especialmente, uma vez que ela é socialmente construída e depende de quem está controlando quem e porquê. Ela é o componente geográfico chave para se entender como a sociedade e o espaço estão interconectados. (SACK, 1986, p. 5).

Para tanto, Sack (1986) reflete sobre a constituição do território ou territorialidade numa dimensão utilitária, pois a materialização do território se dá a partir da relação entre espaço e sociedade, ou seja, do uso desse espaço em função dos seus interesses políticos ou econômicos.

Assim, desde sua origem e emancipação, as marcas de territorialização em Limoeiro do Ajuru são definidas por conflitos entre as lideranças locais e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

As primeiras marcas de transformação de espaço geográfico para “território usado (SANTOS, 1994, p. 16), em Limoeiro do Ajuru, ocorrem a partir da instalação de um comerciante, que, fugindo do mau tempo, instalou-se à margem esquerda do rio Limoeiro, dando início a um povoado que denominou Bela Vista (SENA, 2007). Dentre os modos de produção capitalista que por ali foram se construindo, estavam comércios, engenhos, atividades da agricultura familiar, com plantação de mandioca, cacau, cana-de-açúcar, entre outros, mas as relações de troca e cooperativismo, a partir do que foi um povoado de 13 casas, ampliaram-se e as lideranças locais foram buscando métodos para que o povoado se transformasse em vila.

Dentro desse processo de construção do município já se observa traços de uma organização política e social, sendo demonstrada através das relações de coletividade, traçadas entre os primeiros moradores e os grupos políticos, conforme Sena (2007, p. 19): “[...] notou-

se uma acomodação por parte das lideranças do lugar, [...] a partir da década de 1960 começou a surgir movimentos em prol da emancipação da vila de Limoeiro”. Contudo, Raffestin (1993, p. 152-153) observa que:

De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios. Essa produção de territórios se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional.

O autor refere-se ao território em uma condição de poder, no entanto, esse poder não está na camada mais alta da sociedade, mas sim no povo. Por isso, o objeto de estudo desta pesquisa, a AMAIS, ajuda a analisar onde está centrado o poder, já que se trata de um processo de territorialização marcado por mulheres.

Desse modo, assinala-se uma das principais ideias do geógrafo Milton Santos (1978), de que não existe território sem a intervenção dos sujeitos e, por esse motivo, interessa pesquisar pessoas que ousaram deixar suas marcas no seu campo territorial.

De acordo com as mulheres entrevistadas, sua comunidade também foi ganhando novos significados, à medida que elas iam transformando a si e aos outros: “A gente já tem uma voz, uma autoridade, já é visto como uma forma diferente.” (INF.01). Segundo a informante, o pensamento sobre o trabalho feminino foi se desconstruindo e ganhando novas compreensões, o que entendemos como um processo de totalidade, pois,

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...] [A] realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui a sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, mas na maneira de ordená-las). (KOSIK, 1976, p. 44).

No entanto, a totalidade poderia ser entendida como um conjunto de condições de vida social, em que os sujeitos criam relações singulares e as vão adaptando aos seus modos de vida e vão adquirindo saberes que perpassam gerações, por isso, “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 145). O chão das comunidades tradicionais ribeirinhas é conhecido como um campo de saberes, onde os costumes vão sendo repassados de uma geração

a outra: saberes de organização política, saberes de organização social, saberes políticos e identitários, saberes do trabalho, saberes de classe, saberes de autonomia, saberes culturais e saberes de vivência. Esses saberes manifestam-se em consonância com as experiências vividas entre homem mulher e natureza, em que ambos se transformam.

Na realidade, natureza e espaço são sinônimos, a partir do momento em que se considera a natureza como uma natureza transformada ou socializada, uma natureza segunda, para utilizar uma expressão de Marx para a qual nem os marxistas não geógrafos, nem geógrafos marxistas parecem ter dado a merecida atenção. (SANTOS, 1986, p. 201).

Nesse sentido, Santos (1986) considera que os sujeitos vão transformando a natureza e o espaço geográfico, conforme eles também vão se constituindo enquanto seres sociais. Essa questão é importante para refletir sobre o que o próprio Marx (2002) defende, quando menciona que o ser humano se concretiza pelo trabalho e que o trabalho se dá a partir da relação homem-natureza, levando à compreensão de que, sem natureza, o trabalho não existe. Portanto, essa natureza seria como o território marcado pelas ações humanas, ou melhor, “[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2002, p. 211). De acordo com as assertivas marxistas, Engels (2002, p. 125) disse que:

[...] a ação planejada de todos os animais, em seu conjunto, não conseguiu imprimir sobre a terra a marca de sua vontade. Isso aconteceu com o aparecimento do homem. Em uma palavra, o animal utiliza a natureza exterior e produz modificações nela pura e simplesmente com sua presença, entretanto, o homem, por meio de modificações, submete-a [a Natureza] a seus fins, a domina. É esta a suprema e essencial diferença entre o homem e os animais; diferença decorrida também do trabalho.

Assim, é possível afirmar que, pelo trabalho, o homem se difere dos outros animais, pois ele modifica seu comportamento biológico, psicológico, social e político.

Esta pesquisa trata também de alguns comportamentos ribeirinhos, que foram se modificando com a modernização e, a partir de então, novos saberes foram surgindo e outros foram sendo ressignificados, como é o caso do uso do plástico como assoalho para debulhar o açaí, relatado pela informante-01: “o nosso açaí lá, tem um plástico, esse plástico é pra ficar mais fácil de debulhar o açaí e não sujar. Aí, lá tu pode juntar, colocar no panelo, dá uma lata, lata e meia. Se cair fora não tem como tu juntar, mais tu perde e além de tudo fica sujo, em cima do plástico tu escolhe”. Afirmamos esse como um saber ressignificado, porque, na região, muitas pessoas fazem uso da própria folha do açaí para esse fim, mas, como ela afirmou em outro momento, “na folha ainda tem muito desperdício” (INF.01).

Contudo, dentro dessas inovações que os próprios nativos vão desenvolvendo, existe uma certa resistência de aceitação por parte dos mais antigos da localidade: “ah! não sei pra que vai levar esse plástico, é pavulage, frescura, meu sogro era vivo e falava que era pavulage” (INF.01). Entende-se essa resistência pelo fato de que suas culturas e identidades tenham sido construídas a partir das suas experiências.

No entanto, é possível observar que, mesmo com tudo isso, a identidade ribeirinha também vai sofrendo transformações. As manifestações identitárias que existiam antes são diferenciadas das que se tem hoje, bem como os pensamentos construídos a partir do sujeito ribeirinho. De certo modo, a identidade ribeirinha vem se reconstruindo na sociedade; antes o ser ribeirinho era entendido como alguém desprovido de conhecimento, sem educação formal, que passava seus dias dedicados às atividades da pesca. Hoje, observa-se que essa concepção já é inexistente. O povo ribeirinho, na sua maioria, tem acesso à escola, trabalha em instituições públicas, estuda em universidades, realiza pesquisa científica e ainda executa atividades da agricultura e da pesca.

2.1.1 Trabalho como práxis identitária do indivíduo ribeirinho

A região amazônica possui uma vasta diversidade de fauna e flora, composta por florestas tropicais heterogêneas, com uma variedade de árvores frutíferas e medicinais.

O homem que vive nessa região aprende, desde pequeno, a usufruir dos produtos que a natureza oferece, tirando de lá o seu sustento. Para tanto, a relação traçada entre homem e natureza, por meio do trabalho, é uma relação social que diferencia os seres humanos de outros seres. É a partir desse convívio que ele vai construindo a vida em modos distintos, ao mesmo tempo que vai transformando a si e a outros elementos da natureza.

Ressalta-se que, aqui, trabalho é aquele defendido por Marx, que compreende essa ação com uma perspectiva histórica, dividida de duas formas, a do trabalho geral, realizado a partir da ação e da relação homem-natureza, na busca para satisfazer suas necessidades, e a do trabalho particularizado, representado pelo seu valor de troca, como pontuado abaixo, no usufruir do modo de produção capitalista:

Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, isto é que constitui neste caso o vínculo social. [...] O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado e se torna social assumindo a forma do seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata. (MARX, 1974, p. 146).

Desse modo, toma-se o trabalho como a raiz da essência humana, capaz de levar o ser humano expressar sua vida. Por esse motivo, o trabalho sobre o trabalho significa que, mesmo o espaço geográfico modificado pela ação humana, pode ser considerado como uma primeira natureza, porque, a cada dia, os indivíduos que ali vão modificando, ao seu modo e pelo seu trabalho, fazem com que esse espaço se concretize nas dimensões políticas e identitárias dos sujeitos.

Quando Marx (1974) cita generalidade abstrata, compreende-se que as formas de trabalho se materializam em valores de uso e em valores de troca, caracterizando-os em dois sentidos dúbios, trabalho concreto e trabalho abstrato. Dessa forma, trabalho concreto é a força de trabalho usada para realizar alguma atividade amalgamada ao seu valor de uso; já o trabalho abstrato é a força de trabalho vendida, é o valor de troca que o trabalho possui, segundo Marx (2008), que gera alienação para o trabalhador.

Portanto, compreendemos que, a partir de uma lógica capitalista, é possível transformar a força de trabalho em mercadoria, que, por sua vez, possui tanto o valor de troca quanto o valor de uso, pois, assim como valor de uso, o trabalho transformado em mercadoria possui utilidade para alguém, ao mesmo tempo que esta pode ser trocada por outra estabelecida, como o valor de troca.

Viu-se, portanto, que no valor de uso de toda mercadoria reside uma determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. [...] Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2008, p. 101-102).

Para tanto, ressalta-se que nem sempre o trabalho vai consistir em mercadoria, uma vez que existem várias formas de trabalho e nem sempre ela possui um valor de troca, como é o caso das atividades cotidianas de caça, pesca e coleta, destinadas apenas à sobrevivência do indivíduo da Amazônia tocantina⁵, por exemplo. Tais atividades, muitas vezes, se manifestam apenas como uma atuação do homem sobre a natureza pelo trabalho; a essa atividade, Marx (2008) denominou *práxis* produtiva, conforme Martins (2017, p. 29-30):

[...] a *práxis* está relacionada com quase todas as atividades humanas, como, por exemplo, a criação, a produção-formação e a transformação social; dessa forma, o homem é o ser da *práxis*, de modo que somente ele possui as faculdades específicas para interferir na natureza.

⁵ Território onde diferentes sujeitos produzem modos de vida distintos, que venham a suprir suas necessidades materiais, culturais e simbólicas, em uma relação de cooperativismo e sociabilidade.

Assim, práxis pode ser entendida como a dialética entre o conhecimento adquirido e a prática expressiva do ser humano, que vai se relacionando e construindo um universo de saberes adquiridos a partir do trabalho.

Os saberes do trabalho de homens e mulheres do campo (e que dele vivem) vão se constituindo através de vínculos estreitos com a natureza concebida como parte integrante do ser-do-campo. Seus modos de vida estão diretamente relacionados à dinâmica dos ciclos naturais, o que lhes confere um acervo de conhecimentos que se materializa em sistema de uso e manejo dos recursos naturais, sendo as práticas produtivas de base familiar e comunitária. (FISCHER; CORDEIRO; TIRIBA, 2022, p. 4).

Conforme Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022), os saberes do homem campo se constroem no traçar das suas relações. Essa é a situação do ribeirinho, cuja vasta familiaridade com a natureza lhe permite conhecer e desenvolver saberes que lhe serão úteis nessa relação. Além disso, esses ciclos naturais, citados pelos autores, são de suma importância para os ribeirinhos se planejarem e organizarem as suas atividades laborativas, tais como os ciclos da lua que interferem na alta e na baixa das marés.

Para tanto, é evidente que a vida das pessoas que interagem diretamente com a natureza é bastante singular, seus modos de produzir a vida, incluindo os desafios encontrados na prática do trabalho, são carregados de historicidade, oriundos da relação homem-natureza e das técnicas dos seus ancestrais.

Contudo, fazer uma abordagem envolta dos saberes pressupõe entrar parcialmente em noções ergológicas, que se dividem em duas formas de saberes: os investidos e os desinvestidos, conforme explica Silva (2019, p. 115):

Saberes investidos são mobilizados pela atividade humana e também produtores de renormatizações. Os saberes investidos dão aos seres humanos a oportunidade de renormatizar as regras impostas pelo sistema do capital e por si mesmos, e possibilitam formação.

De acordo com a autora, é possível afirmar que os saberes desinvestidos são construídos a partir das experiências sociais dos seres humanos, sem que seja necessária qualquer participação de órgãos ou instituições. Assim, compreende-se que esses saberes estão presentes no cotidiano dos indivíduos que constituem suas vidas na região do baixo Tocantins⁶, por meio de suas muitas atividades do trabalho, por exemplo, as comunidades tradicionais ribeirinhas, com suas práticas laborais do cotidiano, desenvolvendo saberes por meio da coleta e manejo do

⁶ A região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Moju, Tailândia, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. Fonte: <http://www.diadecampo.com.br/>.

açaí, das práticas de pesca pautadas no conhecimento das marés, etc., saberes que não necessitam de formação acadêmica, que são desenvolvidos a partir da convivência e experiência dos antepassados e que aqui denominados saberes investidos.

Dentro da temática desta pesquisa, destaca-se que as comunidades tradicionais ribeirinhas, de certa forma, se distanciam parcialmente do regime capitalista, pois, suas produções estão basicamente comprometidas com o sustento de suas famílias e não estritamente direcionadas para a produção do capital, como acúmulo de bens, ainda que se apresente algumas vezes dessa forma. Suas práticas são majoritariamente desenvolvidas por meio de artifícios regionais, desprovidos de grandes tecnologias, sua mão de obra é principalmente das pessoas da própria família ou grupo, onde todos participam nas atividades com mais ou menos esforço.

Contudo, não podemos afirmar que essa comunidade possui características que se distanciam totalmente do modelo capitalista, pois, se levarmos em consideração a desigualdade de gênero presente nas sociedades e com percepção nítida nas comunidades tradicionais ribeirinhas, como é o caso da comunidade de ilha Saracá, é possível observar que o capitalismo também é algo presente. Uma vez que o capitalismo impregnado pela ideologia patriarcal se apropria da mão de obra feminina, pertencente às classes sociais mais baixas, levando à exploração de inúmeras mulheres trabalhadoras/senhoras do lar.

Na ilha Saracá, o trabalho voltado para a pesca e para a agricultura tende a seguir uma similaridades com outras regiões: homens e mulheres participam do trabalho, porém, com funções diferenciadas, classificadas entre trabalhos de homem e trabalhos da mulher, em um processo que legitima a divisão social do trabalho, uma das características do sistema capitalista. O principal objetivo da divisão social do trabalho para o sistema capitalista é fazer com que o trabalhador se especialize na sua área de trabalho e, com isso, produza mais em menos espaço de tempo.

As mulheres da ilha Saracá participam das atividades agrícolas, mas de forma diferenciada, como na produção do açaí, em que geralmente exercem funções voltadas para debulhar, catar e separar o fruto; já o homem é responsável por coletar/apanhar o açaí na árvore. As atividades da pesca são de responsabilidade do homem, do mesmo modo que, geralmente, ele quem vai para o rio pescar; à mulher, compete separar o peixe, limpá-lo, salgá-lo e cozinhá-lo. Contudo, devido à quantidade de vezes que essas mulheres realizam essas práticas no seu dia a dia, é inegável que elas conseguem desenvolver tais atividades com mais destreza.

Entretanto, é possível dizer que essas práticas configuram um modo de vida capitalista do povo ribeirinho da ilha Saracá? Sim, pois, apesar de essas atividades não serem

desenvolvidas com a finalidade de obtenção de lucro, mas sim como práticas de sobrevivência no dia a dia, essas mulheres, por meio dos seus trabalhos domésticos, desenvolveram habilidades específicas para determinada tarefa, e isso se dá devido à divisão sexual do trabalho anteposto nas sociedades. Desse modo, também é possível demonstrar que o modo de produção capitalista vem, ao longo dos tempos, se apropriando do modelo de sociedade patriarcal para que, através do trabalho desenvolvido pelas mulheres, haja uma ascendência profissional e profissional do gênero masculino.

Para tanto, compreender essas formas de vida é algo muito complexo, e está interligado com a cultura e a identidade de um povo que vem, há tempos, imitando os seus antepassados. De certa forma, é possível afirmar que essas formas de trabalho também têm contribuído com a formação da identidade das mulheres da ilha Saracá, uma vez que, até certo ponto, elas mesmas acreditam que seus papéis na sociedade são exatamente esses, pois, “Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 36).

Ademais, Lukács (1978a; 1978b) compreende a formação das identidades como um processo social motivado pelas relações entre indivíduos. Reforça-se aqui que a identidade dessas mulheres está diretamente ligada com as relações sociais no trabalho, em uma proximidade do que afirma Frigotto (2009, p. 72), acerca do trabalho como princípio educativo: “[...] porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza”, em uma perspectiva de constituição e relação entre homem e sociedade.

2.1.2 Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço ribeirinho

A discussão deste trabalho é sobre os processos político-identitários, porém, para entrar nessa temática, é preciso, primeiramente, considerar identidade como uma categoria de análise. Por esse motivo, faz-se um breve apanhado sobre o tema em questão, não apenas abordando seus aspectos conceituais, mas principalmente demonstrando sua multiplicidade a partir dos princípios da dialética, expostos em Marx.

Identidade, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004, p. 564), refere-se ao “[...] conjunto das características e dos traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. Esses traços caracterizam o sujeito ou a coletividade perante os demais”. Desse modo, é possível compreender a identidade apenas demonstrada na forma física, porém, falar sobre identidade vai muito além do que é visivelmente comprovado.

Aqui compreende-se identidade como um processo dialético, que vai do concreto para o abstrato. Por concreto, entende-se que identidade se constitui a partir das características físicas e únicas de um indivíduo, mas não acaba por aí. É necessário ter essa compreensão conceitual muito aplicada na definição de identidade para que, a partir disso, compreenda-se que identidade não se limita apenas às características físicas, e que tampouco se dá em um processo isolado e unilateral.

Todavia, como afirma Ciampa (1987), identidade é um processo de “metamorfose”, pois, ninguém nasce dotado de identidade, mas ela vai sendo construída a partir das relações traçadas no decorrer da nossa existência. Por isso, identidade é uma categoria dialética, em que as contradições presentes no dia a dia são fundamentais para a formação da identidade humana. Conforme Ciampa (1987, p. 243), “[...] a abordagem dialética da categoria permite levantar relações de aspectos individuais com aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, etc. Há o esforço de mostrar o indivíduo como conjunto das relações sociais dentro da História”.

Em função dessa afirmativa, é necessário levar em consideração os indivíduos como seres sociais e, enquanto tais, sentem a necessidade absoluta de se constituírem a partir das relações com outros indivíduos, pois, segundo Ramos (2003, p. 238), “[...] a própria consciência da sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas relações entre o ‘eu’ e os ‘outros’, entre o grupo interno e o grupo externo”.

Entende-se, assim, que as comunidades ribeirinhas são grupos formados por pessoas que têm algo em comum, como a forma de produzir a vida por meio de seus trabalhos, suas culturas, suas relações, etc., e é em meio a essa dinâmica que suas identidades vão se constituindo, uma identidade que parte do concreto para o abstrato, uma identidade que não é única, mas que, apesar de ser excepcional, é construída em coletividade.

2.1.2.1 Identidade ribeirinha e pertencimento

As comunidades tradicionais ribeirinhas têm seus cotidianos marcados por comportamentos atípicos, interações entre os indivíduos e relação espaço-trabalho; essas características são, certamente, o que os definem em sua identidade ribeirinha.

Os vários costumes vividos no chão de suas comunidades, aqui chamados de identidade ribeirinha, são diariamente reforçados pelas práticas do trabalho, pois, de acordo com Lukács (1981), o trabalho é uma passagem de um ser biológico para um ser social. Com isso, refletimos que a concepção de ser biológico está refletido no que diz respeito às categorias físicas; já por ser social, entende-se o indivíduo capaz de traçar relações na sociedade, exercendo coletividade

e respeitando e sendo respeitado. Do mesmo modo, Lukács afirma que essas relações sociais só se realizam por intermédio das relações vividas no trabalho.

Dessa forma, compreendemos que, pelo trabalho, os ribeirinhos também vão criando relações afetivas entre homem-homem, homem-mulher, e homem-natureza, pois, nos seus limites, eles dependem tanto da terra quanto das águas para viver, já que práticas como a pesca, a caça e a agricultura são fundamentais para a subsistência ribeirinha e se constituem como fonte de alimento e recurso financeiro. No entanto, todas essas atividades são gerenciadas a partir de ciclos naturais bem compreendidos pelos moradores.

Esses costumes e também saberes vão se desenvolvendo no cotidiano do território ribeirinho, vão constituindo identidades e criando uma relação comunitária ou sentimento de pertença (WEBER, 1973) e, por mais que o indivíduo ribeirinho venha a mudar de seu lócus para outro de realidade distante, a pessoa continua se sentindo parte daquela convivência anterior, pois o que está dentro dela não é apenas uma experiência pautada na geografia, mas sim a sua própria identidade, e disso é impossível se desvencilhar.

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. (WEBER, 1973, p. 25).

Esse sentimento de pertença não está dentro dos moldes geográficos e da realidade física, mas sim incorporado nas histórias de vida, nos costumes e nas vivências originárias das relações estabelecidas nas comunidades e também com outras comunidades próximas.

Nesse sentido, pela lógica do sentimento de pertença que envolve grande parte das comunidades tradicionais, inclusive a ribeirinha, é possível entender que, ao contrário do que se sugere há muito tempo, não é o território que pertence às comunidades, mas sim as comunidades que pertencem ao território.

2.1.2.2 Sociabilidade na vida e no espaço ribeirinho

A discussão de sociabilidade trazida neste tópico surgiu a partir das reflexões em torno de Marx e a ideia do trabalho, como eixo das relações sociais humanas. Nessas dimensões, vale ressaltar que, na sociedade contemporânea, em meio à ambição desenfreada pelo acúmulo de bens e riqueza, muitas vezes o trabalho é visto apenas na sua categoria abstrata, ou seja, aquela que possui valor de troca, passível de oferecer relações desiguais.

A reflexão sobre sociabilidade explicitada aqui se dá exatamente na contrariedade desse princípio capitalista, ou seja, apesar das necessidades pessoais de cada um, indivíduos são capazes de se relacionarem de um modo de convivência solidária uns com os outros.

Conceitualmente, parte-se do ponto de sociabilidade como uma categoria de relação, descrita por Weber (1973, p. 25) como uma relação associativa que se dá:

[...] quando, e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar, especialmente, (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte.

Essa afirmativa de Weber (1973) traz a reflexão sobre as relações de reciprocidade que existem nas convivências ribeirinhas, presentes no cotidiano das pessoas que traçam relações afetivas entre famílias e grupos para um melhor convívio em sociedade, ideia que Brancaleone (2008, p. 100) chama de conviviabilidade:

Partindo destes princípios de conviviabilidade, registrou a existência de três padrões de sociabilidade comunitária: os laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade espiritual, cada qual convergindo para um respectivo ordenamento, interativo, como comunidade de sangue (parentesco), lugar (vizinhança) e espírito ('amizade').

Fazendo uma análise sobre a sociabilidade nas comunidades tradicionais ribeirinhas, percebe-se que as tendências favoráveis para viver em sociedade estão bem presentes nos três aspectos citados por Brancaleone (2008). Em um primeiro ponto, nos laços de consanguinidade que caracterizam o parentesco, observa-se que, nas comunidades ribeirinhas, as famílias geralmente se aglomeram; são famílias compostas não apenas por membros unitários, mas por outras famílias que passam a vivenciar experiências em conjunto, já que, em uma mesma residência, pode ter um acumulado de várias famílias, que vão surgindo a partir dos filhos, netos, bisnetos, etc. Essas famílias traçam relações hierárquicas como modo facilitador de convivência, mas, em um contexto retilíneo, todos participam das ações conjuntamente.

O segundo aspecto é o da coabitação territorial. Partindo do significado de coabitação, dado pelo dicionário de português: “1. ato ou efeito de coabitar, de morar ou conviver (com); 2. situação das pessoas que vivem em comum; 3. relações de convivência de duas ou mais pessoas que não são parceiros nem formam uma família” (INFOPÉDIA, 2023), junto com o conceito de territorialidade, presente em Sack (1986, p. 5), como o “uso do espaço socialmente construído”, podemos entender a coabitação territorial como as afinidades de lugar observadas

nas relações entre vizinhanças. Apesar da distância entre moradias ser algo presente nas comunidades ribeirinhas, existe uma familiaridade ativa entre os vizinhos; na maioria das vezes, elas praticam a troca de alimentos e de roupas, e, apesar de possuírem uma extensão de terra considerável, não se faz necessário delimitar o espaço físico, pois todos compreendem seus limites sem que ocorra a invasão de nenhuma das partes. Quando ocorre uma delimitação, é simplesmente por ocasião de passagem de terras para outros donos, assim, demarca-se em árvores ou arbustos mais próximos a divisão, deixando claro os limites de cada um.

Contudo, a relação de coabitação territorial também ocorre nos rios, os vizinhos, por meio da relação de sociabilidade, conseguem compreender as áreas de pesca de cada um: existem os lugares públicos de pesca, como as beiradas não habitadas, ou cucuias, mas existem também as áreas privadas, que são os arredores das moradias, aptas à pesca somente com a permissão do morador.

Por fim, há o fator afinidade espiritual, que versa sobre as relações de amizade, pois, em uma comunidade ribeirinha, é possível observar o grande número de pessoas que se conhecem e se relacionam. Praticamente todos sabem de todos, é como se ali fosse uma grande família que morasse em casas separadas. Possivelmente, por esse fato, existe uma rede de solidariedade entre os habitantes. No entanto, assim como nas melhores famílias, existem as divergências nas comunidades ribeirinhas, mas essas divergências não são suficientes para que as amizades e a solidariedade sejam rompidas.

Nas comunidades ribeirinhas é muito comum uma família ajudar a outra em momentos de necessidade. Isso se dá principalmente por incentivo maior de igrejas e de organizações religiosas que ali estão presentes. Na maioria das vezes, a família necessitada procura a instituição religiosa em busca de ajuda e, daí em diante, os demais moradores contribuem com o que podem, seja com a doação da pesca, caça e/ou recursos financeiros.

Desse modo, é possível constatar que os modos, comportamentos e condutas de bem-viver em sociedade são algo que se faz presente de várias formas nas comunidades tradicionais ribeirinhas. Suas vidas, literalmente marcadas pelo trabalho, compreendem um conjunto de ações e de relações naturais direcionadas a práticas sociais, e é a partir dessas práticas que eles também vão se constituindo enquanto indivíduos plenos de sociabilidade.

2.2 IDENTIDADE, CULTURA E PODER, SABERES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA TOCANTINA

A natureza, conforme visto anteriormente, é fator primordial para a sobrevivência humana, e, na relação homem-natureza, a sociedade vai se estruturando, vai ganhando novas formas, novos sentidos e traçando novos objetivos.

Em uma perspectiva cristã, baseada nos textos da Bíblia, a relação homem-natureza surge desde a criação humana, e os seres humanos, desde o primeiro momento, podiam obter o seu alimento e tudo o que precisavam da própria natureza.

Ademais, em um viés histórico-científico, não se observa muita diferença dentro dessa perspectiva. Desde o período pré-histórico, homens e mulheres viviam em uma relação de dependência com natureza, satisfazendo, a partir dela, suas necessidades. Essa forma de apresentar a natureza como recurso para satisfação humana veio deixando marcas de projeção que definem e caracterizam a espécie humana. Essas interferências vêm se tornando de grande relevância em pesquisas, pois auxiliam a análise sobre como as sociedades viviam e se relacionavam.

Essa relação entre homem e natureza, em uma abordagem mais contemporânea de territorialização, vem despertando grande interesse na práxis das ciências humanas, porque essa compreensão, diante do cenário político atual brasileiro, de perdas de grandes conquistas do povo e sonegação de direitos do trabalhador, é capaz de orientar e fazer compreender que, mais poder que o Estado, tem o povo que nele habita.

Diante da noção de territorialidade, é preciso compreender que o território somos nós mesmos, que os territórios sem nossas lutas, sem nossas vivências, sem nossos modos de produzir a vida e sem nossa cultura são meramente espaços geográficos mórbidos e inóspitos.

2.2.1 Cultura, saberes e sociedade

A palavra cultura “[...] é palavra de origem latina, e seu significado original está ligado às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar” (SANTOS, 1983, p. 28). Santos (1983) também afirma que a cultura teve uma transformação de sentido na contemporaneidade, pois está correlacionada às relações humanas dos grupos presentes.

Dessa forma, o principal motivo de se estudar a cultura de um povo seria essencialmente para compreender a sociedade e as formas de se relacionar entre os indivíduos, bem como os aspectos de desenvolvimento social humano.

Porém, considerando como cultura os diversos modos de produzir a vida humana e que se manifestam pelos elementos compartilhados pelos membros de uma comunidade, de um grupo ou de uma sociedade de modo geral, tais elementos podem se fazer presentes de diversas maneiras, como nos modos de falar, de vestir e de cozinhar, no estilo de vida, na música, na dança, nos gingados e nas formas de organização do trabalho, dentre outros. Pode-se dizer que fazem parte de uma categoria de saberes cumulativos em que esses conhecimentos vão sendo repassados e acumulando de geração a geração, o que, de certa forma, cada vez mais vai identificando-os como indivíduos de determinado grupo social: “A noção de cumulativismo está estritamente relacionada ao aumento do conhecimento, mas não ao aumento gradativo rumo a uma verdade última e objetiva.” (OLIVEIRA, 2018, p. 843). Desse modo, diz-se que cultura se faz com saberes inquestionáveis e injustificáveis, uma vez que seus participantes não buscam compreender o certo ou o errado, apenas os praticam, porque seus ancestrais também os praticavam.

Com base nas nossas reflexões, foi possível observar que identidade, cultura e territorialidade são fatores indissociáveis, principalmente na Amazônia tocantina, lugar onde grandes disputas territoriais impactaram os modos de vida das pessoas, sobretudo dos ribeirinhos, como foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

Assim, nessa região, têm-se inúmeros registros por meio de pesquisas em comunidades tradicionais vinculadas ou não a alguma instituição, que demonstram como o processo de territorialização foi construindo saberes, cultura e identidade.

É necessário destacar que algumas pesquisas aqui citadas não têm uma dimensão exclusivamente territorialista, como as de Rodrigues (2012) e Miranda (2019), no entanto, apesar de tais pesquisadores não discutirem diretamente sobre tal temática, foi possível observar, a partir de suas observações conceituais, que as relações de poder têm ocasionado mudanças nas formas de vida dessa sociedade.

Desse modo, buscamos selecionar algumas pesquisas para assim fazer uma relação analítica do que já foi produzido e, em caráter emergente, relatar de forma lacônica tais resultados.

Nesse sentido, dá-se início a essa análise com a tese de Rodrigues (2012), que fez um estudo de caso sobre os saberes sociais e luta de classes dos pescadores da Colônia Z-16, Cameté (PA). Esse trabalho, além de mostrar que os pescadores artesanais possuem elementos definidos como consciência de classe, demonstrou também os conflitos vividos por esses pescadores. Esses conflitos faziam-se presentes desde muito antes da instauração da entidade

representativa Colônia Z-16, pois o próprio fato da construção da UHT já foi um motivo de preocupação para os pescadores locais, uma vez que implicaria diretamente nas suas produções e nos seus modos de vida.

À medida que o capital, por meio de seu projeto mínero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, produzia saberes que legitimavam sua presença na região, como o do paradigma do desenvolvimento regional a partir da obtenção de energia pelo represamento do rio Tocantins, os pescadores, em virtude da materialidade negativa desse projeto para a realidade de vida por eles experienciada, também elaboravam saberes de contestação social, fomentando formas outras de compreensão do desenvolvimento da região. Entendemos, então, que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região. (RODRIGUES, 2012. p. 37).

A partir da discussão sobre território feita nessa pesquisa, entende-se que esses saberes, produzidos a partir das consequências negativas da UHT e da imposição de outro grupo ou classe diferente do que já se fazia presente na região, demonstram o quanto a territorialização se faz presente na região tocantina e estritamente no município de Cametá.

Para tanto, leituras relacionadas apontam que o território está diretamente vinculado ao poder e que esse poder, na perspectiva da Geografia clássica, era todo do Estado, que comandava o povo de todas as formas. Raffestin (1993, p. 7) vai contra esses princípios, afirmando que o poder está presente em todas as relações e não absolutamente no Estado:

A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.

Desse modo, identificar noções de territorialidade presentes na pesquisa de nada adiantaria se não fosse pelo fato de perceber que o poder exercido pela construção da UTH impôs aos ribeirinhos uma forma de vida diferenciada da que existia antes. Consequentemente, suas rotinas foram alteradas e suas culturas amplamente modificadas. Uma das mudanças decorrentes disso foi a desorientação dos saberes dos ciclos naturais, principalmente das marés, apesar de, em algumas regiões, ainda se manter; além disso, houve o desaparecimento de muitas espécies e uma diminuição significativa da produção pesqueira.

Outra pesquisa aqui analisada foi a de Miranda (2019), que apresenta uma análise produtiva de homens e mulheres quilombolas da comunidade de Tambaí-Açu, em Mocajuba (PA), abordando outras questões, como identidade, saberes sociais, trabalho, etc. Os modos de vida relatados caracterizam uma formação de um território próprio daquela comunidade, já que:

“Os povos quilombolas possuem história que ainda não foi, e talvez nunca seja revelada, pois muitas memórias falecem sem antes serem conhecidas” (MIRANDA, 2019, p. 36). São histórias de luta pela formação da comunidade, no entanto, a resistência das pessoas dessa comunidade foram construindo seus próprios territórios.

É importante ressaltar um fator importante no processo de territorialização brasileira, que é a religiosidade presente em todos os cantos do país. Na região do baixo Tocantins, ela tem sua participação em diversas culturas e, desse modo, os povos vão (re)significando suas raízes históricas, pois:

A pesquisa revelou que, ao (re)construírem o Mutirão, os sujeitos incorporaram elementos da religiosidade africana, como as romarias, cultos e irmandades, de forma que são realizadas rezas no início e no término dos trabalhos. Em *termos de saberes da religiosidade*, constatou-se uma relação com o trabalho, configurando-se como consciência organizativa. A pesquisa revelou que, ao (re)construírem o Mutirão, os sujeitos incorporaram elementos da religiosidade africana, como as romarias, cultos e irmandades, de forma que são realizadas rezas no início e no término dos trabalhos. Dessa forma, os saberes da religiosidade agregaram, aos mutirões, valores que fortaleceram a vida em comunidade, enquanto trabalho festivo e humanizado. Atualmente, além de aprendera conviver com as assimilações da Igreja Católica, a comunidade se divide entre as assimilações com outras igrejas cristãs, como Batistas, Assembleia de Deus, dentre outras que vêm adentrando-a nos últimos anos. (MIRANDA, 2019, p. 183).

A pesquisa de Miranda (2019) tem em comum alguns pontos com esta dissertação, por tratar de vivências em comunidades tradicionais. A partir dessas vivências, percebem-se particularidades presentes em ambas as comunidades analisadas, como os mutirões, os cultos, as rezas, etc. Vale ressaltar que essas duas comunidades quilombolas e ribeirinhas, apesar de terem costumes parecidos, possuem culturas diferenciadas, por causa do processo de territorialização e colonização que ocorreram de formas diferentes em cada uma.

Pereira (2014) é autor de uma pesquisa bastante diversificada sobre territorialidade, no entanto, o que chamou atenção foi o fato de ele citar que as marcas de fala, presentes nas entrevistas, dificultaram a transcrição. Contudo, essas são marcas de territorialidade que se manifestam como cultura por meio das falas das pessoas:

Vale notar que a questão da transcrição das entrevistas se complica, porque os ribeirinhos do interior do município de Cametá possuem um modo muito próprio de falar, uma das marcas de sua identidade cultural e territorial. É difícil traduzir na forma escrita sua maneira de falar, que constitui o que podemos chamar, baseado em Deleuze e Guattari (2003), de um *português minoritário*, com ritmos, locuções, expressões, construções e narrativas muito singulares. Inevitavelmente estas se perdem em grande parte quando transcritas. (PEREIRA, 2014, p. 29).

Essas singularidades na fala das pessoas às quais o autor se refere são uma marca da identidade dos povos da região da Amazônia tocantina, sendo elas um instrumento de

autonomia e poder, assim: “A relação entre a língua e as estruturas sociais parece tênue. Certos setores dela, no entanto, registram com maior facilidade o universo falante, sua concepção de mundo, sua cosmovisão” (CASSIQUE, 1995, p. 57). Quando a língua é citada, refere-se especificamente às variações diatópicas e diacrônicas dessa região. Por sua vez, elas também são marcas de território oriundos da colonização.

Contudo, observam-se, nas diversas entrevistas feitas para esta pesquisa, que território/territorialidade são fatores que contribuem significativamente para a compreensão da formação da identidade na Amazônia tocantina, uma vez que os modos de vida da população têm sofrido forte influência dos confrontos de poderes existentes na região.

2.2.1.1 Limoeiro do Ajuru: identidade ribeirinha, áreas de trabalho e acordos de pesca

O processo de territorialização de uma determinada região pode se dar de diversas maneiras, uma delas muito presente na região da Amazônia tocantina é estabelecida por meio dos acordos de pesca, prática muito representativa para os ribeirinhos de vários municípios paraenses, especialmente em Limoeiro do Ajuru.

A pesca é atividade primordial na vida dos ribeirinhos, desde os primórdios da ocupação amazônica, antes mesmo da chegada dos portugueses, os indígenas e, posteriormente, seus descendentes, já faziam uso dessa prática que era executada de várias maneiras com instrumentos particulares, como o paneiro, o matapi, o arco e a flecha, a lança, entre outros.

De acordo com Rodrigues (2021), foi a partir dos anos de 1950 que outros equipamentos de uso pesqueiro começaram a ser incorporados, como as redes de náilon e as grandes embarcações motorizadas. A partir desse momento, a pesca começou a ganhar um caráter mais capitalista e a servir não mais apenas para manter a sobrevivência das comunidades pesqueiras amazônicas.

O crescimento populacional, o desenvolvimento da pesca predatória e os impactos causados pela construção da UHT fizeram com que a produção pesqueira começasse um processo de diminuição da produção e até mesmo extinção de algumas espécies.

Dentre os impactos, estão os provocados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, responsável pela desterritorialização das populações ribeirinhas, perpassando pela mudança do ciclo hidrológico, até a extinção e diminuição dos estoques pesqueiros, principalmente à jusante da hidrelétrica na microrregião de Cametá, onde estão localizados os municípios de Mocajuba, Baião, Cametá e Limoeiro do Ajuru (RODRIGUES, 2021, p. 13).

Por causa desses impactos na alimentação e na economia, foram surgindo conflitos pela disputa de território entre pescadores da mesma região e de regiões diferentes, e foi a partir

desses conflitos que começaram a surgir os chamados *acordos de pesca*, como forma de amenizar os atritos de disputa entre pescadores.

Os acordos de pesca, como é conhecido o manejo comunitário dos recursos pesqueiros pelas comunidades pesqueiras, vêm sendo implementados na Amazônia desde a década de 1970, por iniciativas locais que têm por objetivos basilares, restringir o uso e acesso a determinados corpos aquáticos. (RODRIGUES, 2021, p. 25).

Para tanto, percebe-se a grande importância dos acordos de pesca para a região, tanto por uma organização social quanto demarcação e governança territorial.

Os acordos de pesca são planejados e construídos pelos próprios integrantes das comunidades pesqueiras (SANTOS, 2014). Neles, são delimitadas as áreas de interesse e criadas regras em comum acordo para conservar os recursos pesqueiros dentro desses territórios. São uma força conjunta em prol de vários objetivos: preservação das áreas de criação de peixes, conservação das espécies, fonte de renda, segurança alimentar e, por consequência, fortalecimento dos laços entre as pessoas. Além disso, esses acordos podem ser concebidos como uma ferramenta forte de governança dos territórios pesqueiros, na medida em que, a partir da criação dos acordos, ocorre um controle de acesso na área específica gerenciada pelos indivíduos envolvidos. (RODRIGUES, 2021, p.15).

Como observado, os acordos de pesca manifestam-se como uma organização social, em que a autonomia se dá pela participação dos envolvidos por meio de diálogos em grupos. Desse modo, esses acordos se apresentam aparentemente em um modelo de gestão participativa, em que todos os envolvidos tomam decisões em favor dos interesses coletivos, a fim de assegurar principalmente a proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, vale ressaltar que é o Tamba Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) quem, excepcionalmente, estabelece normas de regulamentação, ou seja, critérios direcionados ao funcionamento dos acordos de pesca, conforme sua Instrução Normativa n.º 29, de 2002:

Art. 1º Estabelecer os seguintes critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira: I - Que sejam representativos dos interesses coletivos atuantes sobre os recursos pesqueiros (pescadores comerciais, de subsistência, ribeirinhos, etc.), na área acerca da qual se refere o Acordo, desde que não comprometam o meio ambiente enquanto patrimônio público a ser assegurado e protegido. (IBAMA, 2002).

Contudo, em Limoeiro do Ajuru, os acordos de pesca, apesar de atenderem aos critérios do IBAMA, também são regidos por regulamento interno, organizado pelas próprias comunidades em parceria com as igrejas. Nesses regulamentos são claramente expostos as necessidades e os interesses em comum da região e das famílias inseridas (ver Anexo A).

Os acordos regidos por regulamento interno produzido pela própria comunidade são normas que atendem aos interesses comuns dos indivíduos envolvidos. Ao longo do tempo, se atendidas todas as especificações impostas pelo IBAMA, os acordos são

regulamentados por tal órgão regulamentador, transformando-se em uma instituição formal legalizada. (RODRIGUES, 2021 p.16).

Em busca de informações concretas, foi feita entrevista com um antigo secretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Limoeiro do Ajuru (SEMMA). Segundo ele, até o dia da entrevista 01 de junho de 2022, os acordos de pesca fechados em Limoeiro do Ajuru ainda não se encontravam regularizados, conforme a Instrução Normativa n.º 29, de 31 de dezembro de 2002. Contudo, apesar de não serem regulamentados de acordo com a lei, eles não deixavam de exercer relevante função na demarcação territorial das áreas ribeirinhas, bem como melhor organização e distribuição da produção pesqueira entre as comunidades localizadas às margens dos rios que fazem parte da área de alcance. Desse modo, demonstrando a autonomia e a confiança das próprias comunidades, Rodrigues (2021, p. 25) afirma que “O que se tem, em muitos casos, é o reconhecimento dos acordos de pesca pelos órgãos gestores municipais, as colônias de pescadores e outros órgãos que defendem os seus interesses”.

Assim, observa-se que, diante dessa situação, a SEMMA de Limoeiro do Ajuru tentou intervir primeiramente na identificação e no mapeamento dos acordos de pesca locais com o intuito de amenizar os vários conflitos decorrentes da falta de demarcação territorial.

No período de Defeso 2018-2019, iniciado no dia 1º de novembro de 2018 e terminado no dia 28 de fevereiro de 2019, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Limoeiro do Ajuru em conjunto com o então Departamento Municipal de Pesca, iniciaram um trabalho de identificação dos acordos de pesca existentes no município. No momento constatou-se 14 acordos em atividade. (A.J.S.G., informação verbal).

Os dados fornecidos durante a entrevista incluem uma lista dos acordos de pesca identificados em Limoeiro do Ajuru, conforme quadro abaixo. Nela podemos identificar o acordo de pesca da ilha Saracá. Foi exatamente em meio a esse acordo de pesca que as mulheres da AMAIS passaram a ter mais visibilidade nos trabalhos relacionados à pesca como suas presenças constantes nos bloqueios realizados nesse Acordo.

Quadro 1 – Identificação dos acordos de pescas existentes em Limoeiro do Ajuru (PA)

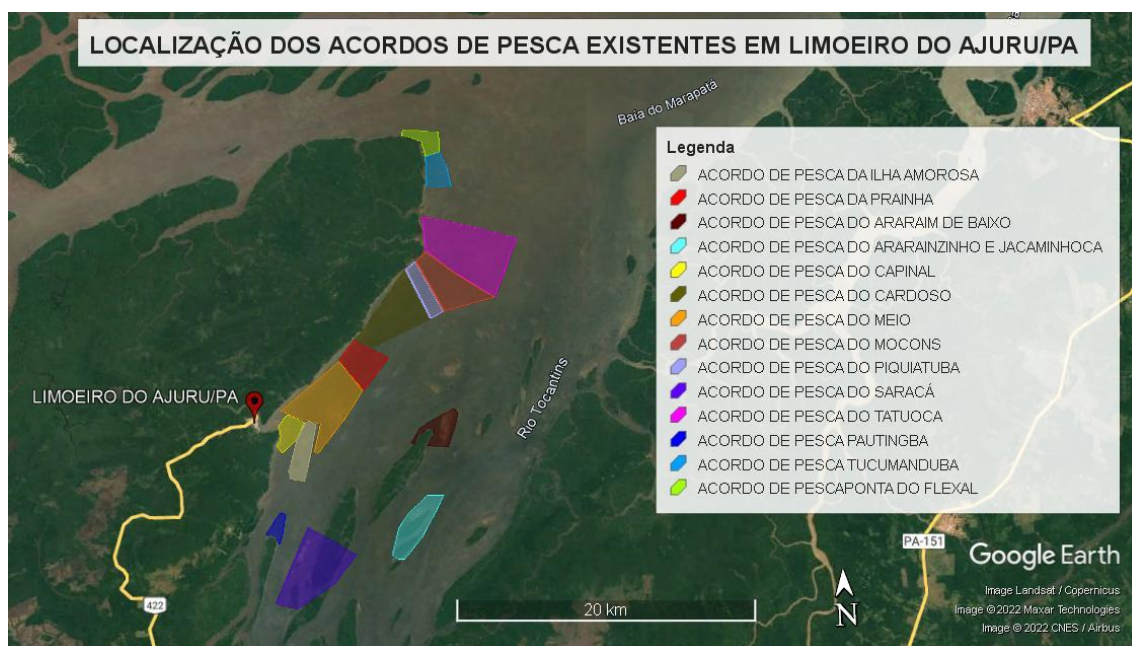
1	Acordo de Pesca da Amorosa
2	Acordo de Pesca Reserva do Meio
3	Acordo de Pesca da Prainha
4	Acordo de Pesca do Rio Cardoso
5	Acordo de Pesca do Piquiatuba
6	Acordo de Pesca do Mocons
7	Acordo de Pesca do Tatuoca
8	Acordo de Pesca do Araraim de Baixo

9	Acordo de Pesca do Tucumanduba
10	Acordo de Pesca do Ponta do Flexal
11	Acordo de Pesca da Ilha Saracá
12	Acordo de Pesca da Ilha Araraim (Ararainzinho e Jacaminhoca)
13	Acordo de Pesca do Pautinga
14	Acordo de Pesca do Capinal

Fonte: Arquivo SEMMA (2017-2020).

Segundo informações do ex-secretário de Meio Ambiente, Adair José dos Santos Gonzaga, e de sua equipe da SEMMA, à época, que participou do georreferenciamento, foi possível elaborar uma cartografia indicando as localizações desses acordos.

Mapa 1 – Localização dos Acordos de Pesca existentes em Limoeiro do Ajuru (PA)



Fonte: Dados da PMLA/SEMMA, Limoeiro do Ajuru, 2019. Mapa elaborado por Raimunda Gonzaga, 2022.

A partir dessa abordagem conceitual e histórica dos acordos de pesca, vale refletir de que forma esses acordos de pesca têm contribuído na organização territorial dos ribeirinhos e na organização da AMAIS, tendo em vista o território como espaço de vivência e não meramente como espaço geográfico.

Entendemos que os acordos de pesca são essencialmente importantes para delimitar áreas de produção pesqueira e, assim, diminuir os conflitos entre moradores, mas sua importância se dá principalmente na preservação dos recursos naturais da região, uma vez que

nessas áreas são extremamente proibidos a pesca de forma exploratória e o uso de equipamentos e apetrechos que comprometam a permanência das espécies locais.

Além do mais, apesar dos acordos de pesca não serem regulamentados conforme o IBAMA exige, eles demonstram uma organização territorial definida, por meio das práticas realizadas, reafirmando e ressignificando os saberes passados por gerações. Contudo, ao ressignificar seus saberes, as comunidades vão formando uma corrente subsistente que tem como foco central a solidariedade entre uma área e outra, e também entre os moradores da zona proximal, contradizendo, assim, a lógica do sistema capitalista, que opera apenas com o intuito de acúmulo financeiro, bem-estar individual, riqueza e lucro.

Esse é o caso do acordo de pesca da ilha Saracá, que já existe desde 1999 e se instaurou por meio de um modelo de acordo já existente no baixo Amazonas. No entanto, como esse modelo se referia a um lócus de uma região de lago, houve certa resistência, por parte dos moradores, no momento de estabelecer o acordo de pesca no meio do rio Tocantins. Das mais de 100 famílias da localidade, apenas 7 tomaram a iniciativa para dar início na implementação desse acordo.

Contudo, a partir da mobilização dessas família, outros órgãos se inseriram na luta e, hoje, o acordo está dando bastante resultado. Segundo as informações dos moradores, antes do acordo não existia abundância, mas, após o acordo, essa situação mudou e, logo no ano seguinte, aconteceu a captura de 70 paneiros de peixes, dos quais grande parte foi distribuída na comunidade.

SEÇÃO III - TRABALHO, CLASSE E GÊNERO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DA MULHER PESCADORA

Essa pesquisa se propôs a estudar mulheres pescadoras, ribeirinhas, integrantes de uma associação formada exclusivamente por mulheres, chamada AMAIS. Diante disso, busca-se, nesta seção, fazer um apanhado sobre o gênero feminino e as limitações que lhes foram impostas durante séculos de existência.

Contudo, também trata da organização social do trabalho nos ambientes da pesca e da agricultura, bem como das questões de classe e gênero feminino, dentro dos seus ambientes de trabalho. Lerner (2019), Davis (2016) e Toledo (2008) serão a base teórica das reflexões sobre a mulher em diversos contextos.

3.1 GÊNERO: UMA CATEGORIA ANALÍTICA

Quando, no início desta pesquisa, pretendeu-se estudar gênero feminino, havia a certeza de uma coisa: os desafios da mulher brasileira não começaram hoje, assim como estão muito longe de acabar. Portanto, para entender o papel que hoje a mulher ocupa nas diferentes esferas da sociedade, é preciso primeiramente compreender a mulher enquanto sujeitas que fazem parte de um grupo, de uma classe social, de uma família, mas reduzidas, muitas vezes, a objetos de domínio.

Como já foi dito, durante muito tempo as mulheres estiveram atreladas à figura masculina, pois foi apenas a partir do século XIX que as mulheres iniciaram um processo de desneutralização das suas imagens.

O lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. Por isso, falar do feminino é falar das representações que esconderam este feminino ao longo da História. (COLLING, 2004, p. 31).

É inegável que, ao longo da história, a mulher foi vista, naturalmente, na sociedade, como a única responsável pelo bem-estar da família, do esposo, dos filhos, etc., tendo seus papéis limitados às funções em seus lares: “Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade” (COLLING, 2004, p. 32). As mulheres sempre estiveram ali presentes, no entanto, devido à história ser contada a partir de uma visão machista, elas tiveram suas identidades apagadas ou, quando existentes, vinculadas à reprodução e à afetividade, algo bem distante dos símbolos de luta e poder à época.

É importante destacar a contribuição das religiões para que essa ideia da mulher em situação inferior ao homem fosse disseminada. Dentro das religiões cristãs, a mulher é tida como um ser que surgiu a partir do homem, por isso, deve ser submissa a ele. Além disso, nesse mesmo contexto, ela é vista como sinônimo de erro, tentação, pecado.

A perseguição às mulheres era tão intensa que apenas o fato de serem belas e inteligentes incomodava a sociedade. Um exemplo disso foi quando, no século XV, iniciou-se a prática de caça às bruxas, quando mulheres que dominavam saberes e práticas de medicina natural, dentre outros, eram taxadas como bruxas e destinadas a sofrer uma cruel punição, que, em geral, as levava à morte.

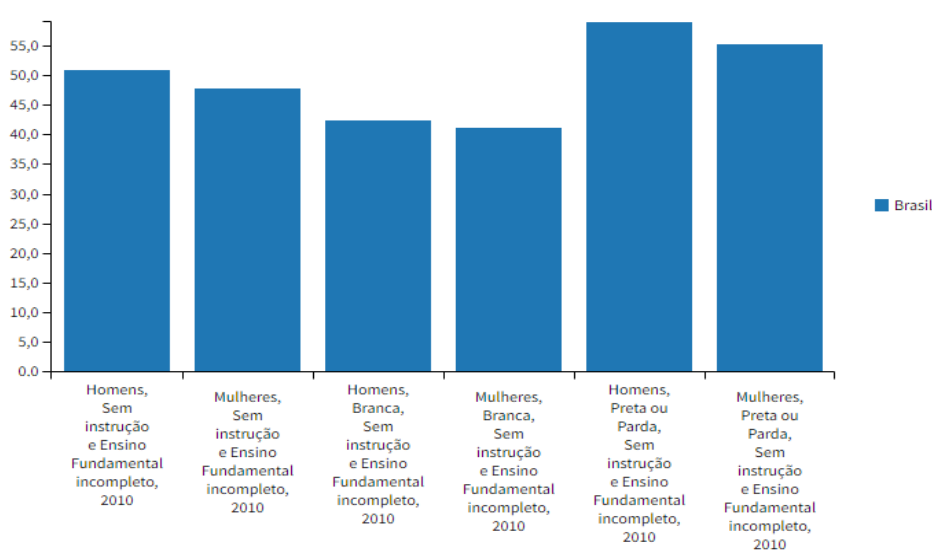
No entanto, essa era apenas uma das versões horríveis vivenciadas por mulheres que buscaram romper a cultura do patriarcado, tão presente na sociedade ainda nos dias atuais.

3.1.1 O passado coletivo e a luta das mulheres por educação

Quando se pensa em escolas, brevemente vem a imagem de uma sala de aula cheia de alunos e alunas, em diálogos formais e informais, fazendo planos, executando tarefas e planejando suas profissões futuras. No entanto, vale lembrar que nem sempre foi assim.

Atualmente, o número de mulheres dentro de uma sala de aula é bem maior que o número de homens. Conforme mostrou o Censo IBGE 2010, o nível de instrução das mulheres é superior ao dos homens, isso quando se trata de Ensino Fundamental incompleto.

Gráfico 1 – Pessoas por nível de instrução



Fonte: IBGE, 2010.

Apesar de esses dados serem importantes, vale assinalar que, durante muito tempo, essa realidade foi invertida. As mulheres, que hoje têm o direito de entrar em uma sala de aula, possivelmente vivem uma realidade que suas avós, bisavós não viveram, já que, no decorrer dos últimos anos, muitas batalhas foram travadas para que esse direito lhes fosse assegurado.

Junto com os portugueses, instalou-se no Brasil a concepção da mulher como ser ineficiente e inútil, cuja ocupação se limitava a servir seu esposo e ser mãe e dona de casa.

Durante o Brasil Colônia, essa visão se sustentou, fazendo com que as mulheres fossem cada vez mais apagadas da sociedade, mulheres escravizadas, trazidas da África ou das aldeias indígenas brasileiras exerciam diversas funções: lavar, passar, cozinhar e, como se isso não fosse suficiente, também eram obrigadas a servirem seus senhores como objetos de desejo sexual.

Ainda no período colonial, foram construídas, pelos padres jesuítas, escolas, cujo propósito era o de educar principalmente a elite branca, contudo, esse ensino era destinado apenas aos homens, nem mesmo as mulheres ricas tinham o direito de aprender a ler e escrever, pois mulheres dotadas de conhecimento que não fossem os relacionados ao lar se tornavam um grande risco para a sociedade. No entanto, como afirma Lerner (2019), executar uma prática escravistas com negras e/ou índias não seria a primeira experiência daqueles senhores, uma vez que suas próprias esposas já vinham sendo escravizadas há muito mais tempo: “Em razão dessas condições exclusivas às mulheres, elas tiveram uma experiência histórica expressivamente diferente da dos homens” (LERNER, 2019, p. 26).

Apesar das percepções e reivindicações dos indígenas, à época, relacionadas ao acesso das suas moças às escolas jesuítas, isso lhes seria negado pela própria rainha de Portugal, sob a alegação de que as “[...] consequências nefastas que o acesso das mulheres indígenas à cultura da época pudesse representar,” (RIBEIRO, 2000, p. 80). A primeira escola para mulheres vai surgir apenas na metade do século XVII, em conventos, e tinha a finalidade de ensinar apenas o trabalho de corte e costura e a prática de orações, para manter as mentes das mulheres ocupadas e, assim, não desviarem seus pensamentos do que lhes era imposto.

Com a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, em 1759, pelo Marquês de Pombal, a educação das mulheres e das outras pessoas passou a ser responsabilidade do Estado, no entanto, essa mudança não trouxe grandes benefícios na forma de ensinar e sobre o que ensinar para as mulheres. Com isso, percebe-se que as mulheres adquiriram o acesso às escolas, mas não a possibilidade de escolher o que aprender, já que quem direcionava o ensino era o Estado, dirigido por homens: “Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da

história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias” (LERNER, 2019, p. 25).

Para tanto, mesmo com a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, o ensino não sofreu muitas alterações. Pais e maridos de classe alta da sociedade brasileira pagavam professores ou preceptores para ensinar as suas respectivas filhas e esposas para instruí-las a não “envergonhá-los” em público. Contudo, essas mulheres, ainda que instruídas, eram impedidas de discursar em público ou cursar o ensino secundário, nível de ensino preparatório para o ensino superior, que era, por sua vez, apenas destinado aos homens.

Em 1835, em Niterói, foi criada a primeira escola normal, permitindo a matrícula de mulheres, dando continuidade a essa luta inóspita por educação, que, infelizmente, ainda não acabou.

Desde a metade do século XX, as mulheres cresceram bastante, tornando-se uma grande força na área da educação e também no mercado de trabalho.

Na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país. Mas, sobretudo, a reversão do hiato de gênero foi uma conquista que resultou de um esforço histórico do movimento de mulheres, fazendo parte de uma luta mais geral pela igualdade de direitos entre os sexos (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 131).

No início deste tópico, um gráfico demonstra como as mulheres brasileiras têm, atualmente, maior instrução do que os homens no Ensino Fundamental incompleto. No entanto, há uma disparidade no Ensino Fundamental completo e Ensino Médio. Nesses níveis, as mulheres demonstraram um número inferior dos homens, como mostra a tabela abaixo.

Figura 25 – Proporção de pessoas por nível de instrução (%)

Homens, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010	Mulheres, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010	Homens, Branca, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010	Mulheres, Branca, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010	Homens, Preta ou Parda, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto, 2010
14,9	14,4	15,1	14,3	14,8	14,5

Fonte: IBGE, 2010.

Como visto, entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, há uma discrepância no nível de instrução das mulheres em relação aos homens. Um dos fatores que poderia justificar essa desigualdade seria o que Lerner (2019) toma como a preservação do sistema patriarcal, uma vez que, frequentemente, essas adolescentes estão formando precocemente suas famílias e, com a preservação histórica do sistema patriarcal através de seus ancestrais, dedicam mais tempo às suas novas construções familiares do que à própria formação: “Mulheres não produziram avanços importantes no campo do pensamento devido à preocupação, determinada biologicamente, com a criação dos filhos e as emoções” (LERNER, 2019, p. 26).

É necessário conhecer esse contexto histórico sobre os desafios do gênero feminino para conhecer a própria história da emancipação da mulher e, conforme afirma a autora, mostrar que a história das mulheres pode também mudar a vida dos homens.

Ademais, é necessário contar e recontar a história das mulheres sempre que necessário para que as gerações futuras não cometam o mesmo erro cometido ao longo da história humana, onde a mulher sempre teve seu nome apagado, não porque elas não fizeram parte da história, mas sim por essa história ter sido contada somente por vozes masculinas. Esse contexto de inferiorização do gênero feminino é, talvez, uma tentativa de fazer a sociedade compreender que “[...] mulheres são aliadas, não inimigas, e que quem criou o conceito de ‘sexo oposto’, como se estivéssemos em oposição, como se fôssemos espécies distintas, não foram as feministas, e sim o patriarcado” (LERNER, 2019, p. 21).

3.1.2 (Des)igualdade de gênero nas ciências: quebrando paradigmas, criando paradoxos

Como visto anteriormente, a resistência das leis patriarcais na sociedade manteve, por muitos séculos, as mulheres subordinadas, sendo impedidas de sequer pisar em uma sala de aula, muito menos de realizar pesquisas científicas e publicações, como se vê hoje.

Até mesmo há pouco tempo, as mulheres eram ignoradas na área de pesquisa, limitadas tanto a pesquisar quanto a serem pesquisadas. As mulheres que, porventura, insistiam em se tornarem pesquisadoras eram ignoradas ou ridicularizadas e desvalorizadas. Martins (2004, p. 22) faz uma crítica ao pensamento de Francis Bacon, que envolve mulher e ciência:

Para Bacon, a ciência era uma atividade masculina, pois, no homem, acreditava-se predominar a mente ou o intelecto, sede da razão, a única faculdade mental que o levaria a conhecer e a dominar a Natureza em uma infinita transcendência de si mesmo na produção da cultura e da civilização [...] uma questão de domínio do mais forte sobre o mais fraco; de soberania masculina e de subordinação feminina.

Apesar dos avanços, ainda é possível observar que, em muitos momentos, a ciência realmente está mais voltada para o campo masculino, não que ela seja de natureza masculina, mas pela falta de valorização da mulher pesquisadora, bem como pela falta de visibilidade das suas pesquisas.

Um exemplo de que a ciência tem uma representação maior masculina, ainda em pleno século XXI, está refletido na cerimônia do Prêmio Nobel⁷, uma das principais premiações mundiais, com o objetivo de promover o reconhecimento de pessoas e instituições que desenvolvem trabalho e/ou ações voltadas para o bem comum da humanidade, dentre as categorias do prêmio estão Química, Física, Fisiologia ou Medicina, Literatura e Paz.

No ano de 2021, o prêmio Nobel completou 120 anos e, dentre as 947 premiações de pessoas físicas, apenas 58 foram destinadas às mulheres. A tabela abaixo ilustra a grande desigualdade de gênero entre laureadas e laureados do Nobel⁸.

Tabela 2 – Premiações Nobel de 1901-2020

CATEGORIA	INDIVÍDUOS	MULHERES	OUTROS
PAZ	107	17	12,6%
LITERATURA	117	16	13,7%
FISIOLOGIA OU MEDICINA	222	12	5,4%
QUÍMICA	186	7	3,8%
FÍSICA	216	4	1,9%

Fonte: Wikipedia/CNN. Elaborado pela autora do trabalho, 2022.

Observa-se que o quantitativo masculino é muito maior que o feminino e isso reafirma a concepção de que “[...] a ciência tem se construído como um território hegemonicamente masculino” (SANTOS, 2006, p. 3). Isso é reflexo da inaceitabilidade e da desvalorização da capacidade e do conhecimento feminino.

Além dos dados gerais mostrarem-se alarmantes, ainda é possível observar que a disparidade tende a aumentar quando se foca nas ciências exatas. Possivelmente, o motivo dessa desigualdade ser mais perceptível nessas áreas é o proposital direcionamento das áreas tidas como as do sexo masculino; e as do feminino; existente no modelo de sociedade patriarcal, que consiste em “[...] indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos ‘próprios’ de cada gênero” (LOURO, 2004, p. 45).

⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/premio-nobel-o-que-e-quanto-recebe-um-ganhador-e-outras-curiosidades-da-premiacao/>

⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mulheres_laureadas_com_o_Nobel.

No entanto, apesar de apagadas da própria história, as mulheres sempre estiveram presentes; o fato de elas, até certo momento, não terem papéis de “grande destaque” não significa dizer que elas não fizeram parte do processo, pois,

As mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade. São e sempre foram sujeitos e agentes da história. As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens. (LERNER, 2019, p. 25).

Contudo, apesar de Lerner (2019) afirmar que as mulheres são peças centrais na sociedade, ainda é possível perceber que, muitas vezes, a mulher ocupa um papel secundário, com trabalhos direcionados, como no caso das mulheres da ilha Saracá, que, antes da associação, tinham suas funções da pesca desenvolvidas no cuidar dos peixes, mas elas não participavam das atividades de planejamento, organização e captura. Ou seja, elas faziam parte das colônias e dos sindicatos de pesca, porque são pescadoras, mas não conheciam parte de como se dava o processo, tal como afirma a informante-01: “Olha eu moro no Saracá mas eu não sabia nem como era que pegava o peixe, o mapará na rede”. Desse modo, como demonstra nossas análises, a AMAIS foi elemento central para que as mulheres pudessem conhecer sua própria história e fazer parte dela.

3.2 CAPITALISMO E PATRIARCADO: REFLEXÕES DIANTE DA INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO

Em uma breve caracterização, define-se o patriarcado como um sistema de supremacia dos homens sobre as mulheres (LERNER, 2019, p. 17): “[...]o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores”. Nesse sentido, a mulher ou a condição da mulher na sociedade se mantém represada por conta da conservação patriarcal, ainda na sociedade moderna.

“Naturalmente”, em consequência dessa concepção, o homem é uma figura que representa o poder sobre o gênero feminino, e esse poder se manifesta de diferentes formas e ocasiona violência física, psicológica, sexual, etc.

Muitas vezes, indignadas com as baixas condições de trabalho das mulheres e com os salários injustos e desiguais aos dos homens, pensa-se que é culpa do sistema capitalista, mas não é somente dele, pois grande parte das desigualdades sociais entre homens e mulheres inicia-se dentro dos lares, nas próprias famílias e vão se estendendo para outros ambientes. Lerner

(2019) reflete sobre situações do próprio cotidiano ao comparar a vida de uma mulher com a do irmão dessa mulher, obviamente, o irmão terá mais liberdade de se expressar, criar, etc.

Dessa forma, entende-se que a opressão das mulheres, enquanto sua condição de gênero, dispõe de muitos outros fatores que se perpetuaram durante anos de “civilização”, principalmente, a classe, a cor da pele e a sexualidade.

3.2.1 Capitalismo e patriarcado: reflexos de uma contradição social feminista

Apesar de a participação da mulher nas atividades econômicas terem aumentado consideravelmente na atualidade, é inegável que os postos mais valorizados ainda se encontram ocupados pelo gênero masculino. Infelizmente, isso ainda nos parece algo natural, pois a mulher é quem tende a produzir menos que os homens, isso se dá muito pelas condições naturais as quais estão limitadas.

[...] a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com outro ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano, ou até que ponto a essência humana se tornou para ele a essência natural, até que ponto a sua natureza humana se tornou para ele natureza. (MARX, 2004, p. 105).

Essa afirmativa leva a compreender que, de certo modo, a alienação do masculino sobre o feminino está para além das questões biológicas, pois, em determinado momento, as relações deixam de ser apenas essência da natureza e se colocam em um conflito de interesses, voltado ao pessoal.

Desse modo, assim como o capitalismo transforma tudo em força de trabalho, a classe burguesa também vê a mulher proletária apenas como mercadoria. Nesse sentido, não é suficiente pensar a mulher enquanto classe, porque são questões que vão muito além. O dia a dia de uma mulher burguesa, bem como seus desafios e suas metas, são diferentes de uma mulher de classe baixa, como afirma Toledo (2008), o próprio preconceito entre as mulheres que trabalham fora geram consequências diferentes:

Trabalhar fora era, há poucos anos, considerado masculino. A mulher era exército de reserva. Se na classe burguesa isso não gerava mais que problemas psicológicos para a mulher, na classe trabalhadora esse preconceito era sinal de aumento da miséria, sobretudo quando o marido ficava desempregado. Assim, a situação econômica impôs uma ruptura na ideologia dominante. O que se operou foi uma transformação nessa ideologia, imposta pelas condições de vida: a crise econômica empurra a mulher para o trabalho remunerado. (TOLEDO, 2008, p. 8).

A diferença ideológica entre classe e gênero está na posição que cada uma ocupa em relação aos meios de produção: “Como já lembrou Marx, as ideologias servem para justificar

determinadas relações de produção, e as ideologias dominantes são as da classe dominante, porque ela e somente ela detém os mecanismos para tornar dominante sua ideologia, sua cultura” (TOLEDO, 2008, p. 7).

Entender a mulher enquanto classe é restringir as problemáticas de gênero, é unificar as diferenças que existem, e é acreditar que todas as mulheres sofrem as mesmas angústias. Toledo (2008 p. 10) disse que “[...] apesar de todas sofrerem com a problemática de gênero, sofrem de forma diferente e as saídas para elas são diferentes, de acordo com a classe social a que pertençam”.

Contudo, embasando-se nessas reflexões, compreende-se que o gênero não é algo criado pela classe trabalhadora, mas sim pelo sistema capitalista e burguês, que, reforçado pelo patriarcado, precisou explorar a mão de obra feminina por valores mais baratos e, assim, aumentar suas produções com baixo custo.

Fora de sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. O preço que pagavam envolvia longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários repulsivamente inadequados. A exploração que sofriam era ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. (DAVIS, 2016, p. 242).

No entanto, é importante compreender que não são as questões biológicas que tornam homens e mulheres diferentes, mas significativamente a forma com que ambos são vistos pelos meios de produção. O sistema capitalista se aproveita das diferenças biológicas para determinar quem vai ser mais explorado que o outro.

A mulher não nasceu oprimida; sua opressão e exploração é também anterior ao capitalismo. Ela coincide, na história, com o surgimento da opressão e exploração do conjunto dos homens e mulheres que trabalham. O capitalismo acirrou essa opressão, encontrando novas formas de exploração ao assentar-se sob classes sociais distintas. (TOLEDO, 2008, p. 13).

Desse modo, observa-se que, ao contrário do que se pregava, o capitalismo nunca foi capaz de gerar a emancipação feminina. O fato de as mulheres saírem do seu âmbito doméstico não lhes assegura emancipação, pois, estando no mercado de trabalho, elas seguem sendo exploradas muito mais do que os homens.

3.2.2 Mulher e trabalho, uma questão de interseccionalidade na pesca

A questão do trabalho feminino é algo muito presente nas pesquisas que abordam questões de gênero, porém, nesta dissertação, apenas as relações produtivas da dialética no trabalho de mulheres serão abordadas.

Primeiramente, é preciso entender os moldes do trabalho entre homens e mulheres. Como visto anteriormente, o sistema capitalista tem contribuído significativamente para que a opressão sobre o gênero feminino se perpetue e a própria divisão do trabalho não é algo recente:

Devido à divisão de trabalho no interior dos diferentes ramos, assiste-se ao desenvolvimento de diversas subdivisões entre os indivíduos que cooperam em trabalhos determinados. A posição de quaisquer destas subdivisões particulares relativamente às outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravatura, ordens e classes). (MARX; ENGELS 2007, p. 5).

Para tanto, mais adiante, os autores afirmam que a divisão do trabalho teve início na própria divisão de funções no ato sexual (MARX; ENGELS, 2007, p.16). Desse modo, compreende-se que a própria divisão sexual do trabalho, de uma forma geral, seria como uma separação de tipos de trabalho a serem melhor desenvolvidos por homens e mulheres.

É indiscutível até que ponto essa teoria se sustenta pela subordinação da fêmea ao macho, como demonstrada na doutrina patriarcal. A mulher era destinada aos cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, enquanto o homem era responsável por garantir-lhes a sobrevivência.

Essa concepção sustentou-se ainda mais com o surgimento do capitalismo, pois a desvalorização do trabalho feminino pode ser compreendida a partir da perspectiva do trabalho produtivo e reprodutivo: “O trabalho produtivo é uma característica peculiar do capitalismo porque, através dele, inaugura-se uma forma completamente nova e distinta de exploração do trabalho humano: a produção de mais-valia ou valorização do capital” (BERTOLDO; SANTOS, 2012, p. 115). Já o trabalho reprodutivo está mais voltado para as funções relacionadas à família, aos filhos, às atividades domésticas em geral. As relações de trabalho produtivo e reprodutivo não se repercutem apenas na divisão sexual do trabalho, mas também na hierarquização do trabalho em que o trabalho masculino é mais valorizado que o feminino.

3.2.3 Trabalho feminino e a invisibilidade na pesca

O trabalho, visto por Marx (1985) como princípio da cidadania, tem uma dimensão política e ética em que os seres humanos precisam dele para desenvolver capacidades técnica, social e ideológicas, pois:

[...] o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada para produzir valores de uso, apropriação do natural e para satisfazer a necessidades humanas (MARX, 1985, p. 153). [E] [...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador

de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1985, p. 50).

Com isso, entende-se que trabalho é tudo aquilo que compreende a relação de metas e fins, utilizando o social e modificando a natureza em busca de objetivos.

Ao tratar de trabalho feminino, é importante ressaltar que nem sempre as mulheres tiveram espaço no mercado. Dentro do trabalho da pesca, existe uma hierarquização do trabalho, haja vista que, apesar de as mulheres se ocuparem com os trabalhos domésticos e da pesca, muitas vezes isso não é considerado trabalho, por não gerar renda: “As mulheres pescadoras, também são mães, donas de casa, esposas que, por motivo de sobrevivência, têm que realizar todas essas funções e sair para a captura; além da confecção dos petrechos de pesca e beneficiamento do pescado” (FURTADO, 2018, p. 128).

Em muitas comunidades ribeirinhas, as mulheres são impedidas de fazer parte da captura do peixe, atividade, em geral, voltada para fins lucrativos. Desse modo, elas ficam limitadas aos trabalhos realizados nas suas casas, e, por não se tratar de um trabalho rentável, muitas vezes, são invisibilizadas na sua própria classe de pescadoras: “As relações de gênero que ocorrem no contexto da pesca são impregnadas de poder e visivelmente desiguais, atribuindo à mulher um papel de subordinação, invisibilidade e menor importância em relação ao papel designado aos homens” (FURTADO, 2017, p. 21).

Para tanto, a divisão sexual do trabalho dentro das atividades da pesca é algo tão naturalizado que, quando uma mulher tenta desmistificar essas ações, outras mulheres a criticam, dando origem a um preconceito dentro da sua própria classe. Desse modo, percebe-se que, ao realizar suas atividades laborais, mulheres pescadoras também vão construindo uma identidade, não construída a partir do que elas acreditam, mas a partir do que a sociedade defende, pois “[...] o mesmo pescador pode assumir elementos de identidade contraditórios entre si a partir da própria forma como realiza o trabalho da pesca” (CORREA, 2018, p. 200).

Portanto, é preciso assimilar que o papel da mulher, dentro do trabalho da pesca, é algo muito direcionado pelo capitalismo, enquanto as atividades que envolvem deslocamento para os rios parecem exclusivamente masculinas, isso porque essa atividade é a que mais envolve produção de mais-valia e, conseqüentemente, tem mais significação dentro do grupo.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da

produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1984, p. 105-106).

Assim, como as atividades domésticas realizadas pelas mulheres não possuem alta produtividade de excedente são, portanto, consideradas atividades de menor importância, secundárias ou complementares. Nesse sentido, a invisibilidade do trabalho feminino na pesca apresenta-se como uma interseccionalidade, termo que aponta para a falta de representatividade da mulher nessa atividade. Portanto, a divisão sexual do trabalho mostra diferenças dentro de um contexto do trabalho, como um marcador social de gênero, já que é a masculinidade ou a feminilidade quem determina as funções a serem exercidas no grupo.

SEÇÃO IV - TERRITÓRIOS DE TRABALHO E DE SABERES EM PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES PESCADORAS DA ILHA SARACÁ

Nesta seção são apresentadas as análises e os resultados da pesquisa na perspectiva dos saberes político-identitários construídos pelas mulheres da AMAIS, no decorrer do seu processo de formação.

Diante das muitas das narrativas dessas mulheres pescadoras e agricultoras, foi possível observar o entusiasmo em reviver suas histórias, suas experiências obtidas pela vivência do trabalho desenvolvido por meio da AMAIS.

É importante ressaltar que, ainda que o ambiente pesqueiro seja um tanto marcado pela representação da figura masculina, essas mulheres consideram-se pescadoras e se orgulham do que são. Sentem-se importantes nesse trabalho e fazem questão de estar presentes em todos os momentos.

Logo, a implantação da AMAIS foi de suma importância para que essas mulheres se reconhecessem enquanto pescadoras e pudessem, desse modo, demonstrar suas competências nas atividades tanto da pesca quanto da agricultura, entre outras.

A AMAIS também teve sua contribuição no que diz respeito à construção de saberes, que se ampliaram por causa das atividades relacionadas ao trabalho informal, pois foi ali que elas, além de “tirarem seu sustento”, construíram conhecimentos significativos para as suas vidas e para a formação das suas identidades e territórios, sendo assim, trata-se de uma prática de resistência às leis capitalistas.

Passamos, então, a discutir que saberes político-identitários essas mulheres desenvolveram ao longo da constituição da Associação de Mulheres da ilha Saracá.

4.1 TRABALHO DA PESCA E DESENVOLVIMENTO LOCAL POR MEIO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A nossa pesquisa se realizou em uma das comunidades tradicionais do município de Limoeiro do Ajuru. Esses povos ou comunidades tradicionais são, de acordo com Pateo (2016, p. 15),

[...] aqueles que possuem modos de vida particulares, se diferenciando das demais por um conjunto de conhecimentos e práticas equilibradas como meio ambiente. Ou seja, são aquelas que não se identificam nem com as formas de vida do mundo urbano e industrial nem com aquelas do mundo rural ligado à produção agropecuária de grande escala.

De acordo com nossas pesquisas, a comunidade tradicional ribeirinha da ilha Saracá possui maneiras diversificadas de viver. Uma delas está na forma de se organizar socialmente, pois os povos que ali residem costumam reivindicar seus direitos, seus territórios por meio de organizações sociais, como associações. Nesse contexto, observamos que as mulheres dessa ilha vêm, desde muito tempo, delineando seu dia a dia nas atividades do trabalho relacionadas à pesca e à agricultura. Seus cotidianos são (re)afirmados na concretude das suas lutas por sobrevivência, por reconhecimento e pela visibilidade na sociedade.

No relato das mulheres da AMAIS, foi possível perceber que essa associação não é a única que existiu ou existe na comunidade, nem foi a primeira. Em meio às investigações, as mulheres entrevistadas relataram que, antes da AMAIS, já havia existido uma outra associação, chamada Sagrado Coração de Jesus. E foi a partir do incentivo dessa organização que se deu o surgimento dessa Associação.

Quadro 2 – Depoimentos sobre como surgiu a AMAIS

COMO SE DEU O SURGIMENTO DA AMAIS	
INFORMANTE	UNIDADE DE REGISTRO
INF.1	Surgiu através da associação Sagrado Coração de Jesus, uma associação que tem no Saracá, né?
INF.3	Nós começemo através do Adelino que era presidente da outra associação aqui. Ele trazia esse pessoal que fazem documento de terra aí nesse intermédio ele nos apresentou pra ele, aí ele falou se nós não queria fazer uma associação.
INF.5	Olha, essa associação ela começou, primeiro veio a associação comunitária, Sagrado Coração de Jesus, aí através veio o acordo de pesca, aí se formou a associação de mulheres.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho.

A partir dessas afirmativas, é possível perceber que as mulheres iniciaram a implantação da AMAIS por meio de um incentivo do representante de outra associação (a do Sagrado Coração de Jesus), existente no local, o que demonstra que aquela comunidade costuma se organizar social e politicamente, por meio de associações.

Para tanto, foi possível perceber que essas associações, presentes no local, também têm contribuído significativamente para o desenvolvimento dos trabalhos da pesca: “aí através veio o acordo de pesca, aí se formou a associação de mulheres” (INF.05). Ao que parece, foi pela Associação Sagrado Coração de Jesus que foi introduzido o acordo de pesca na localidade, organização muito importante para a garantia do pescado na região.

Além do acordo de pesca, a Associação Sagrado Coração de Jesus teve contribuição significativa na parte da agricultura, pois foi por meio dela que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) chegou até a comunidade, com o intuito de trabalhar na emissão de documentos de terra e orientar sobre manejos e produção de alimentos: “Sagrado Coração de Jesus, que é uma associação que já existe lá há muitos anos. Foi através dessa associação que o INCRA chegou até nós no Saracá.” (INF.1); “[...] Adelino, que era presidente da outra associação aqui. Ele trazia esse pessoal que fazem documento de terra aí nesse intermédio ele nos apresentou pra ele, aí ele falou se nós não queria fazer uma associação.” (INF.3).

Além disso, percebe-se que essas visitas do INCRA à ilha Saracá foram um ponto de partida para que as mulheres pescadoras pudessem se organizar em uma associação formada apenas por elas, que realizavam diversas atividades: “e faziam boneca, e faziam cordão, faziam porceira pra vender né, aí tava até bonito aquilo só que... não sei o que aconteceu” (INF.02). Desse modo, elas poderiam pensar e produzir tudo aquilo que era de seu interesse.

A presença de organizações sociais que se manifestam por meio de associações na ilha Saracá demonstra que os trabalhadores e trabalhadoras da localidade possuem saberes políticos-organizativos, que contribuem na atuação e na participação desses ribeirinhos em busca de melhorias para a comunidade em geral. Sobre esses processos político-organizativos, considera-se que:

[...] configuram-se em todas as instâncias de atuação do profissional com grupos, organizações, conselhos de políticas públicas entre outros espaços constituídos por mais de um sujeito social, entendendo-os como instâncias de identificação e socialização de lutas coletivas. Esses espaços possuem utilidade e efetividade no cotidiano profissional, no que infere a criação de consciência crítica e coletiva, sistematização de demandas para políticas públicas, bem como a construção de mecanismo de viabilização destas e o próprio exercício do controle social. (BACK, 2010, p. 39).

Desse modo, compreende-se que os ribeirinhos da ilha Saracá se utilizam dos espaços de socialização entre sujeitos, para, assim, construir saberes de consciência crítica das suas realidades em defesa de seus direitos.

Essa atitude firmada entre os moradores da ilha demonstra uma prática que vai contra as leis do sistema capitalista, já que “[...] graças a uma concepção metafísica, consideram que o ser humano é, por sua própria natureza transcendental, um ser egoísta e que o capitalismo é a forma mais perfeita de organização da sociedade, forma na qual o homem realizaria a sua essência, o egoísmo” (MARX, 2008, p. 10). Logo à frente, essa afirmativa é concluída como

uma síntese defendida exclusivamente pelos neoliberais, sustentando a premissa de que a pobreza é uma necessidade do sistema.

É fato que as organizações sociais são instituições jurídicas privadas, mas elas se diferem das demais por serem entidades sem fins lucrativos. Desse modo, essas organizações não se apresentam como instituições do Estado, mas para o Estado, com elementos como participação, companheirismo e vivência, que são fundamentais para os avanços que ocorrem dentro das reuniões de tomadas de decisão. Além disso, nas organizações sociais, não existe uma centralização no acúmulo do capital, o que existe é uma universalidade de bens destinados ao objetivo social estatutário, muito contrário ao que se observa nas produções de modo capitalista, presentes nas clássicas empresas de instituição privada.

Com base nas análises das entrevistas, observou-se que, apesar da associação AMAIS possuir um estatuto que garanta a não distribuição de excedentes brutos ou líquidos entre seus associados, no início, uma certa quantia era destinada às mulheres, ação que logo em seguida foi corrigida por elas próprias: “Logo, logo, eles tiravam uma porcentagem pra cada mulher, depois nós não quisemos, falemo: bora ver se aumenta mais o capital e deixava lá.” (INF.3).

Contudo, é possível que isso tenha acontecido por causa da grande necessidade de recurso dessas famílias, uma vez que muitas citaram a associação como uma forma de auxiliar na renda familiar, diante da escassez de pescado:

O interesse assim que as mulheres tinham de querer assim eu digo a vontade que as mulherada tinham de querer ter um ganho pra ajudar na renda familiar né [...] ela vendeu e eu lembro que ela levou pra nós quarenta reais na época era muito dinheiro né, ficamos demais alegre, isso parece que foi dividido cinco reais pra cada uma de nós. Aí quem não queria já deixava aí pra comprar outras coisas. (*vocês conseguiram ajudar a família?*) Sim, conseguia. A gente comprava até o ovo que não era tão caro. (INF.01).

Para tanto, esse ocorrido só demonstra o quanto a desigualdade social está presente até mesmo no cotidiano das famílias ribeirinhas. Segundo Marx (2013), essa desigualdade social é fruto das diferenças entre classes sociais, característica do modo de produção capitalista presente na relação entre explorador e explorado. Nesse sentido, afirma Marx (2013, p. 468), “[...] a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital”. Com isso, ainda que os trabalhadores continuem a trabalhar na mesma intensidade, ou até mais, os recursos financeiros continuam sendo distribuídos de forma desigual, pois, “[...] na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia” (MARX, 2013, p. 468).

Além da problemática da baixa renda familiar, essas mulheres também relataram o fato da ausência de representatividade dentro dos órgãos que as representam, enquanto pescadoras:

“A Colônia nunca se preocupou em levar alguma coisa pra nós, mulheres, era só nós mesmo lá” (INF.01). Observou-se que essas mulheres sentiam necessidade de fazer parte de um órgão que não apenas lhes garantisse um seguro-desemprego no período do defeso, mas que pudesse assisti-las e instruí-las de uma forma que elas não se sentissem dependentes apenas do seguro-desemprego: “A Colônia nunca se preocupou em levar alguma coisa pra nós mulheres [...] Lá a gente se divertia, passava o tempo que a gente nem via a gente trabalhando educadamente, a gente ganhava o nosso dinheirinho” (INF.01). Desse modo, era possível que as mulheres adquirissem sua própria renda, além de outros conhecimentos que não fazem parte diretamente do ambiente de pesca onde elas estavam inseridas.

No entanto, é possível perceber que, apesar dessa distribuição do capital que ocorreu no início da efetivação da AMAIS, essas mulheres, bem como os membros das outras associações existentes na ilha Saracá, conseguiram provar que o capitalismo não é exclusivamente a melhor forma de organizar uma sociedade, haja vista que, na comunidade ribeirinha da ilha Saracá, as organizações sociais têm contribuído significativamente para o desenvolvimento local e para a garantia dos direitos da classe de trabalhadores e trabalhadoras, de pescadores e pescadoras, e de agricultores e agricultoras saracaenses.

4.2 SABERES CULTURAIS DE VIVÊNCIA E DE IDENTIDADE: RESISTÊNCIA DAS MULHERES PESCADORAS DA ILHA SARACÁ

A comunidade ribeirinha da ilha Saracá, conforme já exposto, possui uma forma peculiar de se organizar e lutar pelos seus direitos: a organização social em associações comunitárias. Desse modo, identificamos que a AMAIS foi criada por causa do incentivo e da orientação do líder de uma outra associação, que teve grande renome na comunidade, a Associação Sagrado Coração de Jesus. Diante disso, pressupõe-se que as mulheres da AMAIS, com o desenvolver dessa associação, tenham construído alguns saberes específicos e singulares oriundos da materialidade da vivência em grupo, reafirmando outros saberes já existentes, resultante dos modos de produzir a vida ribeirinha.

No cotidiano particular da vida dessas mulheres ribeirinhas que protagonizaram o surgimento da AMAIS, é possível observar que muitos dos saberes exercidos no seu dia a dia são fruto dessa vivência culturalmente formada: “Isso a gente vai aprendendo na vida mesmo.” (INF.02). De acordo com nossas análises, esses são saberes que ninguém lhes ensina, ao passo que se vai vivendo também vai se aprendendo. Esses saberes, aqui denominados *saberes de vivência*, são o resultado das “experiências herdadas ou partilhadas” (THOMPSON, 2011, p. 10). Essas experiências não geram saberes que futuramente serão repassadas propositalmente

por algum membro, mas vão, sim, se desenvolvendo no contraste das adversidades, das suas vivências.

Os saberes sociais, de acordo com Rodrigues (2012, p. 52), “[...] resultam da produção material humana, não se constituindo uma realidade abstrata, como que deslocada da existência cotidiana”. E é desse modo que os saberes de vivência são compreendidos, como um vasto campo de conhecimento, que vai se materializando e se reconstruindo no decorrer das experiências do cotidiano:

O rio é tudo, é sobrevivência, sem o rio a gente não é nada, às vezes, a gente tá suado, vai tomar um banho, um mergulho, naquela água até o estresse vai embora. Às vezes, a gente tá com uma dor de cabeça, assim a gente pula na água e fica de molho naquela água gostosa até a dor de cabeça tem hora que passa. (INF.01).

É possível observar a relação afetuosa entre essa mulher e o rio, e que esse rio não é apenas um local de onde se pode adquirir recursos financeiros e de sobrevivência, mas sim um local onde se busca relaxar das suas fadigas ocasionadas pela labuta. Quando falam sobre mergulhar no rio e a dor de cabeça passar, é simplesmente porque, em algum momento, e talvez pela falta de recurso financeiro, a informante-01 procurou essa forma de aliviar as dores do cansaço.

O ribeirinho em geral desenvolve um modo de vida baseado no princípio da indissociabilidade, água-terra-trabalho, formando uma espécie de amalgama por essa razão não é possível a existência de um ribeirinho sem uma relação orgânica com o rio e/ou lago. (DO CANTO et al., 2009, p. 228).

Com essa afirmativa, compreende-se a originalidade do rio como componente medicinal, pois a vida dessas mulheres ribeirinhas está inteiramente conectada com as águas que as cercam. Desse modo, é bem mais simples obter experiências positivas por meio daquilo que já se tem conhecimento profundo.

Quando eu vim para o interior, eu tinha 21 anos, quando eu fui morar no Saracá [...] foi numa época que não tinha energia, era lamparina, a gente não era acostumada com lamparina, [...] seis horas da tarde, a gente tinha que estar jantando, sabe? **Pra aproveitar ainda o clarão do dia** ainda, era lamparina, pensa, [...] não tinha mesa era no chão, eu não sabia sentar no chão, me gastava tudinho o açai. Mas depois foi tranquilo, eu fui me acostumando. Eu fui aprendendo muita coisa. Fui aprendendo o jeito como eles faziam, sabe? Como faziam no dia a dia deles, observava tudinho [...] E a convivência do dia a dia, eu tive que ir observando, e tentando também acompanhar eles. (INF.01).

O relato acima é de uma mulher que não nasceu na ilha Saracá e que apenas aos 21 anos foi inserida naquela comunidade. Desse modo, ela registra momentos desafiadores enquanto não conhecedora da realidade ribeirinha, mas deixa claro que teve de ir se adaptando às novas formas de viver. Para tanto, nesse relato, identificam-se saberes de vivência, como o jantar se

realizar muito cedo, ainda com a luz do dia por conta da ausência de luz elétrica. Durante décadas, essa foi uma prática muito frequente, pois as pessoas poderiam se sentir mais confortáveis ao realizar suas refeições ainda com a claridade do sol, do que com a luz artificial de uma lamparina.

Esse pode ser considerado um saber de vivência, pois não se constata o fato de que alguém lhes tenha ensinado que, durante o dia, é bem melhor realizar as refeições do que durante a noite, uma prática foi adotada devido à dificuldade com a escuridão.

Outro registro de saberes de vivência identificado foi na compreensão da importância de se cuidar do meio ambiente, principalmente do rio: “Então, é importante a gente incentivar e dizer para as pessoas, olha vamos cuidar, porque isso aqui é nosso quem tem que cuidar é nós. O que seria de nós, ribeirinhos, sem o rio?” (INF. 05). Como os ribeirinhos possuem uma relação afetiva muito próxima da natureza, essas informações de cuidar do seu espaço advêm da própria experiência, diferente das pessoas que não são ribeirinhas.

A população ribeirinha do baixo Tocantins, desde muito tempo, vem sofrendo inúmeras consequências resultantes da UHT, dentre elas a escassez de peixe, o assoreamento dos rios e o desaparecimento de muitas espécies do rio e da mata. Nesse sentido, o cuidar dos rios é uma prática que implica na permanência dos recursos extraídos dali. Assim, não se trata de um saber repassado de indivíduo para indivíduo, mas sim fruto da experiência da instalação de uma potência capitalista que teve consequência negativa na região.

4.3 TRABALHO COMO FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RIBEIRINHA

Na preocupação de compreender a identidade ribeirinha das mulheres da AMAIS, foi fundamental apreendê-la no contexto dos seus trabalhos, pois, segundo Martins (2017, p. 23), o trabalho se dá como uma práxis resultante das relações humanas:

O trabalho, portanto, como *práxis* social significa que o homem, ao longo do processo histórico, vem construindo um conjunto de elementos inerente à sua identidade de ser humano, como, por exemplo, a palavra, o pensamento, a linguagem e o próprio conceito dos elementos que proporcionam construir relações sociais.

Pelo trabalho os seres humanos se diferem dos outros animais e, por meio dele, vão construindo relações e desenvolvendo saberes (MARX; ENGELS, 1986). No caso das mulheres da AMAIS, elas têm seus cotidianos marcados pelos trabalhos da pesca e da agricultura. No desenvolver das suas atividades, conseqüentemente, elas desenvolvem saberes relacionados aos seus trabalhos e que se dão como marcas de identidade próprias dessas mulheres ribeirinhas:

“Na pesca eu pelo menos aprendi a fazer o matapi... A poqueca do camarão... Bater também o matapi [...], manejo do mato do açai, do cacau, paneiro, fazer matapi, bater matapi.” (INF. 01).

Além desses saberes, a informante-01 também afirma que desenvolve outros saberes mais voltados para o trato da alimentação: “malhar, botar matapi, e aí eu que cuidava o peixe a gente sabe como fazer toda essa parte aí”. Observa-se, em sua fala, que ela entende que os trabalhos voltados para a alimentação constituem função da mulher, pois ela se refere de uma forma generalizada como se todas as mulheres soubessem tratar peixe.

Contudo, apesar de os trabalhos desenvolvidos por essas mulheres serem bastante parecidos, identifica-se que as tarefas delas se diferem de família para família. Enquanto algumas se dedicam à construção dos apetrechos de pesca e agricultura — “sei fazer o matapi, sei fazer a rede, malhadeira de todo tipo, pra lancar.” (INF.04) —, outras se sobressaem em atividades como o conserto dos materiais e a prática da coleta: “Olha, eu conserto matapi, né, paneiro, negócio também de ir pro mato debulhar açai.” (INF.03).

Outros saberes também relacionados ao trabalho da pesca e da agricultura foram identificados, como práticas de proteção que se deve ter ao sair para o rio ou para o mato, descritos por elas como “cuidados que se deve ter no dia a dia”:

Aí eu quando vou eu levo a bota, levo calça comprida, camisa manga comprida e a luva, pronto pra debulha e também proteção para outros bichos, uma picada de cobra que Deus livre. Se que Deus livre uma cobra picar não vai fazer muito efeito, porque tu tá protegida, eu levo duas calças, uma por cima da outra e a bota, e eu vou de luva pronto. No rio a gente vai de camisa manga comprida, chapéu, protetor solar. É necessário porque a gente demora, não é o chegar assim e pegar o peixe a gente fica lá pela beirada. Calça comprida, protetor solar e o chapéu, a gente leva. O chapéu de pescador ou então quepe mesmo comum. (INF.01).

Segundo a informante, é importante que se faça uso desses materiais não apenas para proteção, mas também para reduzir as dificuldades do trabalho, uma vez que, com a luva, é mais fácil debulhar o açai, pois diminui as dores provocadas pelas “pencas” do cacho de açai. A mesma informante também destaca as técnicas desenvolvidas para facilitar o trabalho de apanhar o açai no verão amazônico:

Também o nosso açai lá, tem um plástico, leva um encerado, um plástico limpo, de dia a gente vai pro mato e quando chega lava com Qboa e pendura, quando é no outro dia já está limpo. Esse plástico é pra ficar mais fácil de debulhar o açai e não sujar. Aí lá, tu pode juntar colocar no paneiro, dá uma lata, lata e meia, que se cair fora não tem como tu juntar, mas tu perde e além de tudo fica sujo, em cima do plástico tu escolhe, tu tira vassoura pro lado, aí tu só pega do plástico e vira no paneiro, cisca que a gente fala, a gente vai ciscar e limpar o açai. (INF. 01)

Essas técnicas que vão sendo adquiridas nos cotidianos dos seus trabalhos denominamos saberes ressignificados, pois há muitos anos já se via algo bem parecido nas proximidades,

porém era um assoalho em cima da terra feito com folhas da própria palmeira do açaí, evitando desse modo que eles caíssem no chão e fossem perdidos.

Contudo, essas ressignificações, muitas vezes, sofrem com a resistências dos mais velhos, pois eles acreditam que a juventude não quer mais trabalhar como eles e, por isso, ficam inventando formas de poupar tempo:

Essa ideia foi minha, [...] o açaí caía tudo fora, aí o papai me falou: minha filha leva esse plástico, ah não sei pra que vai levar esse plástico é pavulagem, frescura, meu sogro era vivo e falava que era pavulagem, aí quando o Dori viu que dava lucro, ele já foi só ampliando pra mim. Ele já emprestava o meu plástico, aí eu falava: vão comprar pra vocês, aí pronto foi todo mundo. (INF. 01).

Portanto, a necessidade de melhoria na qualidade do trabalho e de aumento da produção levou as trabalhadoras a aderirem a essa prática, ressignificando seus saberes, conforme observado por Rodrigues (2012, p. 57): “[...] trabalhadores têm a possibilidade de, a partir desses mesmos saberes, negando-os, produzir, em sua perspectiva, valores, atitudes, habilidades, formas de intervir no mundo, ou, até mesmo, seus próprios saberes, ressignificando-os de acordo com os seus interesses”.

Esses saberes relacionados aos seus cotidianos são percebidos por elas como uma tarefa necessária para o bem-estar da sua família. Por esse motivo, quando perguntadas sobre quem havia lhes ensinado essas práticas, a resposta era de imediato: “isso a gente vai aprendendo na vida mesmo” (INF. 02), demonstrando que essas atividades são percebidas como corriqueiras na vida delas. No entanto, os saberes desenvolvidos no decorrer dessas atividades são tão naturais na vida dessas mulheres que elas nem os percebem como forma de trabalho.

Para tanto, quando se trata desses saberes do trabalho da pesca e da agricultura, essas mulheres demonstram um sentimento de herança, passada através dos outros membros da família, e não como algo que se aprende no desenvolver dos seus trabalhos: “Essas coisas, eu não aprendi com ninguém, fui crescendo e sempre acompanhando meu pai, minha mãe, um coisa que eu herdei da minha mãe foi criar, minha mãe gostava de criar e plantar. Vem dos antepassados.” (INF.04).

É possível perceber nas narrativas que a pesca e a agricultura se fazem presentes nessa comunidade desde muito tempo, pois todas as entrevistadas afirmaram que seus pais, avós ou tios faziam exatamente as mesmas tarefas: “Eu faço desde pequena, eu aprendi com meu tio que era primo da minha mãe” (INF. 03).

É importante ressaltar que esses saberes, aqui denominados saberes do trabalho (RODRIGUES, 2012), algumas vezes não eram considerados por elas como, de fato, um

trabalho. Já as atividades que elas desenvolviam dentro da AMAIS, estas sim eram percebidas como trabalho, apesar de não estarem voltadas para a pesca nem para a agricultura. Dentro da associação de mulheres, elas se dedicavam a produzir outras coisas diferentes dos seus cotidianos, como artesanatos, cosméticos, produtos medicinais, maquiagem, etc.:

[...] a gente fazia cordão, a gente fazia o brinco, que era feito de garrafa de desodorante de perfume, desodorante vazio, a gente juntava tudo aqueles de plástico, a gente saía catando pelo rio, assim os estratos, aí a gente pegava a linha, ou então a fibra da malhadeira, enfiava e ia enfiando um no outro, aí só que era colorido, só que era muito jilitito, muito mesmo, aí bem na ponta, a gente comprava aqueles brilhantes, umas bolinhas que tem, a gente colocava uma bolinha daquelas, comprava coisa do brinco e a gente enfiava, parecia que era mesmo de verdade. Porque não era assim uma coisa abrutado era bem com detalhes, muita delicadeza mesmo. E lá também a gente fazia...Fazia o crochê, a gente aprendia até cortar o pano, tinha gente que sabia, costureira lá, cortava o pano e mandava a gente costurar. (INF.01).

Por ser algo diferente do habitual e por ter uma relação do capital mais direcionada à produção feminina, elas sentiam que aquelas atividades eram o que mais lhes aproximava de um trabalho formal. No entanto, muitas vezes, essas atividades do cotidiano interferiam nas atividades desenvolvidas na associação, por esse motivo, as atividades da associação eram pensadas de uma forma que não atrapalhasse o trabalho doméstico e, ainda assim, era um desafio muito grande conciliar os dois trabalhos.

Olha, na minha opinião, era que quando eu ia pra lá, lá em casa não tinha ninguém pra fazer as coisas, eu tinha que fazer tudo antes de ir pra deixar tudo pronto, pra quando eu chegasse tava tudo pronto. Como, por exemplo, quando gente ia nesse serviço da pesca pra fora, quando a gente ia era o dia todo. E era uma dificuldade pra chegar de noite e ter que lavar roupa, fazer os trabalhos da casa, era isso que pra mim era difícil isso sabe. Era todo dia, toda tarde esse trabalho. No começo foi. As outras mulheres também se queixavam do mesmo problema porque todas elas eram donas de casa também, tinha filhos. (INF.02)

É possível observar que essas mulheres possuíam grandes jornadas de trabalho, que compreendia desde as tarefas domésticas, como lavar, passar e cozinhar, às tarefas da pesca e da agricultura, presentes no dia a dia, como malhar, iscar matapi e bater matapi; até às relacionadas à agricultura, como fazer o manejo do mato, debulhar o açaí, apanhar e secar cacau, entre outras. Ainda assim, elas dividiam seu tempo de forma a atender às suas necessidades a partir da AMAIS. Esse modo de vida acelerado das mulheres, principalmente das pescadoras se dá devido a um fenômeno que naturaliza o trabalho doméstico como função estritamente feminina, conforme o enxerto de Furtado (2017, p. 51):

A mulher pescadora foi levada a assumir várias funções que só cabe a ela realizar, como levantar cedo para preparar o café antes de saírem para pescar, se preocupar em deixar o almoço pronto para a família que são atividades importantes para que o companheiro possa realizar seu trabalho.

Com isso, é possível compreender que o grande desafio encontrado por essas mulheres da AMAIS era exatamente o de conviver com as situações que o patriarcado lhes impunha. Ademais, observa-se que ainda que as diversas informantes afirmassem que as tarefas domésticas eram distribuídas entre todos os membros, no decorrer das observações de campo, situações contrárias foram observadas, como o fato de apenas as mulheres se encontrarem na cozinha realizando as atividades do lar, enquanto os homens se ocupavam de outras atividades.

Nas entrevistas, as mulheres relatavam existir uma distribuição nos trabalhos do lar: “O homem tem que ajudar a mulher na cozinha no trabalho da casa.” (INF.04), no entanto, posteriormente, elas afirmavam que realizavam as suas funções porque o esposo já havia realizado a dele, assim tomando para si mesmas a responsabilidade de cuidar da casa.

Faz parte do trabalho, e se a gente não fazer quem vai fazer pela gente, né? Que o peixe já está lá, o marido já fez a obrigação dele de pegar o peixe, agora a gente tem a obrigação de cuidar do peixe. Pra não ser jogado fora. Além de cuidar do peixe, a gente tem que preparar pra dar pros filhos, a gente tem que dar almoço, a gente tem que lavar a louça, e é muito sacrifício. (INF.01).

Porém, a mesma informante relata que seu esposo a ajuda, sim, nas tarefas, mas quando se trata do uso da própria palavra “ajuda”, já se compreende que ela se sente obrigatoriamente na função de executar essas tarefas, enquanto esposa, e que ele (o esposo), se não tiver outras atividades, pode participar de forma parcial. Nessa fala, identifica-se também que nos seus lares existe uma divisão sexual do trabalho, que obriga a realizar determinadas tarefas exclusivas para homens e para mulheres, como a afirmação da informante 1 ilustra: “Quando dá pra ele tá comigo, ele me ajudava, mas quando não dava, era só eu, sozinha, eu ia pra ponte porque era muito peixe, ele ia só deixar pra mim e já ia limpar a rede. (tu ia limpar a rede?) não, isso era serviço pra eles, os homens”.

Lerner (2019) reflete sobre um pensamento tradicionalista da dominação masculina sobre a feminina, em que o poder masculino se estabelece pelas constituições religiosas, defendendo a ideia de que a mulher foi criada a partir do homem para que, dessa forma, lhes fossem submissas.

A dominação masculina é universal e natural. O argumento pode ser proposto em termos religiosos: a mulher é submissa ao homem porque assim foi criada por Deus. Tradicionalistas aceitam o fenômeno da “assimetria sexual”, a atribuição de diferentes tarefas e papéis para homens e mulheres, algo observado em todas as sociedades humanas conhecidas, sendo prova desse ponto de vista e evidência de seu caráter “natural”. Eles argumentam que, se à mulher foi atribuída, por planejamento divino, uma função biológica diferente da do homem, a ela também devem ser atribuídas diferentes tarefas sociais. Se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinaram a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina. (LERNER, 2019, p. 39).

Contudo, apesar de haver uma certa discordância no que compete à naturalidade da divisão sexual, é fato que a maioria das comunidades ribeirinhas segue um modelo de comportamento naturalista, muito direcionado pelas suas religiosidades. Por esse motivo, é possível que grande parte dessas mulheres se sinta na obrigação de cuidar de seus lares, no pensamento de que estão seguindo a vontade do Criador. Enquanto isso, seus esposos são responsáveis por realizar as principais tarefas que lhes dão alta visibilidade dentro da sociedade. Desse modo, é possível perceber uma desigualdade entre homens e mulheres, fazendo com que a superioridade masculina potencialize suas decisões.

Para tanto, Izquierdo (2007 *apud* TOLEDO, 2008) relata que essa desigualdade das mulheres é processo que se dinamiza em três etapas e dá origem ao que se denomina constituição de gêneros sociais:

A desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e se consolida com a constituição dos gêneros sociais: se você é mulher, tem de fazer determinadas coisas, se é homem, outras. O passo seguinte é considerar femininas as atividades feitas pelas mulheres e masculinas aquelas feitas pelos homens. O terceiro passo é diferenciar o tratamento recebido (respeito, reconhecimento, meios de vida, estilo de vida) pelas pessoas que realizam atividades femininas e os que realizam atividades masculinas. Nesse momento dizemos que têm caráter de gênero, as pessoas, independentemente de qual seja seu sexo, são tratadas segundo um padrão específico, o de gênero. (TOLEDO, 2008, p. 2).

No entanto, Toledo (2008) enfatiza que a divisão sexual do trabalho não é o que determina a desigualdade de gênero, pois a explicação mais conceitual não relacionaria divisão sexual do trabalho com gênero, mas sim com classe, ou seja, em uma visão marxista, a sociedade não se estrutura sobre gêneros, mas sobre classes.

A divisão sexual do trabalho é apenas simbolicamente assentada em uma suposta divisão entre gêneros. As mulheres da classe trabalhadora sofrem, antes de tudo, uma discriminação entre classes-relação desigual entre elas e as mulheres burguesas, ou entre elas e toda a burguesia – do que uma discriminação entre gêneros (que ocorreria no âmbito de sua própria classe). Inclusive, a discriminação de gênero que a mulher trabalhadora sofre no âmbito de sua própria classe é imposta a partir da classe dominante. (TOLEDO, 2008, p. 8).

Com essa afirmativa, Toledo (2008) compreende que há uma disparidade entre as mulheres com relação às suas classes, isso porque, quando se entende classe como estruturadora das esferas sociais, entende-se também que todos os outros problemas sociais estão estruturados nessa relação de dominante e dominado. Os fatores geradores da discriminação são diretamente interligados ao capitalismo, como desemprego, violência, desigualdade salarial e, até mesmo, o patriarcado, com as imposições de comportamento e atribuições do que é ser mulher, reforçado por esse modelo econômico. Portanto, “[...] o problema da mulher trabalhadora não

é ser mulher, é viver num regime capitalista” (TOLEDO, 2008, p. 26), lutar contra o capitalismo é o primeiro passo para se buscar igualdade entre homens e mulheres.

4.4 TRABALHO DAS MULHERES, SABERES QUE CONQUISTARAM OS RIOS

Esta seção inicia-se com uma breve contextualização sobre saberes político-identitários, pois os saberes construídos pela AMAIS desencadearam um processo de empoderamento feminino e de consciência de classe das mulheres pescadoras.

O campo dos saberes na região tocantina apresenta-se como uma vasta área que abriga diversas pesquisas científicas, com diversas temáticas, isso se dá porque “[...] os saberes não se constroem somente nos espaços escolares, mas também nas relações de trabalho” (MARTINS, 2011, p. 9).

Desse modo, é possível compreender que, com base em Marx (2004), o trabalho é uma necessidade natural dos seres humanos, bem como fator fundamental para a subsistência humana. Por essa compreensão é que se interpretam os saberes como resultantes do trabalho e que envolvem uma relação entre homem e natureza. Martins (2011, p. 10), no entanto, afirma que:

O saber está relacionado com a identidade, com a história, com o conhecimento e com a vida. Significa dizer que o saber também possibilita entender, discutir e refletir a construção da sociedade e possibilita, inclusive, pensar numa sociedade onde os trabalhadores tenham seus direitos garantidos.

Levando em consideração a afirmativa acima, vale refletir sobre a categoria saberes, que vai muito além dos conteúdos impregnados de teoria que se vê nas escolas. Essa categoria compreende um conhecimento que se faz na discussão, na vivência, na relação em que os seres humanos vão se constituindo seres sociais.

Na vivência dessa pesquisa, compreendeu-se que os saberes, muitas vezes, são construídos a partir da vivência dos seus antepassados, outras vezes constitui-se na própria dialética entre presente e futuro. Assim, a própria preocupação que o ser humano manifesta em viver um futuro melhor faz com que, no presente, ele desenvolva saberes que lhes orientarão o futuro.

Em termos de mulheres pescadoras, sobre o tema discutido neste trabalho, é determinante ressaltar os saberes político-identitários desenvolvidos e constituídos no chão da AMAIS, compreendendo que as políticas identitárias fazem parte de um debate muito presente na atualidade, que se dá em torno das discussões das identidades “não padrão”, ou seja, das mulheres, das raças, das sexualidades, entre outros.

Essa concepção identitária tem caráter elementar no pensamento de Dubar (2009, p. 26), quando ele afirma que identidades são “[...] processos que modificam os modos de identificação dos indivíduos em consequência de transformações maiores na organização econômica, política e simbólica das relações sociais”. Por isso, entende-se que as identidades vão se formando no decorrer das suas vivências e também vão se modificando conforme vão se constituindo pensamentos e ações, direcionadas para as suas relações individuais e/ou grupais.

Para tanto, saberes político-identitários são aqueles conhecimentos adquiridos em discussões em torno das políticas que as direcionam para a formação de consciência social de determinado grupo invisibilizado, aqui representado pelas mulheres pescadoras e agricultoras.

As mulheres pescadoras e agricultoras são aqui constituintes de uma camada que busca por igualdade de direitos, pois, no dia a dia, sofrem com a discriminação, com a desigualdade de gênero, com a invisibilidade no trabalho. Por esses motivos, seus anseios fazem parte das pautas de políticas identitárias, comuns a outros grupos discriminados que buscam por melhorias sociais.

Diante do que se discutiu sobre as desigualdades femininas, vale elencar informações sobre as mulheres da AMAIS e os saberes político-identitários adquiridos no decorrer da efetivação dos seus trabalhos na associação, já que, segundo Rodrigues (2012, p. 155), em termos de identidade, os saberes produzidos pelos pescadores, no interior do ofício que realizam, favoreceram a organização política.

4.4.1 Saberes político-identitários que se constituíram na AMAIS

Como já foi elencado anteriormente, a AMAIS surgiu a partir de uma necessidade das mulheres pescadoras. Inicialmente uma necessidade financeira, mas a associação foi se firmando e suas participantes foram compreendendo que as suas necessidades estavam para além do capital. Desse modo, ao desenvolverem seus trabalhos na associação, essas mulheres foram construindo saberes significativos para o desenvolvimento dos seus trabalhos, das suas classes, das suas lutas.

Como uma forma de escapar da rotina que lhes tomava todo o seu tempo com os trabalhos de pesca, coleta e atividades domésticas no geral, essas mulheres decidiram realizar outras formas de trabalho na AMAIS, algo que fosse prazeroso, mas, ao mesmo tempo, propiciasse a obtenção de recursos financeiros, para que a associação pudesse se manter com a própria produção. Para isso, inicialmente, foi pensada a confecção de artesanatos feitos com objetos descartados no dia a dia:

A gente fazia o brinco, que era feito de garrafa de desodorante de perfume, desodorante vazio, a gente juntava tudo aqueles de plástico a gente saía catando pelo rio assim os estratos, aí a gente pegava a linha, ou então a fibra da malhadeira, enfiava e ia enfiando um no outro, aí só que era colorido, só que era muito jítitito, muito mesmo, aí bem na ponta a gente comprava aqueles brilhantes, umas bolinhas que tem, a gente colocava uma bolinha daquelas, comprava o coisa do brinco e a gente enfiava, parecia que era mesmo de verdade. (INF.01).

Além das bijuterias, também eram produzidas outras coisas, como peças de crochê, de roupa, etc. No entanto, nem todas as mulheres que faziam parte da associação sabiam fazer as mesmas coisas, por esse motivo, elas se dividiram em grupo, para melhor desenvolvimento das suas práticas.

Essa divisão inicialmente denota uma divisão social do trabalho, característica do modo de produção capitalista: “No conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos de mercadorias [Warenkörper] aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho.” (MARX, 2013, p. 101).

Posteriormente, observou-se que essa divisão não tinha o princípio capitalista de aumentar a produtividade, mas o de promover conhecimento diversificado para todas as integrantes da associação. Desse modo, os grupos se dividiam por afinidade, de acordo com os interesses individuais ou com o que se sabia fazer. Assim, as mulheres que sabiam algo, ensinavam as que não sabiam: “cada uma mulher que sabia uma coisa fazia e ensinava pras outras também. Olha, esse negócio de guardanapo, quem sabia tecer essas beiras tecia, quem fazia as bonecas fazia, assim a gente começou.” (INF.03).

Observou-se ainda que essas mulheres desenvolviam seus trabalhos em coletividade e não em produções independentes: “E lá também a gente fazia...Fazia o crochê, a gente aprendia até cortar o pano, tinha gente que sabia, costureira lá, cortava o pano e mandava a gente costurar, quem não sabia ia aprendendo” (INF.01). Esse modo de produção, segundo Marx (2013), chama-se cooperação:

Um trabalho, antes individual, passa a ser um trabalho coletivo, sob o comando de um capitalista [...]. Dos trabalhos de cooperação surgem os salários, o aumento da produção e a divisão do trabalho[...]. No processo de cooperação, segundo observa Marx (2013a, p. 408), a produção é fator necessário, comandado por um capitalista, que chefia o processo da produção na indústria e também os trabalhadores; estes, por sua vez, são os proprietários da força de trabalho. (MARTINS, 2017, p. 47).

Com base nessa afirmativa, percebe-se que a AMAIS destacava-se por ter práticas contraditórias ao capitalismo. A primeira delas era a do comando da produção estabelecida por um proprietário da força de trabalho, haja vista que, nesse modelo cooperativista, não se trata

de um chefe direcionando os trabalhadores, mas de trabalhadoras que conduzem suas atividades de acordo com suas necessidades, ou seja, “lá era por conta nossa” (INF.01).

Esse modo de cooperativismo, desenvolvido pelas mulheres, se difere do definido por Marx, pois o objetivo daquela coletividade não era gerar mais lucro, mas sim o aprendizado de algo diferente das práticas cotidianas. Se aquela prática gerasse algum benefício financeiro, ela era aproveitada, mas se não gerasse, já valia pelo conhecimento e pela diversão que se compartilhavam:

Lá a gente aprendia a fazer maquiagem, quem não sabia fazer maquiagem aprendia com quem sabia fazer a maquiagem, “ah, mana, eu não sei me maquiar, ah, mas eu sei, olha, é assim, assim fica bacana”, tinha uma pra sair de cobaia pras outras aprenderem como era, a gente fazia penteado, “olha teu cabelo é bom assim”, e a gente fazia o penteado assim uma na outra [...]. De qualquer maneira, servia pra gente na época, ajudou muito, ficava renovando as ideias. (INF.01).

Para tanto, essas mulheres, por intermédio da AMAIS, desenvolveram saberes de cooperativismo: uma mulher auxiliando a outra, em uma relação afetuosa e de aprendizado mútuo. Esse saber é de grande importância para o processo de empoderamento feminino e para que as mulheres não sejam vistas de forma isolada, mas sim de forma coletiva, atravessadas pela interseccionalidade, ou, como afirma Toledo (2008, p. 10): “As saídas para as opressões de distintas ordens no capitalismo não são individuais, mas coletivas, e como tal dependem diretamente das transformações operadas na estrutura econômica da sociedade”.

4.4.2 Saberes político-identitários de autonomia

Como já observado em diversas pesquisas realizadas na região no baixo Tocantins, o campo de trabalho dos pescadores artesanais é predominantemente marcado pela presença masculina. Furtado (2017) entende a causa desse fato pelo direcionamento de saberes masculinos e femininos nesse âmbito:

Especificamente o trabalho na pesca como sendo uma atividade a ser praticada pelos homens, pois são eles que têm por obrigação ir para o rio, o que leva ao entendimento de que a pesca se reduz aos saberes de captura em que eles realizam com maior frequência, portanto, seriam os detentores desses saberes. (FURTADO, 2017, p. 17).

Ainda segundo a autora, esse é um dos motivos pelos quais o trabalho e os saberes dessas mulheres são invisibilizados.

Diante do que se buscou compreender *in loco*, a pesca na ilha Saracá também se demonstrava prioritariamente masculinizada, isso porque, há muito tempo, o trabalho de pesca

era dividido entre homens, que eram responsáveis por ir para os rios capturar os peixes; e às mulheres, ficava a responsabilidade de limpar, salgar e cozinhar o pescado.

Naturalmente, essa divisão acontece em muitas localidades próximas, por esse motivo não é algo que chame a atenção das pessoas, com exceção das mulheres da AMAIS.

Ao dar seguimento nos trabalhos relacionados à associação, as mulheres começaram a perceber essa forte presença masculina no ato da captura do peixe: “Antes a pesca era só trabalho pros homens chegava aquele dia eles iam pra lá a mulher ficava lá só para esperar o peixe aí quando veio a associação das mulheres, as mulheres iam pra lá” (INF-05). A abertura da pesca é um evento importantíssimo na região, por esse motivo as mulheres pescadoras também sentiam interesse em participar, mas, como vimos, esse era um evento em que apenas homens cumpriam tarefas, isso só se modificou a partir da compreensão que elas tiveram ao se inserirem na AMAIS.

No entanto, essas mulheres começaram a se questionar o porquê de elas também não estarem ali presentes com os homens, já que é um momento de grande relevância para todos os pescadores: “Porque não é só trabalho de homem, porque é pescadora e pescadores, quem recebe o seguro não é só o homem é a mulher também, né!” (INF.05). O machismo, impregnado em uma sociedade que suprime o valor feminino e se sustenta em um modelo patriarcal, é capaz de destruir a própria autoestima feminina: “A negação das mulheres à própria história reforça sua aceitação à ideologia do patriarcado e destrói a autoestima individual da mulher” (LERNER, 2019). Isso faz com que elas se sintam inferiores, incapazes, impotentes, conforme a fala da informante 1: “Os homens, os redeiros não gostavam de mulher no rio, eles tinham aquilo que mulher ia empanemar a pesca”. Esse “empanemar” lhes repassava um sentimento de inferioridade em relação aos homens, pois como entender que os homens são úteis para todas as atividades e as mulheres não? Entende-se esse “empanemar” como um negacionismo assegurado sobre uma narrativa fantasiosa com o objetivo de diminuir as potências femininas.

Foi a partir das discussões dentro da AMAIS que as mulheres começaram a se posicionar de forma antagonica. Assim, foi necessário analisar de que maneira elas podiam se inserir e também participar do processo da abertura da pesca:

No primeiro ano, a obrigação era anotar quantos paneiros era pego, pra quantas associação era tirados e tantos paneiros, porque tinha a do paxiba que é outra associação lá, aí tudo isso, quantos paneiros deu, quantos quilos, pra quantas associações, assim nós, mulherada, nós fomos se chegando, se chegando. (INF.01)

Percebeu-se que inicialmente foi necessário que essas mulheres acompanhassem o pensamento machista dos homens, que não aceitavam suas esposas no meio de outros homens.

Para que elas estivessem presentes nesse momento foi preciso aceitar a divisão sexual do trabalho, considerando que anotar, contar e dividir era um trabalho mais voltado para as mulheres. Aos poucos, elas foram demonstrando o quanto podiam ser importantes em todas as atividades e, até mesmo, na captura do peixe.

Contudo, foi somente a partir da AMAIS que essas mulheres passaram a participar desse processo.

Quadro 3 – A participação das mulheres da AMAIS na abertura da pesca

INF. 01	“Antes disso tinha uma divisão do que era do homem o que era da mulher da mulher, a associação acabou com isso.”
INF. 02	“Foi depois da associação que a gente ia pra fora. Antes disso, a gente num ia.”
INF.05	“Antes, a pesca era só trabalho pros homens, chegava aquele dia, eles iam pra lá, a mulher ficava lá só para esperar o peixe, aí quando veio a associação das mulheres, as mulheres iam pra lá ajudar porque não é só trabalho de homem” [...]. “Têm mulheres que se envolvem direto lá. Tirando o mapará do casco, distribuindo pros marreteiros, essas mulheres eram da associação. Começaram a partir da associação, antes não faziam.”

Pelas informações dessas mulheres, percebe-se que a constituição da AMAIS foi primordial para a construção dos saberes político-identitários de autonomia das mulheres, pois elas passaram a se organizar e a discutir condições em que pudessem participar das atividades relacionadas aos seus trabalhos, o que, até então, eram impedidas de fazer.

Os saberes político-identitários de autonomia dizem respeito às formas de organização para se praticar a independência, a autodeterminação e a capacidade de se autogerir. Em uma abordagem geral,

Por autonomia, compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 10).

Ao tratar de autonomia feminina, o conceito estende-se para além de liberdade financeira, pois está relacionado a uma forma de escapar das amarras do patriarcado e se manifesta como um processo de construção da própria identidade: uma identidade de poder, de autossuficiência e de liberdade.

A autonomia, dizem, é uma forma de gerar um espaço de manobra para as mulheres e de iniciar um processo de crescimento pessoal e coletivo que assegure o questionamento às diferentes formas que assume sua subordinação, assim como a capacidade de desenvolver controle e poder sobre suas vidas, suas organizações e sobre seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais específicos”. Seria a organização autônoma das mulheres para lutarem por seus direitos e abrirem espaço na sociedade. (TOLEDO, 2008, p. 4).

Entretanto, o que se pensava ser apenas um meio de se emancipar financeiramente surgiu como um saber que fez com que as mulheres se manifestassem em busca de seus interesses políticos e sociais (e não apenas as membras da AMAIS): “Então a gente tem que lutar fazer a pessoa conhecer que isso não é certo [...] Quer dizer não é direito mas acontece” (INF.05). Como vimos aqui, a informante se refere aos direitos das pescadoras em relação ao seguro-defeso que, muitas vezes, se sentem ameaçadas. No entanto, por meio da AMAIS, elas passaram a conhecer seus direitos e a se manifestar para que eles fossem exercidos.

A partir da criação da AMAIS, as mulheres se sentiram mais fortes e conseguiram o que tanto sonhavam: participar de todo o processo dos seus trabalhos da pesca.

Eu vou uma semana pro rio depois da abertura. O meu mesmo não se incomoda, mas logo no primeiro dia, ele se incomodou, o que tu vai fazer? Ficar lá já, no meio dos homens? Pois é agora que eu vou, praga. (risos). *Eu quero, eu posso e eu vou!* E não parei de ir. Agora, ele já me dá até o casco dele pra mim ir com outras mulherada. Eles falavam que a gente ia só pra empanemar agora não, a gente vai, a gente rema na proa do casco, se for preciso puxar a rede a gente puxa, “segura a rede”, eles falam, e nós temos lá nós temos puxando a rede: “rema!” aí rema, “rema mais forte!”, aí a gente se reúne e mete-lhe o caramba no casco pra poder fechar a rede um pouquinho. A gente fala: “ei, mergulha pra lá!”, “olha aberto!”, “aqui tem um buraco!”, “tá saindo aqui!”, “olha tão metendo a mão!”, “não mete a mão!” porque é proibido né? Aí a gente fala e o dono da rede vai lá e fala: “olha elas não estão falando pra não meter a mão? Obedeçam elas!” (INF.01).

No trecho, é possível notar que os próprios homens reconhecem a importância feminina no trabalho da captura, pois eles repreendem os demais que não querem seguir as ordens femininas. Com isso, essas mulheres sentem-se cada vez mais importantes, pois, para elas, principalmente as de classe baixa, esse poder feminino não é um desejo, é uma necessidade.

Em alguns relatos é possível perceber a felicidade e o sentimento de realização em poder ser ouvida, em poder ser percebida dentre tantos homens, que, por muito tempo, protagonizaram a arte de capturar as várias toneladas de peixe durante o período autorizado para a pesca:

A gente já tem uma voz, uma autoridade, já é visto como uma forma diferente. Tempo da abertura da pesca, de primeiro, só ficava as mulheres na casa, agora só fica as casas e as velhinhas que não dão conta de ir (as crianças também vão?) Tudo. Ninguém quer ficar, graças a Deus e a nossa associação. Isso veio pra quebrar o tabu. E quebrou! Quebrou! E agora se tiver a abertura da pesca e não tiver a mulher mais, acho que não vai nem prestar mais. A abertura da pesca, quem faz somos nós! (INF.01).

Nessa afirmativa, observamos que a informante trata a falta de participação da mulher na abertura da pesca como um tabu, ou seja, essa ideia de a mulher não se envolver junto com os homens nessa atividade é uma situação naturalizada na ilha Saracá. Quebrar esse tabu é como se elas estivessem rompendo uma concepção que a sociedade acredita ser a forma correta de agir, mas que, para elas, não é.

Essa ação de ir para o rio na abertura da pesca é algo tão importante para essas mulheres ao ponto de gerar uma confiança e autoestima nelas. Percebemos essa plenitude quando ela afirma: “A abertura da pesca, quem faz somos nós!” (INF.01), assim demonstrando o quanto elas se sentem importantes nesse ambiente.

Portanto, a relevância da mulher nos processos produtivos, bem como nas tomadas de decisão nessas práticas, aparentemente simples, podem ser o pontapé para o aumento da possibilidade de autonomia das muitas mulheres que se encontravam, antes, subjugadas.

4.5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DAS MULHERES DA AMAIS

A pesca artesanal no baixo Tocantins pode ser considerada tanto um modo de sobrevivência para os ribeirinhos quanto atividade de produção financeira. Na execução desta pesquisa, notou-se a relação próxima entre homem e natureza, assim como descrito em Martins (2017, p. 18): “[...] os pescadores constroem saberes a partir de seus próprios trabalhos, no cotidiano de suas atividades, numa relação indissociável entre homem e natureza”.

Para tanto, nesse contexto, as florestas, os rios, os furos e os igarapés apresentam-se muito além de extensas ligações entre as localidades e a fonte de recursos naturais, mas como integração do que são os ribeirinhos e do que eles vivem: “O rio é tudo, é sobrevivência, sem o rio a gente não é nada” (INF.01). Nesse caso, o rio significa sobrevivência, porque existe uma relação entre rio e ribeirinho que vai muito além de fonte de recursos naturais, e, naquele contexto, o rio também é cura, é renovação: “naquela água até o estresse vai embora. Às vezes a gente tá com uma dor de cabeça assim a gente pula na água e fica de molho naquela água gostosa até a dor de cabeça tem hora que passa.” (INF.01). Assim, observamos a proximidade entre homem, mulher e natureza.

Em uma relação entre cidade e interior, justifica-se a sensação de liberdade proporcionada pelo interior e que não se tem na cidade: “Eu prefiro morar aqui, porque aqui a gente se sente mais à vontade, o banho no porto, vai no mato, se sente mais à vontade, já na cidade a gente já não tem mais liberdade”.

Esse sentimento afetuoso na relação homem-natureza, que se faz presente nas falas das mulheres da AMAIS, também demonstra a preocupação e o cuidado que se deve ter com o meio ambiente. Há muitos anos, ribeirinhos, de uma forma geral, vêm sofrendo grandes consequências oriundas da instalação da UHT, confirmadas na fala de um informante da pesquisa de Rodrigues (2012, p. 52): “O principal culpado pela falta de pescado aqui no nosso,

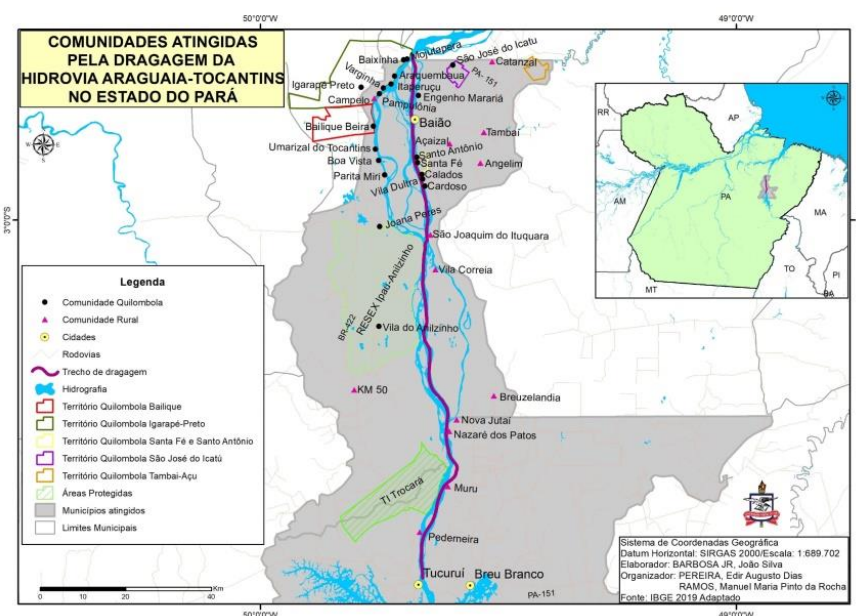
no nosso, não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins, foi o projeto da barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui.”.

Em pleno ano de 2022, é possível perceber que, além de serem ainda perceptíveis na região os problemas causados pela UHT, existe outro problema que pode trazer graves consequências, como demonstraram as falas preocupadas das informantes. Trata-se da Hidrovia Araguaia-Tocantins (HAT)⁹, cuja construção avança: “Porque, se vier essa hidrovia, vai acabar o nosso pescado, a gente não vai ter mais. Então, a gente não tem de maneira alguma tem que concordar com uma coisa dessas.” (INF. 01).

No entanto, a construção dessa hidrovia tende a trazer inúmeros prejuízos, principalmente para os ribeirinhos que sobrevivem da pesca e da agricultura.

O mapa abaixo mostra as comunidades e os municípios que serão atingidos diretamente. Como observado na imagem, não aparece o município de Limoeiro do Ajuru como área atingida, mas esse município será atingido sim, uma vez que as águas do rio Tocantins circulam por todo o território limoeirense em decorrência das marés.

Mapa 2 – Comunidades atingidas pela dragagem da HAT no estado do Pará



Fonte: João Silva Barbosa Jr., 2010. Disponível no site:

https://climainfo.org.br/wpcontent/uploads/2022/01/Hidrovia-araguaia-tocantins_4-scaled.jpg.

⁹ Via de transporte a ser construída nos trechos entre os municípios paraenses de Marabá e Baião. O objetivo da construção da hidrovia é tornar as águas que compreendem esse território vias navegáveis para a utilização de transporte de grãos do país.

A preocupação das mulheres entrevistadas se aplica tanto em relação às destruições ambientais que a hidrovia trará quanto nas consequências negativas para o trabalho da pesca:

Num vai ter o peixe, num vai ter o camarão, se tu quiser comer um peixe, tu vai ter que criar, fazer teu poço pra ti criar teu peixe. O camarão, se tu não tiver teu viveiro particular, vai acabar, porque vai acabar tudo isso. E olha, nós que recebe seguro, se vier uma coisa dessa nós não vamos mais receber seguro, e como nós vamos comprovar do nosso pescado? (INF.01)

Ratificamos que a pesca é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na região, por esse motivo a informante em destaque considera preocupante a possibilidade do desaparecimento dos peixes que, em consequência dos impactos ambientais da HAT pode vir a acontecer. Do mesmo modo, Maneschy (1993, p. 31) assegura que, “[...] desde o início da ocupação portuguesa na Amazônia, a pesca desempenhou papel destacado como fonte de alimento e de comércio”.

As mulheres da AMAIS também relataram integrar um movimento contra a construção da HAT: “Inclusive, nós fizemos um protesto, ‘Hidrovia não!’ E nós fomos, chamaram pra gente dar um apoio e nós fomos.” (INF. 01). Na figura abaixo, observamos essas mulheres realizando a manifestação e que, na ocasião, também contou com a presença de alguns homens que se uniram na ação.

Figura 26 – As mulheres da AMAIS em manifestação



Fonte: Globoplay (2022). <https://globoplay.globo.com/v/10350678/>.

A preocupação dos pescadores, incluindo as mulheres da AMAIS, vem fazendo com que uma consciência de classe se desenvolva entre os pescadores e pescadoras de Saracá. Rodrigues (2012, p. 151) já afirmava que “[...] os saberes dos pescadores resultariam de uma práxis social, voltada para a contestação da realidade, conduzindo-os a um processo de organização social mais efetivo nela interferindo em prol de seus interesses de classe”. Desse modo, compreende-se que a não aceitação dos pescadores em relação à hidrovia proporciona reflexões e debates que fazem com que essas mulheres se reconheçam enquanto trabalhadoras dos rios, e que

dependem do rio para sobreviver; logo, o rio precisa ser preservado. Elas desenvolveram a compreensão de que a elite capitalista não está preocupada com o bem-estar dos trabalhadores da região, mas sim com a possibilidade de ampliação do capital que a hidrovía pode trazer:

Porque se vier essa hidrovía vai acabar o nosso pescado, a gente não vai ter mais. Então, a gente não tem de maneira alguma que concordar com uma coisa dessas. Vai secar tudo, da onde a gente vai tirar o peixe? Da onde a gente a gente vai sustentar os nossos filhos, os nossos netos futuramente, olha como eu tenho uma neta, se secara esse rio, olha como Saracá que já é seco né, tem parte que é seco, vindo uma coisa dessa aí, vai secar tudo, da onde a gente vai sobreviver, da onde os nossos netos, os nossos filhos vão tirar? Num vai ter o peixe, num vai ter o camarão, se tu quiser comer um peixe, tu vai ter que criar, fazer teu poço pra ti criar teu peixe. O camarão, se tu não tiver teu viveiro particular, vai acabar, porque vai acabar tudo isso. E olha nós que recebe seguro, se vier uma coisa dessa, nós não vamos mais receber seguro, e como nós vamos comprovar do nosso pescado? (INF.01)

Nesse trecho observa-se a preocupação da informante não apenas com o presente, mas também com as futuras gerações. Observa-se também uma percepção enquanto mulher trabalhadora, realçando o que as define enquanto coletividade, como demonstra a sequência: “Quando foi agora feito que ia passar aí, né? Foi uma coisa que tá deixando todos nós preocupados, porque é uma coisa que vai afetar todos nós, né? O que será das nossas crianças, dos nossos jovens? Então, a gente tem que lutar fazer a pessoa conhecer que isso não é certo.”

A consciência de classe trata:

[...] não somente da tomada de consciência da classe trabalhadora da situação excludente por ela vivida em decorrência de um modo de produção que a aliena do produto de seu trabalho. Mas há, também, nesse sentido da situação histórica de classe que se tornou consciente, um imperativo para a transformação, para a revolução. (RODRIGUES, 2012, p. 78).

Nesse sentido, a consciência de classe diz respeito à historicidade de um povo, no caso da AMAIS, percebe-se que essa prática de organização em prol de uma luta coletiva se faz presente há muito tempo. Prova disso são as demais associações, como a Sagrado Coração de Jesus, que se fazem presente na localidade. Essa tomada de consciência de classe vem aos poucos ocasionando diversas mudanças no setor da pesca, que é seu campo de trabalho.

4.6 AMAIS PARA ALÉM DA PESCA

É importante ponderar, neste último tópico, o quanto a AMAIS foi consideravelmente importante na vida das mulheres da ilha Saracá, não só no que se refere à pesca, como também na abrangência das suas vidas, nas suas lutas de mulher.

Percebeu-se, durante as entrevistas, que as mulheres da associação sofreram muitos preconceitos ocasionados pelo patriarcado, que ainda existe na sociedade. Essas mulheres

sofriam amplas críticas apenas pelo fato de sentirem vontade de realizar os seus trabalhos na totalidade e não de forma dividida. A AMAIS veio despertar e fortalecer o empoderamento feminino naquela região.

Para tanto, essa modificação no modo de se pensar e de viver, a partir do surgimento da Associação, foi tão significativo que essas mulheres reconheceram o quanto de aprendizado foi adquirido durante o período em que a associação esteve ativa, aprendizados esses que ainda se mantêm.

Quadro 4 – Saberes que permanecem no pós-associação

	UNIDADE DE REGISTRO	ANÁLISE
INF. 01	A única coisa que mudou foi que acabou a associação, mas outras coisas continuam a mesma. (Você considera que a associação mudou alguma coisa na sua vida?): mudou, pra mim mudou, mudou muito, como eu já te falei ir pro rio que eu não ia e nem uma mulher, mulherada não sabiam, aí a associação veio abrir essa porta. Aí o pessoal fala assim: essa mulherada não ia pro rio, mas bastou essa associação chegar, acabou a associação, mas elas não pararam de ir pro rio, elas podiam também parar de ir pro rio. (isso quem fala?) os homens.	Percebe-se que ainda que associação esteja inativa nos dias atuais, os saberes adquiridos no decorrer da vigência da associação ainda permanecem vívidos. Quanto à inserção das mulheres na captura do peixe observa-se que ainda existe uma certa resistência da parte de alguns homens, que ainda não se sente confortáveis com a presença delas.
INF.05	Com a associação eu conheci muita coisa que eu não conhecia sobre os nossos direitos e nossos deveres, como se organizar, tudo eu aprendi através da associação. Ela ajudou muito, eu conheci muita coisa a partir da associação. [...] Encontros né? Eu me lembro que tinham encontros pra falar do manejo do açai e já não eram mais só homens que participavam, as mulheres também, nós vinha praí. Antes não, eram só eles.	É perceptível que a AMAIS contribuiu com diversos aprendizados. Conhecimentos relacionados à pesca, à agricultura, mas também saberes políticos e de organização, bem como proporcionando uma segurança para as mulheres que passaram a se compreender de um modo diferente.

Talvez por esse motivo, essas mulheres tenham demonstrado tanta tristeza quando mencionaram o fim da associação, pois, naquele momento, isso significava uma pausa nas suas conquistas de gênero, de classe. Além disso, os encontros da associação chamavam a atenção das mulheres para fugirem das suas rotinas, pois, lá, o trabalho era diferente. Elas brincavam, se divertiam, mas, ao mesmo tempo, trabalhavam:

Eu fiquei assim triste quando terminou, eu fiquei muito sentida devido o salão, que chegou todo o material pra a gente, [...]. Aí quando chegou a vez do salão acabou, que foi comprado só os equipamentos e acabou. Eu fiquei triste [...]. Lá a gente se divertia,

passava o tempo que a gente nem via, a gente trabalhando educadamente e passava rápido que a gente nem se preocupava se já era noite. [...] Às vezes tinha um sonzinho lá e a gente dançava e era divertido, mas pensa, não tinha nada de maldade. (INF.01)

Ademais, durante as entrevistas, é interessante saber o motivo de a associação ter deixado de realizar seus encontros, uma vez que as mesmas mulheres que tocavam a associação diziam que estavam tristes com o “fim”. Inicialmente, as informantes falaram da falta de interesse de algumas participantes, mas não era apenas esse o motivo para que uma associação de grande valia deixasse de existir.

Em determinado momento, a autora desta dissertação testemunhou uma situação desafiadora vivida pelos pescadores da ilha Saracá: elas relataram sentir a necessidade de apoio das suas instituições representativas na pesca; expuseram também que suas instituições nunca contribuíram para que houvesse uma ascendência profissional ou desenvolvimento de atividades, capaz de auxiliar nas suas rendas, com exceção do seguro-defeso, no período da piracema: “A Colônia nunca se preocupou em levar alguma coisa pra nós, mulheres, era só nós mesmo lá.” (INF.01). Por isso, vale destacar o papel da Colônia de Pescadores Artesanais, de acordo com o artigo 3.º, inciso VII, da Lei n.º 11.699/2008, da Legislação Pesqueira, que assegura como direito das colônias a “[...] montagem de bens e serviços para o desenvolvimento profissional, econômico e social das comunidades pesqueiras”. Com isso, nota-se que as colônias possuem autonomia para realizar atividades ,como as que as pescadoras anseiam, mas, por motivos desconhecidos, não o fazem.

Em sequência, as mulheres também lamentaram sobre a dificuldade para realizar os projetos devido à burocracia: “essa questão social, a burocracia, querer um projeto era difícil, e hoje tá muito mais, né?” (INF.05). Entretanto, dos relatos sobre as dificuldades para dar seguimento à associação, destacam-se o medo de perder o seguro-defeso, já que, na ocasião, os membros de todas as associações de Saracá estavam sendo ameaçadas pelas suas instituições representativas:

Uma das coisas que faz com que a associação não caminhe mais é que a maioria das mulheres hoje são associadas no SINDPESCA, na Colônia, nas outras associações de pesca né aí recebe o seguro defeso, aí se elas fazem parte de alguma associação hoje acontecem essas coisas de cortar, a pessoa não recebe o seguro. Quer dizer não é direito, mas acontece porque já aconteceu com muitos que trabalhavam na associação comunitária que ficou sem receber o seguro defeso, com as mulheres eu não lembro de ter acontecido, mas, com os homens da outra associação aconteceu, aí foi uma burocracia pra tirar o nome. Aí quando a gente se reúne essa é uma questão que, claro, elas não vão querer perder, né, seu benefício. Porque não é direito, mas só que infelizmente acontece isso. (INF.05)

Contudo, no Artigo 2, inciso IV, da Lei n.º 10.779/2003, da Legislação Pesqueira, ao tratar dos benefícios da Previdência Social, aparecem as seguintes exigências: “b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.”.

Desse modo, em análise documental, não existem motivos suficientes para que as mulheres que faziam parte da AMAIS tivessem seu seguro-defeso cancelado, uma vez que a associação, bem como as outras entidades, não tem fins lucrativos. No caso da AMAIS, ainda que as atividades gerassem recursos financeiros, esses excedentes passaram a ser aplicados na própria entidade, na finalidade de crescimento institucional. Além disso, a associação é de mulheres pescadoras, apesar de, na maioria das vezes, não realizarem, nos seus encontros, atividades estritamente relacionadas à pesca, mas desenvolveram, dentro da associação, saberes diretamente ligados à organização dos seus trabalhos na pesca. Ou seja, apesar de ali pouco se destacar como atividade a confecção de matapis, paneiros, entre outros apetrechos, a implantação da associação contribuiu para o empoderamento feminino e para a aquisição de saberes políticos que se refletem claramente no trabalho da pesca.

Quando a informante declara saber que não é direito, mas, mesmo assim, as entidades o fazem, ela evidencia possuir saber político-identitário de conhecimento de causa, ou seja, ela demonstra ter sabedoria acumulada sobre determinado assunto e demonstra ser capaz de argumentar sobre o que defende.

O saber de conhecimento de causa é muito relevante para as comunidades tradicionais que continuamente precisam lutar em favor dos seus direitos, os quais são, com frequência, postergados.

Enfim, apesar do pouco tempo em que a associação esteve vigente na ilha Saracá, pode-se afirmar que ela cumpriu um papel motivador com as mulheres, pois, por meio dela, inúmeros saberes se desenvolveram, várias relações se fortaleceram, conhecimentos sobre os direitos de pescadores foram amplamente discutidos. Por esse motivo, diz-se que a AMAIS não apenas foi uma associação desenvolvida por mulheres, mas foi fonte de mudança social na localidade de Limoeiro do Ajuru (PA) chamada ilha Saracá: “Quando a associação veio, aí as mulheres apareceram né, que num aparecia!” (INF.05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é resultado de uma vivência ribeirinha, com agradáveis lembranças de uma infância cheia de cheiros, cores e sabores das frutas, dos banhos, dos brinquedos artesanais que se têm e se vive em uma comunidade ribeirinha.

Pesquisar uma comunidade ribeirinha foi uma retomada nas experiências nunca esquecidas. As grandes ondas que embalaram o meu barco na travessia, as águas que respingaram em meu rosto, o vento a embaraçar o cabelo, a chegada... Ah, a chegada e o alívio que tomou conta das nossas almas ao ver que estávamos sãos(sãs) e salvos(as). As grandes pontes, os cafés com beiju, farinha de tapioca e o que mais quisesse. As conversas e, acima de tudo, as experiências relatadas que fizeram uma pesquisa absolutamente agradável.

Este trabalho também se faz como uma continuidade das lutas ingressadas no decorrer da militância em movimentos sociais, bem como das diversas pesquisas realizadas com temáticas relacionadas.

Para tanto, no tecer desta pesquisa, foram analisadas práticas e saberes das mulheres pescadoras e agricultoras vinculadas a uma associação de mulheres denominada AMAIS, localizada na ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru (PA).

A pesquisa, baseada no Materialismo Histórico-Dialético, junto com uma análise qualitativa, buscou compreender quais saberes político-identitários as mulheres da AMAIS desenvolveram durante a constituição da associação.

Antes de buscar investigar *in loco*, foi necessário aprofundar conhecimentos sobre as categorias identidade, gênero e saberes. Em primeira análise, identificou-se que identidade ribeirinha é indissociável de território, por esse motivo, é pertinente constituir um arcabouço teórico com teorias territoriais para que ajudassem a compreender o que é ser ribeirinho e qual o sentimento em ser ribeirinho. Para compreender essa temática, os trabalhos de Soja (1971), Sack (1986), Santos, Souza e Silveira (1994) e Raffestin (1993) auxiliaram nas explicitações, relacionando-se com o conceito de identidade, que ia se inter-relacionando entre as teorias de Dubar e Bogo (2010). Desse modo, compreendeu-se que identidade é um processo inerente das vivências, das lutas e das adversidades.

Em um segundo momento, ficou evidente fazer uma análise sobre as categorias trabalho, classe e gênero, uma vez que as mulheres pescadoras e agricultoras de Saracá são mulheres que trabalham diariamente com grandes jornadas de trabalho e, ainda assim, até o presente, inferia-se que saberes de consciência de classe haviam sido desenvolvidos por elas. Apresentou-se, então, um breve contexto histórico sobre os desafios das mulheres no Brasil.

Considera-se importante essa investida para que as mulheres possam conhecer as suas próprias histórias contadas a partir de uma ótica feminista, como fez Lerner (2019) e Toledo (2008).

Enfim, com os dados de campo, as análises sobre saberes indicaram uma contextualização sobre saberes antes pesquisados na região do baixo Tocantins. Apesar de estar investigando saberes político-identitários, identificou-se nas análises que, antes da implantação da AMAIS, outros saberes já estavam sendo desenvolvidos por essas mulheres, algo que o Materialismo Histórico-Dialético indicou. Assim, foi indispensável analisar esses saberes que fazem parte da historicidade dessas mulheres.

Para tanto, previamente identificou-se que a comunidade ribeirinha de Saracá, além de saberes e características regionais, possui outras peculiaridades, uma das quais é a organização social, realizada a partir das associações de moradores, mesmo que grande parte das conquistas daquela comunidade tenha sido protagonizada no viés dessas organizações sociais. A esses saberes denominamos *saberes de organização social*, que é de grande relevância para a comunidade, uma vez que suas organizações possuem ações que vão ao contrário das leis capitalistas.

Identificamos também que, a partir da vivência cotidiana e da sociabilidade presente nessa comunidade, saberes refletidos na forma de preparar as refeições, de cuidar de si e dos outros bem como da natureza são perceptíveis a todo momento. Desse modo, constatou-se que esses saberes identificados são extremamente significativos para a construção das identidades ribeirinhas das mulheres da AMAIS, pois fazem parte de tudo o que as representa. Com as análises da pesquisa, pudemos categorizar estes saberes como *saberes culturais de vivência* ou *de experiência*, pois é algo que se faz presente no dia a dia dessas mulheres e, desse modo, por elas apontado como algo que não lhes fora ensinado.

Todavia, percebeu-se que a vida das mulheres ribeirinhas de Saracá é notoriamente marcada pelo trabalho da pesca e da agricultura, pois atividades como essas são desenvolvidas por elas desde a infância, aprendidas por meio do olhar, da observação junto a parentes e amigos.

Notou-se também que, na realização de atividades cotidianas, as mulheres vão adquirindo saberes que, na maioria das vezes, vai facilitando e/ou aprimorando suas atividades laborais. Esses saberes são os *saberes ressignificados*, que vão se modificando de acordo com as suas necessidades, aprimorando e modernizando as práticas mais antigas, tornando-as mais

fáceis de serem desenvolvidas, como é o caso do uso do plástico como ferramenta auxiliar na debulha do açaí.

As mulheres da ilha Saracá, pelas suas atividades realizadas, desenvolvem saberes relacionados aos seus trabalhos, mas o fazem tão naturalmente que nem consideram especificamente como trabalho, pois explicitam realizar essas atividades para sua própria sobrevivência e também a sobrevivência dos seus. A naturalidade das tarefas desenvolvidas foi percebida quando elas afirmaram que não se aprende com ninguém, são coisas da vida!

Pela análise sobre saberes do trabalho, percebeu-se que, em meio ao desenvolvimento das práticas da pesca, se faz presente um modelo de sociedade patriarcal, demonstrado pela divisão de serviços destinados a homens e mulheres, e incrivelmente aceito por elas. Tais evidências foram relatadas por elas e observadas durante a pesquisa de campo quando encontrávamos nos lares apenas as mulheres realizando os trabalhos domésticos.

Vale ressaltar que esses saberes do trabalho, antes citados, já se faziam presentes na vida dessas mulheres mesmo antes do surgimento da AMAIS, mas foi a partir da implantação dessa associação que outros saberes passaram a surgir em meio a essas mulheres; são os *saberes político-identitários*, que dizem respeito às lutas de uma categoria invisibilizada na sociedade, aqui tendo sido representada pelo grupo do gênero feminino. Esses saberes reportam autonomia, liderança, participação, conhecimento de causa e consciência de classe no cotidiano dessas mulheres.

Constatou-se, a partir das entrevistas, que as mulheres desenvolviam dentro da associação, além das atividades relacionadas à pesca, na sua maioria eram práticas distintas, e, por esse motivo, observou-se que aquilo era o que se considerava algo mais próximo de um trabalho formal.

A partir da associação, elas também desenvolveram saberes que se constituíam na independência sobre o sexo masculino. Por meio desses saberes, elas conquistaram a emancipação para participar de todos os processos no trabalho da pesca, e, por esse motivo, esses saberes caracterizam-se como *saberes de autonomia*, porque dizem respeito à liberdade de se autogerir no seu ambiente de trabalho.

No decorrer da averiguação, aproximar-se da categoria classe foi essencial para compreender que, a partir da AMAIS e dos conhecimentos adquiridos por meio dela, essas mulheres se perceberam enquanto classe, e, com isso, passaram a buscar conhecimentos e lutar pelos seus direitos, desenvolvendo, assim, o que Marx chama de consciência de classe.

Identificamos que, no desenvolver das atividades executadas na AMAIS, as mulheres se auxiliavam, aprendendo de forma coletiva os saberes umas das outras. A esse tipo de ação denominamos de *saberes de cooperativismo*, pois constatamos que, no decorrer dessa troca de conhecimento, ambas se avigoram e se fortalecem no processo de empoderamento.

Outro saber que também foi categorizado foi o da *autonomia*, demonstrado nas ações de se autogerir e buscar a independência financeira e ideológica, rompendo, desse modo, as amarras do patriarcado.

As mulheres da AMAIS também apresentaram usufruir do saber de *conhecimento de causa*, quando, através dos conhecimentos adquiridos nas formações e palestras que participaram enquanto associação, questionam imposições sobre a tomada dos seus direitos de pescadoras.

Por fim, um fator muito importante nas análises, foi o afastamento das mulheres da associação, o que levou à inadimplência, e, em meio a essa problemática, a dificuldade para a reativação. O fator em destaque se demonstra pela falta de apoio e incentivo das instituições representativas da pesca, que, devido a essa falta de “diálogo”, ainda demonstrava possíveis ameaças relacionadas ao cancelamento do seguro-defeso para os que faziam parte de outras associações.

No entanto, apesar da insatisfação com as demais entidades representativas da pesca, algumas mulheres afirmaram que, por meio da associação, conheceram seus direitos de pescadoras e puderam perceber que o que essas entidades estavam fazendo não era correto. Foi preciso analisar documentos que comprovassem realmente se essa atitude era correta ou não. Então, descobriu-se que não existe uma lei proibindo-as de fazer parte de outra associação, desde que ela execute atividades relacionadas à pesca. Analisando as atividades desenvolvidas na associação, ficou comprovado que, além das atividades desconectadas da pesca, essas mulheres construíram saberes que se refletiram nos trabalhos da pesca, como organizar a própria captura do peixe. Desse modo, é inconcebível afirmar que essas mulheres, por meio da sua associação, não se dedicavam aos seus trabalhos da pesca.

Portanto, considera-se que saberes como esses são desígnios que se mantêm firmes, mesmo com a inatividade da AMAIS, pois são saberes construídos por meio de uma coletividade e que têm contribuído significativamente para o desenvolvimento social da ilha Saracá.

REFERÊNCIAS

- AMAIIS. *Estatuto da AMAIS*. Limoeiro do Ajuru, PA: AMAIS, 2006.
- ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.
- AURÉLIO, B. H. *Dicionário de Língua Portuguesa*. São Paulo: Folha, 2004.
- BACK, Larissa Brand. *Participação e processos político-organizativos: temas para o serviço social*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRA, José Domingos Fernandes. *As transformações no mundo do trabalho e as implicações na formação dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina*. 2019. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11649>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, J. Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BERTOLDO, Edna; SANTOS, Mônica. Trabalho docente e luta de classes. In: BERTOLDO, Edna; LEMOS, Luciano Accioly Moreira; JIMENEZ, Susana (org.). *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Estudos sobre Hegel – direito, sociedade civil, Estado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense; Ed. Unesp, 1995.
- BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BORGES, Pedro Pereira. O homem como ser político: ensaio. *Multitemas*, Campo Grande, n. 36, p. 63-90, jun. 2008.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 1, 2008. Disponível em: <http://periódicos.ufc.br/revicienso/article/view/511>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRASIL. *Legislação pesqueira*. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- CASSIQUE, Orlando. *Tambores do Itapocu – relatório técnico-científico*. Belém: UFPA/PROPESP, 1995.
- CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CIAMPA, Antônio da Costa. *A estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História: um diálogo possível? *Contexto e Educação*, ano 19, n. 71/72, p. 29-43, 2004.

CORREA, Raimundo Nonato Gaia. *Práxis produtiva e processos de constituição de identidade de pescadores artesanais da Amazônia paraense: o contexto da Colônia Z-16 de Cametá*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2018.

COSTA, Jurandir F. *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: USP, 2000.

DO CANTO, Otávio et al. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, Giovane et al. *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território*. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 225-236.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIAS, Meurygreece Caldas. *Práticas, saberes e resistências de mulheres no contexto histórico e cultural no período da extração da borracha na Ilha de Itanduba, município de Cametá/PA (1937-1957)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2019.

FERNANDES, Thatira; MOTA, Dalva Maria da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24, jan./mar. 2014.

FISCHER, Maria Clara. B.; CORDEIRO, Betânia; TIRIBA, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. *HISTEDBR*, v. 22, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666486>. Acesso em: 4 maio 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

FURTADO, Gisély Damasceno. *Nos rios, entre lançantes e vazantes: identidade e trabalho das mulheres da pesca em Cametá/PA*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2018.

FURTADO, Gislane Damasceno. *No lar, nas águas, na vida: práticas e saberes em comunidades ribeirinhas-Cametá-PA*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 3.

IBAMA. Instrução Normativa nº 29, de 31 de dezembro de 2002. Brasília, DF: IBAMA, 2002. Disponível em: <http://ibama.gov.br/component/?view=legislação&legislação=111132>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INFOPÉDIA. *Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2023. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>. Acesso em: 15 nov. 2022.

KOSIK, K. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978a. (Temas de Ciências Humanas)

_____. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. *Ontologia do ser social*. Tradução: Ivo Tonet. [S.l.], 1981. Mimeo.

MANESCHY, Maria Cristina. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Egídio. *Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

_____. *Pescadores artesanais da colônia Z-16: relações de produção, formação e práxis política*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V. 1, tomo 2.

_____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 2. (Série Os Economistas)

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. V. 1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MIRANDA, Ellen Rodrigues da Silva. *Dos mutirões aos pimentais: a (re)construção das identidades na contradição do Trabalho-Capital, em comunidade quilombola no Nordeste paraense*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2019.

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. O que é, afinal, conhecimento cumulativo? *Veritas*, Porto Alegre, v. 63, n. 3, p. 822-855, set.-dez. 2018. Disponível em: http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Acesso em: 26 nov. 2022.

PANTOJA, Pedro Ladinilson; PINTO, Benedita Celeste de M. Um estudo sobre o trabalho artesanal e a sustentabilidade na Vila de Carapajó, Cametá (PA). In: SEIBT, Cezar Luís; OLIVEIRA, José Pedro Garcia; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (org.). *Educação e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas*. Cametá, PA: CUNTINS, 2012.

PATEO, Rogerio Duarte do. *Direitos Humanos e Cidadania - proteção, promoção e reparação dos direitos das comunidades tradicionais*. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. V.13.

PEREIRA, Eder Jacson Dias. *Saberes do trabalho e formação da identidade das mulheres negras do São Benedito do Vizeu/Mocajuba-Pará*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, PA, 2019.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. *As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina paraense*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMOS, Arthur. *Introdução à psicologia social*. 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.
- RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.
- RODRIGUES, Doriedson do Socorro. *Saberes sociais e lutas de classe: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16-Cametá/Pará*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- RODRIGUES, Suzi Carolina Moraes; CARVALHO, André Cutrim. *Acordos de pesca como instituição social de governança de territórios pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru, PA*. Belém: GAPTA/UFPA, 2021.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Vívian Matias dos. Sobre Mulheres, Ciências e Discursos. *Emancipação*, v. 6, ano 1, p. 69-96, 2006. Disponível em: <https://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/edicoes/vol1-1-2010/artigo16.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- SACK, R. D. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-24, jan./jun. 2003.
- SENA, Antônio Ferreira. *Limoeiro do Ajuru História e Geografia*. Cameté, PA: Prelazia de Cameté, 2007.
- SILVA Felipe Ramos; GONZAGA, Raimunda Moraes Silva. *Mulheres e EJA: Inclusão e Exclusão da Educação Formal*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Estadual do Pará, Limoeiro do Ajuru, PA, 2022.
- SOJA, E. W. *The political organization of space*. Washington, D.C., USA: AAG Commission on College Geography, 1971.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes & formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 241-274.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. 1: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Marxismo e opressão. 2. ed. São Paulo: And Lair & Res Sundermann, 2008.

WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

ZAIDAN, Samira. Saberes experienciais e saberes pedagógicos: um estudo. *Revista Trabalho & Educação*, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
 PPGEDUC

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestranda **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo **Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)** da **Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS)**. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 01 de Junho de 2022

Assinatura do (a) participante: Adelinha do Santos Gonzaga

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda Moraes Silva Gonzaga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
 PPGEDUC

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestranda **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 29 de Junho de 2022

Assinatura do (a) participante: Maria Jesi Faial Diana

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda Moraes Silva Gonzaga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
 PPGEDUC

APÊDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestrand **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo **Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)** da **Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS)**. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 25 de Junho de 2022

Assinatura do (a) participante: Rita Monteiro Gomes

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda M. S. Gonzaga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
PPGEDUC

APÊDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestranda **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo **Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)** da **Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS)**. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 05 de Agosto de 2022

Assinatura do (a) participante: Maria de Jesus Pereira

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda Moraes Silva Gonzaga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
 PPGEDUC

APÊDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestranda **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo **Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC)** da **Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS)**. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 05 de Agosto de 2022

Assinatura do (a) participante: Maria Raimunda Balduino Ferreira

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda Moraes Silva Gonzaga



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
 PPGEDUC

APÊDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado (a) **SABERES E PRÁTICAS DE PESCA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA ILHA SARACÁ-LIMOIEIRO DO AJURU/PA: RESISTÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS**. Desenvolvida (o) pela mestranda **Raimunda Moraes Silva Gonzaga** e pelo seu orientador **Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é coordenada pelo Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal Do Pará (UFPA), Campus do Tocantins (CUNTINS). Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é: analisar os processos de formação políticos-identitários no seguimento da constituição da associação A+ tendo como base o trabalho e a resistência às leis capitalistas. Fui também esclarecido (a) de que minha colaboração se fará por meio de questionário e por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e pelo orientador. Fui ainda informado (a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Limoeiro do Ajuru 05 de Agosto de 2022

Assinatura do (a) participante: M^a de Jesus S. Costa

Assinatura do (a) pesquisador (a): Raimunda Moraes Silva Gonzaga

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO NORTEADOR

1. Como vocês iniciaram na ilha Saracá a criação da Associação de Mulheres Pescadoras e Agricultoras (A+)?

2. O que vocês realizam a partir da Associação de Mulheres Pescadoras e Agricultoras (A+)?

3. O que vocês realizam na pesca e na agricultura? e como vocês aprenderam essas ações de pesca e de agricultura?

4. Que desafios vocês encontram no dia a dia da Associação de Mulheres Pescadoras e Agricultoras (A+)?

5. Como é o trabalho de vocês na ilha Saracá, assim como as atividades culturais e sociais que realizam?

6. O que vocês realizam no dia a dia, para além de questões da Associação? Como é o dia a dia de vocês na ilha Saracá e a relação de vocês com a cidade?

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO DO ACORDO DE PESCA DO RIO CARDOSO, EM LIMOEIRO DO AJURU

**ESTATUTO DO ACORDO DE PESCA DO RIO
CARDOSO, EM LIMOEIRO DO AJURU.**

Art. 1º - Fica criado o Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso, através de Assembléia Geral, realizada no dia 12 de Maio de 2008.

Art. 2º - Esse estatuto tem por finalidade disciplinar a Pesca neste Acordo.

Art.3º - Fica permitida a prática da pesca do mapará somente com rede aberta, e por pescadores previamente convidados por este Acordo de Pesca.

§ Único: Fica permitida a Pesca de Tainha somente com malhadeira 0,30 mm. acima.

Art. 4º - Fica proibida a prática da pesca de malhadeira de Arrastão, pesca de rede de lancear camarão e pesca de tarrafa.

Art. 5º - Fica assegurado o percentual de 50% para o Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso.

Art. 6º - A área delimitada neste Acordo de Pesca fica restrito aos Pescadores desta comunidade.

Art. 7º - Os materiais inadequados com este Acordo de Pesca serão recolhidos e remetidos aos órgãos competentes.

Art. 8º - Este estatuto entrará em vigor após sua aprovação e publicação.

Rio Cardoso, Limoeiro do Ajuru – Pá, 12 de Maio de 2008.

ANEXO B – RESOLUÇÃO N.º 4.515, DE 20 DE MAIO DE 2014, REGIMENTO DO
PPGEDUC/UFPA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO N. 4.515, DE 20 DE MAIO DE 2014

Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, em nível de Mestrado Acadêmico.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral, em cumprimento à decisão da Colenda Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada em 20.05.2014, e em conformidade com os autos do Processo n. 006511/2014 – UFPA, procedentes do *Campus* Universitário do Tocantins – Cametá, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, em nível de Mestrado Acadêmico, de interesse do *Campus* Universitário do Tocantins – Cametá da Universidade Federal do Pará, de acordo com o Anexo (páginas 2 – 18), que é parte integrante e inseparável da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 20 de maio de 2014.

CARLOS EDÍLSON DE ALMEIDA MANESCHY
Reitor
Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

ANEXO C – ESTATUTO DA AMAIS

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ
AMAIS**

ESTATUTO APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL NO DIA 17/03/2006.

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

REGISTRADO
Em 04/08/06

Art. 1 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ, também designada (o) pela sigla AMAIS, constituída(o) em 10 de abril de 2006, é uma pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado, com sede na Ilha de Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru, no Estado do Pará e foro em Belém do Pará.

Parágrafo Único – A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ - AMAIS não distribui, entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social (Lei 9.790/99, parágrafo único do art.1º).

Art. 2 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS tem por finalidade(s) 1-Promover o desenvolvimento participativo dos Associados, dentro dos princípios democráticos, promovendo atividades de Desenvolvimento Assistenciais, Educacionais, Desportivas, Recreativas e de Bem estar sociais, sem distinção de raça, religião ou de ideologias, visando sempre a promoção do homem, tanto no município como na sociedade brasileira.(Lei 9.790/99, art.3º)

Art. 3 No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e de eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião (Lei 9.790/99, inciso I do art.4º).

Parágrafo Único – Para cumprir seu propósito, a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins (Lei 9.790/99, parágrafo único do art. 3º).

Art. 4 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS, terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5 A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

1

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ
AMAIIS**

Art. 6 A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Instituição se organizara em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Capítulo II – DOS ASSOCIADOS

Art. 7 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS é constituída por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias de Associados: fundador, benfeitor, honorário, contribuinte.

Parágrafo Único: A admissão e a exclusão dos associados é atribuição da Assembléia Geral.

Art. 8 São direitos dos associados que estejam quites com suas obrigações sociais:

- I – votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – tomar parte nas Assembléias Gerais;
- III – (outras julgadas necessárias).

Art. 9 São deveres dos associados:

- I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II – acatar as decisões da Diretoria;
- III – (outras julgadas necessárias).

Art. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS será administrada por:

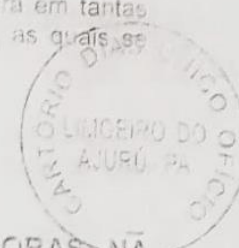
- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º).

Parágrafo Único - A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente gratuitas. (Lei 9.790/99, inciso VI do art. 4º).

Art. 11. A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12. Compete à Assembléia Geral:

- I – eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II – decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 31;
- III – decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 30;



REGISTRADO

Em 01/07/06

[Assinatura]
 Rosivaldo Vasconcelos Dias
 Tabelião e Oficial Público
 Port. 03/2004-CPQ-355.13/2004

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACA
AMAIS

- IV – decidir sobre a conveniência de alienar, transgír, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
V – aprovar o Regimento Interno;
VI – emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição;
VII – (outras julgadas necessárias)

REGISTRADO
Em 01/09/06

Art. 13. A Assembléa Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para

- I – aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
II – apreciar o relatório anual da Diretoria;
III – discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 14. A Assembléa Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I – pela Diretoria;
II – pelo Conselho Fiscal;
III – por requerimento de 50%(cinquenta por cento) mais 1(um) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 15. A convocação da Assembléa Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10(dez) dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembléa se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 16. A instituição adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios (Lei 9.790/99, inciso II do art. 4º).

Art. 17. A Diretoria será constituída por um Diretor Geral, por um Diretor Administrativo, que substituirá o Diretor Geral no seu impedimento, e por um Diretor Financeiro.

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de 48(quarenta e oito) meses, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 18. Compete à Diretoria:

- I. elaborar e submeter à Assembléa Geral a proposta de programação anual da Instituição;
II. executar a programação anual de atividades da Instituição;
III. elaborar e apresentar à Assembléa Geral o relatório anual;
IV. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
V. contratar e demitir funcionários;
VI - regulamentar as Ordens Normativas da Assembléa Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;

Art. 19. A Diretoria se reunirá, no mínimo, uma vez por mês, com data fixada em quadro de aviso ou através de calendario previamente definido.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
 NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DE LIMOEIRO DO
 LESTE DO PARÁ
AMAIS

REGISTRADO

em 04/02/06

Ass. do Reg. Civil e do Reg. Público
 do J. do Reg. Civil e do Reg. Público
 do J. do Reg. Civil e do Reg. Público



Art. 20. Compete ao Diretor-Geral (Presidente)

- I. representar a entidade judicial e extra-judicial;
- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regulamento;
- III. presidir a Assembléia Geral;
- IV. convocar e presidir as reuniões da Diretoria

Art. 21. Compete ao Diretor Administrativo (Vice-Presidente)

- I. substituir o Diretor-Geral (Presidente) em suas faltas;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o término;
- III. prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor-Geral (Presidente);
- IV. secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- V. publicar todas as notícias das atividades da entidade;

Art. 22. Compete ao Diretor-Financeiro (Tesoureiro)

- I. arrecadar e contabilizar rendas, auxílios e contribuições;
- II. pagar as contas autorizadas pelo Diretor-Geral (Presidente);
- III. apresentar relatórios de receitas e despesas;
- IV. apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração e relatórios de desempenho financeiro e contábil realizadas;
- V. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI. manter todo o numerário em estabelecimento bancário.

Art. 23. O Conselho Fiscal será constituído por três membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º);
- III. requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômicas-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV. contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
- VI. (outras julgadas necessárias).

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que solicitado pelo Primeiro Tesoureiro.

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ
AMAIS**

Capítulo IV – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 25. Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

- I. Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V. Contribuição dos associados;
- VI. Recebimento de direitos autorais, etc.

REGISTRADO

Em 01/08/06

[Assinatura]
Rosauro Volponcelos Dias
Tabelião e Oficial Inteiro
Port. 10.500/04 - CPF: 335.234.134-4



Capítulo V – DO PATRIMÔNIO

Art. 26. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 27. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica, qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social (Lei 9.790/99, inciso IV do art. 4º).

Art. 28. Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social (Lei 9.790/99, inciso V do art. 4º).

Capítulo VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 29. A prestação de contas da Instituição observará, no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do art. 4º):

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS
NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ
AMAIIS**

III. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS NA AQUICULTURA E AGRICULTURA DA ILHA DE SARACÁ – AMAIS será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 31. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 32. Os casos omissos serão resolvidas pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Estatuto aprovado em Assembléia Geral na Ilha de Saracá em 17 de março de 2006

JOLCÉLIA DOS SANTOS FERREIRA
Presidente da Associação

MARIA DA MERCÊS FERREIRA DA CRUZ
Secretária da Associação

REGISTRADO
Em, 04/08/06

Maximiliano Vasconcelos Dias
Tabelião e Oficial Público
Port. 03/2004-CP-100.251.003-0

